



REFERENCIAL CURRICULAR MUNICIPAL VITÓRIA DA CONQUISTA

EDUCAÇÃO INFANTIL



REFERENCIAL CURRICULAR MUNICIPAL
VITÓRIA DA CONQUISTA

EDUCAÇÃO INFANTIL

PARCEIRO TÉCNICO



ICEP
*Lendo o Mundo
para Escrever a Vida*

Secretaria Municipal de Educação de Vitória da Conquista

Prefeito
Herzem Gusmão

Vice-Prefeita
Irma Lemos dos Santos

Secretário Municipal de Educação
Esmeraldino Correia Santos

Coordenadora Geral do Núcleo Pedagógico
Tânia Silva Novaes

Equipe Organizadora
Núcleo Pedagógico - Smed
Júlia Alves dos Santos Castro
Ronilda Rodrigues da Silva Oliveira

Instituto Chapada de Educação e Pesquisa – Icep

Diretora-Presidente
Elisabete Regina da Silva Monteiro

Diretoras
Eliana Muricy
Fernanda Novaes
Patrícia Freitas

Coordenação pedagógica territorial
Adriana Araújo
Raidalva Silva

Parecerista
Marlene dos Santos

Estagiária
Gabriela Scaldaferrri da Silva

Elaboração dos capítulos 1 e 2
Alan de Aquino Rocha, Aline Nascimento, Ayane Paiva, Conceição Costa, Daiane Santil Costa, Daniel Helene, Ian Andrade Cavalcante, Jorge Mendes, Lana Borges, Maria Carolina Soares, Maria do Socorro Costa e Almeida, Micheli Cruz, Patrícia Schettine Paiva Rocha, Renata Frauendorf e Welber Lima Santos,
em colaboração com educadoras e educadores do Instituto Chapada de Educação e Pesquisa, da Secretaria Municipal de Educação e da Rede Municipal de Ensino de Vitória da Conquista, por meio de análises dos documentos, comentários e sugestões realizados nos Grupos de Trabalho de Educadores (GTE) e no Grupo de Trabalho Institucional (GTI).

Edição
Ricardo Falzetta e Paola Gentile
(RFPG Comunicação)

Projeto gráfico e diagramação
Renata Borges

Revisão
Sidney Cerchiaro

Fotos
Joscelio Ferreira
Secretaria de Comunicação (fotos da cidade)

SUMÁRIO

Apresentação	4
Pepitas de Ouro	6
A Etapa Inicial	8
CAPÍTULO 1	
Fundamentos da Educação Municipal	10
1.1. Concepções e conceitos orientadores do currículo de Vitória da Conquista	11
1.2. Concepção de currículo como espaço de cultura	13
1.3. A Educação e a construção de uma cidadania afirmativa e dialógica	14
1.4. Por uma Educação com equidade	16
1.4.1. Educação para as relações étnico-raciais	18
1.4.2. Educação especial na perspectiva da inclusão	20
1.4.3. Perspectivas para a Educação do Campo	22
1.5. Educação e tecnologias: um debate necessário	25
CAPÍTULO 2	
Fundamentos da Organização da Educação Infantil	28
2.1. Educação Infantil, infâncias e crianças	29
2.2. Eixos da prática pedagógica: educar/cuidar, brincadeira/interações, escuta/participação	32
2.3. Formação dos profissionais da Educação	33
2.4. Acolhimento, rotina e cotidiano	35
2.5. Organização de espaços, ambientes, tempos e materiais	36
2.6. Planejamento e projetos de trabalho	39
2.7. Relação escola, família e comunidade	41
2.8. Profissionais não docentes também são educadores	42
2.9. Transições vividas pela criança	44
CAPÍTULO 3	
Organização Curricular da Educação Infantil	46
3.1. Currículo, campos de experiência e direitos de aprendizagem e de desenvolvimento	48
3.2. Avaliação na Educação Infantil	50
3.3. Orientações curriculares	51
3.3.1. Bebês (até 1 ano e 6 meses)	52
3.3.2. Crianças bem pequenas (de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	58
3.3.3. Crianças pequenas (de 4 anos a 5 anos e 11 meses)	82
3.4. Ações pedagógicas relativas aos direitos de desenvolvimento e de aprendizagem	114
Referências	118



UMA CONQUISTA PARA SEMPRE

Caras educadoras e caros educadores da
Rede Municipal de Ensino de Vitória da Conquista,

É com imenso prazer que a Secretaria Municipal de Educação compartilha com a comunidade educativa o Referencial Curricular Municipal para a Educação Infantil. O mesmo é fruto de uma construção coletiva dos diversos sujeitos da Educação da nossa rede, tecida com base em escutas, discussões, debates e reflexões, num processo em que as educadoras e os educadores, nos grupos de trabalho (GTs) realizados entre os anos de 2018 e 2019, foram os grandes protagonistas.

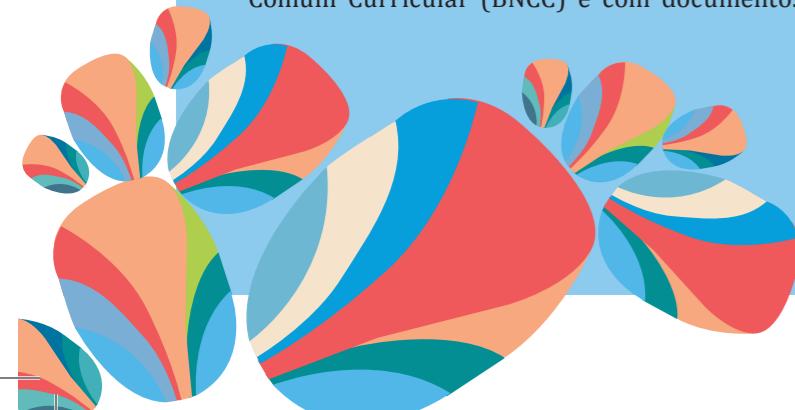
Este documento colaborativo apresenta pressupostos teórico-metodológicos que orientam o fazer pedagógico de cada disciplina, apresentando as concepções de cada área do conhecimento, bem como define o conjunto de aprendizagens essenciais para os alunos da Rede. Este conjunto considera as Competências e Habilidades que os educandos devem obter em cada etapa da vida escolar, em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com documentos

municipais que legislam a nossa Educação. Além disso, contempla a formação continuada das nossas professoras e dos nossos professores e a avaliação do ensino e da aprendizagem.

O processo dialógico continuará sendo mantido para que possamos juntos continuar percorrendo os caminhos da efetiva aprendizagem das nossas crianças, dos nossos adolescentes, jovens e adultos. Acreditamos que uma Educação de excelência só será possível com comprometimento, responsabilidade e efetivação de espaços de diálogo e formação continuada para todos os profissionais da Educação. Desse modo, esse anseio será uma realidade nas salas de aula da nossa Rede Municipal, pois educar é uma conquista inofismável.

Abraço fraterno!

*Esmervaldo Correia Santos
Secretário Municipal de Educação*



PEPITAS DE OURO



A história de Vitória da Conquista remonta ao final do século XVIII, período da busca por ouro na faixa de terra entre Rio Pardo e Contas. Formou-se aqui uma linda terra de boa gente! O nome já diz tudo: tem vitória e tem conquista!

Encontramos nessa cidade educadoras e educadores competentes e comprometidos, que demonstraram os seus desejos quando se reuniram com a equipe do Instituto Chapada de Educação e Pesquisa (Icep) para opinar, contribuir e dar corpo a um momento histórico da Educação municipal: a escrita dos referenciais curriculares da rede municipal de Educação de Vitória da Conquista.

É claro que a elaboração colaborativa desse documento não se iniciou com a escrita destas páginas – toda uma produção anterior lastreou o processo – nem se esgota com a sua publicação. O livro que você tem em mãos é apenas uma etapa do caminho que está sendo percorrido pela equipe técnico-pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, pelas gestoras e pelos gestores escolares, coordenadoras e coordenadores pedagógicos, professoras e professores, tendo um grandioso objetivo pela frente: o ensino e a aprendizagem de todas as estudantes e de todos os estudantes do município.

As educadoras e os educadores dessa brava cidade representam um recurso precioso para a implementação dessa “bússola pedagógica”. A

equipe foi e continuará sendo protagonista para que os resultados dos trabalhos se concretizem em “pepitões de ouro” tal como as que saíram das terras da região no início de toda a história.

O Icep só tem a agradecer a riquíssima experiência de trocas qualificadas entre o nosso grupo de especialistas, que participou diretamente dos grupos de trabalho (GTs), e as educadoras e os educadores das escolas de todos os segmentos de ensino. Somos gratas e gratos pelas valiosas contribuições, tanto presencial quanto virtualmente, que ajudaram a gerar um documento rico e qualificado.

Salientamos que este referencial não é um texto acadêmico, e sim um material que pretende orientar a prática pedagógica da sala de aula. Nossa maior desejo é que as professoras e os professores façam um uso constante dele nos espaços cotidianos e, em especial, nas atividades de coordenação pedagógica (ACs).

Assim, reiteramos que este é um trecho da estrada. O que move a caminhada é o desejo, o sonho e a alegria de chegarmos ao final com nossas crianças, nossos jovens e nossos adultos transformados em cidadãs e cidadãos do mundo letrado!

Parabéns, Vitória da Conquista, por mais essa conquista!

*Elisabete Monteiro
Diretora-Presidente do Icep*



A ETAPA INICIAL

A Educação é um dever do Estado e um direito constitucional de todos os sujeitos. É também um bem social estruturante para o desenvolvimento da pessoa e da sociedade. É pela Educação que as pessoas se humanizam e se tornam seres sociais, capazes de conviver em diferentes contextos e culturas bem como de criar novas formas de sociabilidade, de produzir conhecimentos e tecnologias a favor da vida e da sustentabilidade do planeta. Esse processo educativo se inicia na tenra idade, quando, por exemplo, os bebês passam a frequentar uma instituição de Educação Infantil.

A oferta da Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é responsabilidade do município, em articulação com os governos federal e estadual. Para tanto, cada ente da federação deve implementar as políticas públicas advindas do governo federal e formular as próprias políticas públicas, orientações e diretrizes.

O Referencial Curricular para a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Vitória da Conquista tem como objetivo subsidiar a formulação de políticas públicas municipais, a elaboração da proposta pedagógica e curricular de cada escola bem como o planejamento de projetos e ações pedagógicas para e com as crianças. Nesse sentido, o documento orienta a organização pedagógica e administrativa das instituições de ensino, buscando garantir o direito de a criança conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se e criar, ou seja, de viver plenamente suas infâncias em um espaço-ambiente rico e desafiador.





CRIANÇA

*A criança é feito chuva desejada.
Sol em dia de verão.
Voo de águia
E mergulho profundo nas águas do oceano.*

*Na criança, o sorriso mais sincero.
A descoberta mais fantástica.
A pintura mais perfeita.
A liberdade que encanta e por vezes incomoda.*

*Na criança, a pulsação de mudança.
A sensibilidade viva.
A vida que transborda
Uma história que é inscrita.*

Niuzélia Borges Sousa
Professora da Rede Municipal de Vitória da Conquista

1 *Fundamentos da Educação Municipal*

1.1 CONCEPÇÕES E CONCEITOS ORIENTADORES DO CURRÍCULO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Muito tem se falado sobre o direito à Educação. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394, de 1996, recolocou a Educação na perspectiva do direito à formação e ao desenvolvimento humano pleno.

Atualmente, como principal documento de referência para a construção curricular, a recém-aprovada Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reafirma o compromisso de contribuir para a formação integral de cada sujeito:

[...] a BNCC afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a Educação integral. Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global [...]. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma Educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades”.

Sendo assim, é de fundamental importância discutir como o processo de formação e desenvolvimento se dá por meio da prática pedagógica e das relações estabelecidas no cotidiano escolar e compreender que a interação entre docentes e discentes é carregada de especificidades. A quem ensina cabe a tarefa de utilizar o tempo de interação com alunas e alunos para promover o processo de humanização. Na antropologia, humanizar-se é apropriar-se das formas humanas de comunicação para adquirir e desenvolver os sistemas simbólicos que permitirão aprender a utilizar instrumentos culturais necessários às práticas mais comuns da vida cotidiana, a inventar outros instrumentos e a se apropriar do conhecimento historicamente constituído e das técnicas de criação nas artes e nas ciências (LIMA, 2008).

Um currículo que se pretende democrático e para a formação integral deve visar a humanização de todas e todos e ser desenhado com base no que está pouco acessível, como os bens culturais mais elementares – a literatura, a atualização científica, os conhecimentos teóricos, a produção artística e cultural –, além dos equipamentos e instrumentos básicos das ciências e das artes. É função da escola prover e facilitar esse acesso.

A vinda da criança, do adolescente ou do adulto à escola tem, entre outros, dois objetivos claros e precisos: aprender determinados conhecimentos, dominando instrumentos específicos que lhes possibilitem mais aprendizagem, e aprender a utilizar essas aquisições não apenas para seu desenvolvimento pessoal mas também para o desenvolvimento coletivo, colocando o conhecimento a serviço do bem comum. Além disso, a escola como espaço de ampliação da experiência humana não pode se limitar às vivências cotidianas da estudante, ou do estudante. Ela deve trazer metodologias novas e conhecimentos contemporâneos. Uma proposta que parte do cotidiano e nele se esgota é diferente de outra que, além de aplicar o conhecimento à realidade vivida no cotidiano – o chamado uso prático –, entende que o saber formal traz outras dimensões ao desenvolvimento humano. É assim que o currículo se torna um instrumento de formação humana (LIMA, 2008).

Subjacente a essa elaboração, está a concepção de ser humano e o papel que se pretende que a es-

cola tenha no processo de desenvolvimento. Um currículo para a formação humana precisa ser situado historicamente, uma vez que os instrumentos culturais utilizados no processo de construção do conhecimento se modificam com o avanço tecnológico e científico nas diversas épocas.

Na perspectiva da formação humana e para a diversidade, o currículo deve apontar para a inclusão, provendo o acesso de todas e todos aos bens culturais e ao conhecimento. Seres humanos são únicos na personalidade e constituição biológica, nas experiências culturais e formas de perceber o mundo. Portanto, na construção do percurso formativo desenhado com base no currículo, é fundamental a discussão sobre os sujeitos que se quer formar, quem são, sua história, o que trazem, o que esperam, o que desejam e de que necessitam. Ou seja, é preciso conhecer os rostos, tantas vezes desconsiderados nos documentos escolares (ARROYO, 2011).

Portanto, é necessário saber quem são as estudantes e os estudantes e entender que a maioria chega à escola por volta dos 2 anos, ainda na primeira infância, e traz consigo, apesar da pouca idade, uma história, marcas de um cotidiano familiar e comunitário. Alunas e alunos vivenciam as diversas fases dessa infância enquanto avançam pela escolarização. Para além do cuidado, necessitam conhecer a própria identidade e aprender a interagir com o outro e com os bens culturais e científicos produzidos pela humanidade. É preciso garantir a todas e a todos o direito de aprender sobre tudo.

Ao reconhecer cada uma e cada um, amplia-se o olhar sobre quem são os sujeitos em formação, que dividem com todas e todos seu percurso de vida, seu crescimento e desenvolvimento, sua passagem de criança para adolescente, jovem e adulto, suas dúvidas, seus saberes e não saberes, seus anseios e projetos de vida e de mundo. Com isso, fica mais fácil reconhecer necessidades e possibilidades, independentemente da condição física ou cognitiva. Por fim, comprehende-se que, para além de estar socialmente integradas e integrados, elas e eles têm o direito de estar pedagogicamente inseridas e inseridos.

O reconhecimento consistente de cada estudante permite apoiar melhor seus recomeços, os projetos de melhoria das condições de vida, de trabalho, sua luta por novas oportunidades, indo muito além da busca pela formação instrumen-

tal. Chega-se, assim, a uma formação plena, que envolve interação, acesso ao conhecimento e valorização das experiências para além da escola, acumuladas por toda a vida.

1.2 CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO COMO ESPAÇO DE CULTURA

O currículo foi, durante bom tempo, considerado o conjunto de conhecimentos e procedimentos didáticos prescritos para ser desenvolvidos na Educação escolar. No século XX, período marcado pela ampliação dos conteúdos científicos e tecnológicos em todos os campos de atuação humana, os currículos foram predominantemente organizados segundo cânones da ciência, que atribuíam certo grau de validação aos saberes trabalhados na escola e, por extensão, aos professores – detentores desse conhecimento – que deveriam transmiti-los aos estudantes.

Essa forma de organização curricular – como saber e como prática – foi bastante criticada por diversos estudiosos dentro e fora do campo educacional, fundamentalmente a partir da década de 1960. Segundo eles, esse modelo estabelecia uma vinculação entre os saberes da ciência e as estruturas de poder, que, por diversos mecanismos – entre eles a organização dos currículos escolares e universitários –, criavam as condições de reprodução do sistema dominante.

No Brasil do final da década de 1960, o contexto da ditadura deixava pouca margem à discussão, ainda que o educador Paulo Freire (1921-1997) tenha sido uma referência importante na crítica a esse modelo curricular, influenciando até autores pós-críticos, como o canadense Peter McLaren e o norte-americano Henri Giroux. McLaren discute mais fortemente a validação dos conteúdos presentes nos currículos, mostrando que sua seleção e organização estariam vinculadas a estratégias políticas de legitimação de conhecimento escolar. Giroux, por sua

vez, aprofunda a discussão e avança no sentido de considerar a existência de forças de resistência no cotidiano escolar que redefinem os currículos no chamado “chão da escola”.

No Brasil, o processo de redemocratização da década de 1980 foi fértil na discussão em torno do currículo e das necessárias reformas para a reconstrução de uma nação democrática. O pensamento de Paulo Freire – que resgatava a dimensão política dos conteúdos e métodos envolvidos na relação didática – com outros autores teve grande contribuição na reorganização dos fundamentos teóricos de construção curricular. A crítica freireana a uma “Educação bancária” inspirou muitos pensadores que identificavam a necessidade de uma Educação mais dialógica e aberta, posto que reconheciam as estudantes e os estudantes como produtores de cultura e de uma diversidade ampla de conhecimentos que comparecem em sua plenitude no ambiente escolar.

O reconhecimento de que estudantes são sujeitos de saberes – constante também nas teorias construtivistas que influenciaram muitas propostas curriculares oficiais e das unidades



escolares – favorece uma concepção de currículo como um campo político de negociação de saberes e práticas que se efetivam na Educação escolar; uma negociação permanente entre os currículos prescritos – constantes nos documentos oficiais e em normas institucionais – e os currículos praticados – aqueles que, de fato, acontecem nas escolas. O grande desafio é reduzir, o máximo possível, a distância entre eles, o que só é possível com a negociação entre os entes sociais que neles tomam parte.

Apesar do esforço de muitos para construir um currículo mais dialógico e aberto, as políticas brasileiras “têm sido desenhadas, em geral, de modo centralizado e vertical, privilegiando o papel dos especialistas e consultores internacionais, com conteúdos definidos de forma homogênea e prescritiva para toda a nação” (CANDAU apud VIEIRA). Buscar alternativas a esses procedimentos tem se mostrado um grande desafio. Por isso, vale destacar o compromisso histórico das educadoras e dos educadores de Vitória da Conquista ao refletir sobre concepções, políticas e práticas que fundamentam a elaboração dos referenciais curriculares para a Educação Básica do município. Esse é um trabalho que considera as especificidades, demandas e linguagens características dos empreendimentos na área da Educação com a finalidade de promoção da escola, do sistema municipal de ensino e, sobretudo, de cada cidadão conquistense. O processo é dialógico e deu voz a cada participante, levando em conta sua potência e suas necessidades.

Portanto, para esses sujeitos das políticas e estratégias de currículo, fortalecer a Educação municipal implica garantir aprendizagens, oportunidades sociais e novas formas de gestão do conhecimento dentro e fora da escola, considerando o amadurecimento de boas escolhas pedagógicas que favoreçam o enriquecimento e a renovação do currículo, articulando as práticas sociais solidárias, éticas e criativas como eixos do trabalho educativo.

Para tanto, é necessário reconhecer as escolas – e seus currículos – como lugares de encontro de culturas e, dessa forma, resgatar a dimensão política necessária à construção de propostas de trabalho que contribuam para a formação das estudantes e dos estudantes. Comparece a esse encontro o repertório oficial de conhecimentos e métodos, sistematizado pelos documentos

oficiais e textos legais – LDB, Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Diretrizes Curriculares Estaduais e Municipais e a recém-aprovada BNCC. Tal arcabouço tem por finalidade normatizar e orientar as construções curriculares chamadas de cultura escolar, entendida em duas dimensões: a cultura de cada escola, conjunto bastante amplo de conhecimentos e práticas construídas nas unidades escolares que vão gerando certa identidade institucional; e a cultura da comunidade em que a escola está situada, caracterizada por um conjunto de valores, crenças e saberes dos diferentes agentes, professoras, professores, alunas, alunos e famílias, representados pelos diversos segmentos sociais que chegam à escola.

Os currículos efetivamente praticados são forjados pela negociação entre essas culturas. A busca por mais diálogo entre esses entes sociais, além de ser um recurso discursivo, é também o reconhecimento de que a Educação escolar – suas finalidades, conteúdos e práticas, ou seja, seu currículo – não se realiza de forma abstrata, mas na prática cotidiana do “chão da escola”. Essa ação deve ser compreendida não apenas como expressão da vontade ou interesse de um grupo em particular mas pela negociação política dos sujeitos envolvidos nesse processo.

1.3 A EDUCAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADANIA AFIRMATIVA E DIALÓGICA

Construir uma consciência cidadã requer, por parte da equipe escolar, das educandas e dos educandos, uma práxis efetivamente reflexiva, que articule as sensibilidades de todas e todos às condições para pensar e transformar a realidade de forma significativa. Adquire-se, dessa forma, uma consciência do fazer escolar.

A criança, para além das palavras, baseia-se

sobremaneira no exemplo daquele que para ela é mentor, é guia em seu processo de aprendizado. A professora, ou o professor, adquire papel fundamental nesse fazer-se cidadão. Não basta, portanto, levar às estudantes e aos estudantes informações sobre a importância e a história da cidadania, elaboradas por “aulas espetaculares” sobre o tema. É preciso ir além! É necessário implicar-se com a realidade dos sujeitos da comunidade escolar. A Educação geral das crianças, dos adolescentes, dos jovens e adultos para a cidadania se processa subliminarmente quando esses sujeitos percebem em sua professora, ou em seu professor, atitudes e práticas que revelam formas ativas e dignas de lidar com os problemas cotidianos dentro e fora da escola. Paulo Freire nos diz que “ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar”. É hora de mostrar às crianças, por exemplo, que a limpeza das ruas e das instituições públicas, como as escolas, não é responsabilidade apenas do poder público ou de seus gestores, mas de todas e todos. Ou que as placas de estacionamento para idosos ou pessoas com deficiência precisam ser respeitadas 24 horas por dia.

A palavra cidadania, do latim *civitatem*, significa cidade. O conceito remete à expressão grega *polis*, ou cidade-estado, de onde deriva a definição tradicional de cidadania. Na Grécia Antiga, cidadão era tão somente aquele que buscava soluções para os problemas da cidade por ele vivenciados. Mas, naquela época, essa participação se restringia apenas a determinadas classes sociais. Com o passar do tempo, o conceito de cidadão tornou-se mais abrangente e passou a significar, nos tempos democráticos posteriores à Revolução Francesa, aquele que vota e é votado, ou seja, que possui direitos políticos. Desse modo, a definição de cidadania também se alargou, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, passando a representar um direito do indivíduo e, também, um dever do Estado em oferecer condições mínimas para o exercício de direitos. Nesse rol, incluem-se a garantia e a proteção ao direito à vida, à Educação, à informação, à participação nas decisões públicas e a atos e atitudes daqueles que atuam no mundo de maneira a relacionar-se com os mais diferentes problemas sociais. Incluem-se aí as questões referentes à psicologia social e aos

problemas educacionais.

Hoje, trabalhar cidadania na escola é uma necessidade complexa e um aprendizado difícil, pois exige que a professora, ou o professor, e a turma desenvolvam uma percepção das necessidades coletivas e atuem em função delas, por vezes se sobrepondo aos próprios interesses. Trata-se de um aprendizado que vai na contramão da massificação dos tempos atuais, em que a competitividade e os interesses individuais são estimulados largamente, em detrimento das necessidades coletivas.

Organizar ações para a cidadania não é apenas um dos pilares para a Educação contemporânea mas, também, um processo pedagógico que exige uma prática efetivamente cidadã. Agindo assim, estimula-se a participação dos sujeitos no contexto escolar e no contexto da própria comunidade onde a escola está inserida. Isso exige diálogo, conversa, entendimento, troca permanente de informação e formação das professoras, dos professores e do alunado, por vezes difícil de se efetivar, pois o diálogo nem sempre se estabelece de maneira confortável entre esses atores. Mas não há outro caminho, não há outro meio:



a participação cidadã exige diálogo constante entre as partes envolvidas e um esforço de entendimento, seguindo regras preestabelecidas que precisam ser obedecidas por todas e todos.

A sociedade humana cresceu, os desafios avolumaram-se e sabe-se que só poderão ser superados com a participação coletiva na busca de soluções necessárias para os novos e gigantescos problemas sociais. A escola é o lugar privilegiado para o desenvolvimento dessa Educação dialógica, necessária nos dias de hoje para que se trabalhe efetivamente o processo de cidadania na sua realidade prática. Para o filósofo italiano Norberto Bobbio (1909-2004), "a cidadania é uma conquista diária". Isso significa dizer que ela se conquista na construção de relações em sociedade, na tomada de consciência, na reivindicação dos direitos e no cumprimento dos deveres. São lutas cotidianas e aprendizagens com base em exemplos. Para essa conquista, a Educação de qualidade é fundamental. É por meio dela que o indivíduo desenvolverá suas potencialidades e compreenderá que pode e deve fazer a diferença na construção de uma sociedade mais justa, livre e solidária.



A Educação para a cidadania implica, portanto, uma prática ativa de professoras, professores, alunas, alunos e comunidade escolar; e exige que o diálogo não seja apenas palavra para efeito político, pregada nas placas escolares como "missão", mas seja prática diária, dentro das salas de aula, em todas as ações programadas, norteadas pelos princípios previstos no projeto político-pedagógico da escola.

1.4 POR UMA EDUCAÇÃO COM EQUIDADE

Certos conceitos parecem surgir como novidades, mergulhados na realidade e no calor do tempo presente. Contudo, é preciso estar atento à história, à memória e aos contextos nos quais as palavras são utilizadas e arrastam consigo o jogo das significações. Nos dias que correm, o conceito de equidade ganha destaque ao transitar nos mais diversos campos do conhecimento e da vida social, em especial nas questões de ordem jurídica e na agenda das políticas públicas e educacionais, ao mesmo tempo que é mobilizado no cotidiano dos sujeitos.

Embora pareça uma ideia nova, equidade é um termo antigo. Na busca por suas raízes, encontra-se nos escritos sobre ética, política e moral do filósofo grego Aristóteles (384-322 a.C.) a noção de que a felicidade da *polis* (a cidade-estado) somente poderia ser alcançada com justiça e igualdade. Na obra *Ética a Nicômaco*, o autor funda a ideia da diferença como princípio para a construção da igualdade, ao defender a necessidade de tratar de forma desigual (e na medida das suas desigualdades) os desiguais.

São conhecidos os limites e as exclusões (de mulheres, estrangeiros e escravizados) da cidadania grega dos tempos aristotélicos. Mas, numa perspectiva histórica, não se pode desconsiderar as contribuições e implicações do mundo grego para a cultura política do Ocidente. Nesse sentido, cabe destacar como marcos históricos a apropriação do ideário greco-romano por pen-

sadores iluministas e o acontecimento da Revolução Francesa, eventos que desfralaram e postularam as bandeiras da liberdade, da igualdade e da fraternidade.

No processo revolucionário, a burguesia nascente e o povo fizeram ruir a bastilha da naturalização das desigualdades. Mas a passagem de súbito para cidadão ainda comportou limites, tendo em vista que as mulheres foram excluídas, o voto censitário cerceou a participação política e os privilégios e as diferenças sociais se amplificaram. Não obstante, os lemas da liberdade e da igualdade e o sentido de uma humanidade comum, em que humanos são iguais em direitos e deveres, fixaram-se no imaginário ocidental tornando-se, mais do que uma ideia, um paradigma.

As transformações históricas pós-Revolução Francesa aprofundaram a ideia de igualdade. Com efeito, a base do projeto liberal assentou-se na ideia de igualdade de oportunidades. Se nas sociedades aristocráticas a origem familiar era a condição do acesso às benesses do mundo, para as sociedades sob o capitalismo instaurou-se a crença na capacidade individual, na força de cada um para alcançar os seus ideais e realizar o projeto perseguido.

Tal proposição comporta, contudo, um problema fundamental: ela minimiza ou mesmo silencia as condições de desigualdade originárias. Portanto, se não há uma verdadeira igualdade desde a origem social dos sujeitos, a defesa da meritocracia e a ideia de igualdade de oportunidades tornam-se questionáveis. Nesse sentido, no âmbito das sociedades marcadas por profundas desigualdades sociais, como a brasileira, veio sendo incorporada a necessidade de mecanismos de apoio aos mais vulneráveis do ponto de vista étnico-racial e de gênero, de classe social, de nacionalidades, de sexualidades, de religiosidades e de acesso aos bens culturais. Nesse longo processo, segmentos antes excluídos, como negros, mulheres e a classe trabalhadora, passaram a ser considerados entre os "iguais".

Contudo, apesar da luta contínua desses grupos sociais para alcançar direitos iguais para todas e todos, o mundo globalizado contemporâneo, dominado pelo capitalismo, não possibilita a igualdade de oportunidades festejada em seus princípios liberais, uma vez que a origem social permanece condicionando a trajetória dos indivíduos, implodindo o sentido de igualdade de opor-

tunidades e a ideia de que vive-se em um mundo em que todas e todos partem de um mesmo plano, de uma mesma posição, sob as mesmas condições sociais em busca de um futuro melhor.

Enquanto o conceito de justiça está diretamente relacionado ao de igualdade na longa tradição do pensamento e da história humanos, e o seu oposto – a injustiça – à ideia de desigualdade, o sentido de equidade aponta para algo distinto. O verbete origina-se do latim *aequitate* e remete à ideia de justiça natural, de igualdade e retidão, de disposição no sentido de reconhecer o direito de cada um. Segundo a definição dicionarizada do Houaiss, equidade é o "respeito à igualdade de direito de cada um, que independe da lei positiva, mas de um sentimento do que se considera justo, tendo em vista as causas e as intenções". Portanto, trata-se de um termo associado a uma ideia complexa, que se inscreve em uma concepção de mundo humano implicada com o sentido de justiça, de garantia de direitos, de fortalecimento da igualdade entre aqueles que compõem uma dada sociedade.

Sob certa perspectiva, equidade remete a uma estratégia do campo da justiça, concretizada por meio de agentes sociais. Eles assumem, em contextos singulares e/ou particulares, o papel de juízes, cuja tarefa é resolver situações de conflito entre sujeitos compreendidos como não iguais. Ao julgar uma situação e decidir, os juízes operam com o conceito de equidade ao avaliar pessoas que, segundo os princípios fundamentais da justiça, são humanas e cidadãs, mas que, sob situações históricas singulares, devem ser pensadas como distintas ou não iguais.

Com base nas diferenças observadas, as pessoas julgadas devem ser tratadas como desiguais tendo como perspectiva a justiça corretiva em um contexto de desigualdade. Depreende-se, portanto, que a ideia de equidade remete ao exercício da igualdade com justiça, garantindo o direito de todas e todos. Ao mesmo tempo, o termo encarna o reconhecimento de que há diferenças entre os sujeitos que reivindicam igualdade. Pelo acolhimento das diferenças se configura o exercício substantivo e efetivo da igualdade.

Algumas situações concretas podem ilustrar essas assertivas, em especial em sociedades historicamente marcadas por profundas desigualdades econômicas, políticas, sociais e étnico-raciais, como é o caso da brasileira. O artigo 5º da

Constituição de 1988 assegura a igualdade como princípio fundamental. Mas a formalidade da lei não encontra respaldo na realidade socioeconômica, ainda permeada por desigualdades de toda ordem e que se tornam visíveis nos índices de pobreza e miséria, no desemprego, na falta de oportunidade na Educação e de acesso à moradia e à saúde, na discriminação étnico-racial, por gênero, orientação sexual, religiosidade, entre outros.

Isso considerado, as políticas de ação afirmativa configuram tentativas de desenvolvimento humano com justiça social. Por exemplo, as cotas nas universidades, que pretendem ampliar a oportunidade de acesso a bens sociais e culturais a segmentos da população em situação de vulnerabilidade social; o acesso diferenciado nos serviços públicos de saúde, priorizando o atendimento em hospitais de pacientes com maior nível de urgência; a prioridade no atendimento de serviços em geral de idosos e pessoas com deficiência; e a garantia de bons indicadores de aprendizagem na Educação de crianças, adolescentes e jovens de diferentes condições socioeconômicas, considerando a pluralidade sociocultural que os constituí.

Para exemplificar o exercício de equidade na Educação, toma-se a garantia de direito a um currículo com subsídios para práticas educativas diferenciadas que visem a emancipação das estudantes e dos estudantes das populações quilombolas. Nessa concepção, valorizam-se as histórias de vida, a cultura e as lutas dos ancestrais por respeito, liberdade e o exercício de práticas de religiosidades com ênfase nas matrizes africanas. Também ganham força outras formas de relação do homem com o meio natural, com destaque à preservação ambiental. Na escola quilombola, há produção de outros saberes, com multirreferências sobre o corpo, sobre a saúde e os usos dos conhecimentos acerca das curas com ervas medicinais, sobre territorialidades e identidades, entre outros conteúdos que permeiam as aulas. Esse tipo de Educação favorece a vivência de uma experiência escolar autêntica, desenvolvida com base em questões socio-históricas vivas.

Desse modo, a compreensão de que a ideia de equidade baseia-se na busca pela igualdade entre desiguais implica priorizar os que precisam mais em determinados contextos e situações históricas, contemplando e atendendo, ao mesmo tempo, aqueles que precisam menos.

Conclui-se, portanto, que equidade não equivale à igualdade, mas é uma condição para que essa se efetive. Remete-se à ideia e à necessidade de uma busca constante pela igualdade entre desiguais, fortalecendo práticas que conduzam à redução das desigualdades, a consideração das diferenças e da diversidade, objetivando, de fato, a emancipação e uma sociedade mais justa e socialmente democrática.

1.4.1 EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

No contexto da escravização e do genocídio de ameríndios e negros africanos nas Américas, grande parte da população europeia considerava-se superior e atribuía inferioridade intelectual, cultural e civilizatória a todos os povos não europeus, utilizando esse discurso para legitimar a sua dominação sobre os mesmos.

Os estigmas em tal discurso vincularam-se mais aos povos negros devido aos três séculos de escravização de seus corpos e, principalmente, aos mecanismos utilizados pelas formas de governo, ao longo da história, para manter e reproduzir essas cicatrizes. Segundo Lívia Vaz (2017), o racismo estrutural no Brasil foi legitimado pelo Estado, que autorizou a escravização e todos os processos de desumanização que ela acarretava. Após muita luta e resistência de negras e negros, aboliu-se a escravidão no Brasil.

A partir de então, legislações como a da proibição da capoeira (Decreto Federal nº 847, de outubro de 1890) levaram à prisão religiosos de matriz africana, reduziram a maioria penal e geraram uma política de encarceramento da população negra. Além disso, o Estado brasileiro foi omisso ao não garantir condições básicas de cidadania, como saúde, moradia, Educação, mobilidade urbana ou emprego à população negra recém-libertada. Ao contrário, deu corpo a um projeto eugenista de sociedade, e estimulou a imigração de europeus e asiáticos para o Brasil, os quais, mesmo vivendo em cortiços e em situações de-

gradantes, tinham melhores condições de existência comparadas às dos pretos e pardos.

Os povos originários ou nativos do território onde hoje se localiza o Brasil também passaram por grande sofrimento com a chegada dos portugueses e com a colonização e exploração de suas terras. O genocídio ameríndio durante o processo histórico do fazer-se do país ficou marcado por suas proporções gigantescas e pelo desaparecimento de diversas etnias indígenas. Segundo dados da Fundação Nacional do Índio (Funai), a população ameríndia era de cerca de 3 milhões de pessoas no ano 1500. Ao longo da história de exploração e matança dos nativos brasileiros, esse total teve uma redução drástica, caindo para apenas 70 mil pessoas em 1857. No último senso demográfico, realizado em 2010, a população ameríndia brasileira, em recuperação há algumas décadas, totalizou quase 818 mil pessoas.

Por todo esse contexto de marginalização, negação de cidadania e extermínio, os corpos negros e ameríndios ainda estão associados a estereótipos como o da sexualidade aflorada, da propensão aos trabalhos braçais e subservientes, de traços considerados feios (de acordo com os padrões determinados pelas classes dominantes), da ignorância e da criminalidade.

A raiz estrutural do racismo à brasileira é, portanto, uma política de abandono e apagamento da identidade e da história ancestral das matrizes ameríndias e africanas. Esse componente cruel da história, principalmente a diáspora de negros e negras, gerou nessas parcelas populacionais uma aceitação psíquica de uma subalternidade programada. Isso faz com que assumam uma forjada condição de inferioridade e de negação aos direitos sociais elementares (ALBUQUERQUE, 2009).

Respondendo ao histórico racismo estrutural vivenciado no Brasil, excluídos e excluídas secularmente travaram um embate marcado pelo movimento abolicionista, pela Imprensa Negra Brasileira, pelo Teatro Experimental do Negro (TEN), pelo Movimento Negro Unificado (MNU), pela Marcha Zumbi dos Palmares, entre outros, que desembocou nas conquistas alcançadas nos últimos anos. As ações afirmativas são fruto da luta negra e ameríndia brasileira. No escopo dessas vitórias está a Lei nº 10.639/2003 que prevê o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos da escola básica no Brasil.

Nesse sentido, na escola, é importante pautar o histórico de luta e resistência desses povos nas Américas e pensar a evolução deles no mundo, para além do processo escravagista. Nesse contexto, se revelaria, no currículo, o surgimento da humanidade no continente africano, as primeiras formas de organização social e de conhecimento e os primeiros impérios. O intuito, no caso, é o de reconstruir referências ancestrais retirando do pedestal a condição ontológica eurocêntrica e escravagista, que apresenta negros e indígenas como pessoas que aparecem na história da humanidade para serem escravas, possibilitando a reconstrução da autoestima e da valorização desses povos.

No que tange ao ensino dos conhecimentos, saberes e ciência provenientes das matrizes africanas e ameríndias, é necessário fazer uma problematização, tendo em vista a grande diversidade na composição étnico-racial da região de Vitória da Conquista e do Sertão da Ressaca. O contingente populacional da região é marcado pela presença majoritária de pessoas miscigenadas, assim como de comunidades quilombo-



las e etnias ameríndias. Faz toda diferença, por exemplo, que educandas e educandos dos anos finais do Ensino Fundamental aprendam que o saber médico, químico, farmacológico, arquitônico, filosófico, histórico, artístico, culinário, sanitário, astronômico e matemático (inclusive os cálculos que propiciaram a construção de pirâmides perfeitas geometricamente) já eram desenvolvidos há milênios por diferentes civilizações africanas. A matemática, em algumas dessas sociedades, expandiu-se tanto no campo da aritmética quanto no da geometria. Um documento histórico sobre o tema é o Papiro de Rhind (1650 a.C.), que apresenta, por exemplo, a proposição das bases para o teorema do triângulo retângulo, popularmente conhecido como teorema de Pitágoras, mais de mil anos antes do nascimento do grego Pitágoras (570-495 a.C.). Outro achado histórico é o Osso de Ishango (aproximadamente entre 20000 e 18000 a.C.), ferramenta feita com osso de babuíno. Cogitou-se, a princípio, que o artefato seria utilizado para realizar contagens, porque há nele uma série de traços talhados, divididos em três colunas, ao longo de todo seu comprimento. Alguns cientistas sugeriram que esses agrupamentos indicam uma compreensão matemática que vai além da contagem (MACHADO, LORAS, 2017).

Da mesma maneira, é importante desenvolver estratégias de construção de uma autoimagem positiva de crianças pretas e pardas, bem como ameríndias. Isso pode ser feito por meio de projetos transversais que envolvam contação de histórias, palestras ou exposições ao longo do ano. É possível oferecer atividades como oficinas de turbanos, produção de bonecas abayomi e jogos matemáticos africanos milenares de raciocínio lógico. Ou, ainda, estudar com a ajuda das ciências naturais alguns papiros africanos que trazem conhecimentos médicos, biológicos e químicos, como o Papiro de Ebers, um dos tratados médicos mais antigos, datado de 1550 a.C., no Egito.

Outra perspectiva possível é o estudo da geografia do continente africano associada a sua história e cultura. Mais uma proposta interessante seria organizar uma feira dos impérios, tratando de povos milenares de origem africana ou ameríndia, estudando formas geométricas com base no contexto das pirâmides, fazendo aulas públicas em locais históricos relevantes na cidade como marcos de resistência, quilombos

urbanos ou espaços de cultura que contenham fontes para a aprendizagem da valorização das raças negra e ameríndia. Por fim, uma boa estratégia é possibilitar o acesso a exemplos de sujeitos negros ou ameríndios que alcançaram espaços de poder, o que pode ser feito por meio de entrevistas pessoais ou a distância ou de pesquisas sobre esses indivíduos.

Essa é a concepção adotada por este referencial de Educação para as relações étnico-raciais, voltada para a construção do autopertencimento positivo das crianças, dos jovens e dos adultos ameríndios, negros e não negros, às suas identidades e ancestralidades. A intenção é que os povos se reconciliem com suas histórias, reconstruindo concepções acerca de si mesmos e projetando um futuro potente para todas e todos.

1.4.2 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino destinada a educandas e educandos com deficiência no campo da aprendizagem, que pode ser de origem física, sensorial, intelectual, múltipla, transtorno do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Para compreender a Educação Especial na perspectiva da inclusão, é válido caminhar rumo à escola para todos, num lugar que inclua as alunas e os alunos, que celebre as diferenças, que apoie a aprendizagem e que responda a todas as necessidades individuais.

Nesse cenário, observa-se que a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) dimensionou o acesso das pessoas com deficiência ao sistema de ensino. Esse documento determinou a inclusão social e escolar de pessoas que, historicamente, foram segregadas ou tiveram suas participações restringidas a espaços reservados no que se refere ao atendimento de suas necessidades. Com

isso, conquistou-se um grande saldo de inclusão e um marco em relação a tempos passados.

Mesmo com esse caminho de muitas conquistas de direitos sociais e educacionais, ainda há muitos desafios e muitas barreiras de diversas esferas a ser transpostas, o que pressupõe a construção de uma sociedade democrática na qual todas e todos possam exercer a sua cidadania respeitando a diversidade.

Convém salientar que o Brasil reconhece por meio dessa política pública a universalização de um ensino que disponibilize a todas e todos o acesso ao conhecimento capaz de favorecer as condições necessárias para a aprendizagem do exercício da cidadania, o que implica a necessidade de investimentos para implementar a Educação Inclusiva no interior das unidades escolares.

Como assevera Aranha (*apud* Pietro, 2003), a inclusão escolar requer um rearranjo no sistema educacional, pois “prevê intervenções decisivas e incisivas em ambos os lados da equação: no processo de desenvolvimento do sujeito e no processo de reajuste da realidade social”. Assim, “além de se investir no processo de desenvolvimento do indivíduo, busca-se a criação imediata de condições que garantam o acesso e a participação da pessoa na vida comunitária, através da provisão de suportes físicos, psicológicos, sociais e instrumentais”. De acordo com Correia (1999), a Educação Inclusiva relaciona-se à noção de escola como espaço educativo aberto, diversificado e individualizado, em que cada criança possa encontrar resposta à sua individualidade e diferença. Seguindo essa linha de raciocínio, Mantovan (2001) coloca que a Educação Inclusiva não se refere apenas à inserção da aluna, ou do aluno, com deficiência no ensino comum. É um conceito amplo que inclui o respeito às diferenças individuais, culturais, sociais, raciais, religiosas e políticas, e que entende o indivíduo como ser pleno e com talentos a ser desenvolvidos, segundo a autora, pela escola comum.

É preciso destacar que as transformações necessárias para a construção de uma escola para todas e todos não se resume ao debate das próprias práticas pedagógicas no campo escolar. Cabe às educadoras e aos educadores uma reflexão constante sobre os fazeres educacionais. É necessária uma ampla mobilização diante desse processo, tomando também o aspecto relacional (FRANCO, 2011), que sugere, em outras palavras, sobretudo, um pensar sobre o modo como nos colocamos diante do outro.

Afirma Franco (2011) que, considerando que o conceito de inclusão evoluiu, não é estático, ou seja, inclui dimensões filosóficas, históricas e antropológicas, é preciso tomá-lo segundo várias mudanças ocorridas no próprio conceito, nas instituições, nos contextos sociais e no desenvolvimento individual de cada pessoa. Por muito tempo, o acesso à escola privilegiava alguns grupos em detrimento de outros. Em se tratando das pessoas com deficiência, por não se enquadrarem nos padrões de “normalidade”, houve um afastamento delas do convívio social. Elas foram rejeitadas e estigmatizadas, produzindo uma “invisibilidade” social desse público em diversos espaços, principalmente o escolar.



Entretanto, esse tratamento sofre variações de acordo com a cultura e reflete crenças e valores que, ao ser materializados em práticas sociais, vão originar maneiras diferenciadas de perceber e efetivar o modo de conviver e se relacionar entre as pessoas com e sem deficiência (FRANCO, DIAS, 2005).

Com a política nacional definida em 2008, tem-se outra compreensão que permite avançar no entendimento de que o acesso, a permanência e a aprendizagem na escola são direitos desses estudantes. Além disso, o atendimento educacional especializado deve ser realizado de forma complementar ou suplementar à escolarização, tendo como uma de suas principais preocupações a de desenvolver os talentos, as potencialidades de cada aluna e de cada aluno, promovendo a remoção de barreiras físicas e atitudinais que possam surgir nesse processo.

Assim, a Educação Especial, como modalidade, organiza-se de forma transversal. Isto é, atravessa os níveis e as demais modalidades de ensino.

A garantia da Educação para todas as crianças e todos os jovens e adultos, desde a Educação Infantil até a Educação Superior, significa a

responsabilidade social e política com a transformação de uma sociedade que oferece oportunidades a todas e todos e mobiliza ações em seus sistemas educacionais para que as pessoas possam aprender e conviver juntas, construindo conhecimentos sem preconceitos. Para isso, mudanças indispensáveis sugerem a construção de caminhos e possibilidades que atendam a todas as pessoas, considerando suas particularidades, sem discriminação por diferenças (BRASIL, 2008). Estabelecer um encontro com esses princípios significa afirmar que a perspectiva da Educação Inclusiva coloca à gestão e ao corpo docente um compromisso com a modificação dos olhares e das ações educacionais.

1.4.3 PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Como já visto, a diversidade é característica marcante do povo brasileiro e permeia os sistemas de ensino, o processo educacional e as territorialidades. Nesse contexto, ancora-se a discussão sobre o papel social da escola e as especificidades que caracterizam a Educação do Campo.

Retomando o processo histórico, vale considerar que o Brasil é cenário de luta desde a invasão dos europeus até os dias atuais. Em se tratando das pessoas que foram expropriadas da posse da terra e da cidadania, tais lutas se configuraram em busca de liberdade, soberania, direito de viver, trabalhar e produzir suas existências com respeito e com dignidade.

Entre todas as batalhas por direitos, está a busca pela garantia dos direitos à Educação da população do campo, pauta extremamente importante e necessária. Ainda do ponto de vista histórico, é preciso considerar que a escola surgiu valorizando a cultura urbana, privilegianto o ensino de conteúdos considerados como de validade universal e desconsiderando a sabedoria dos povos tradicionais. A escola do campo, por sua vez, nasceu nas sedes das fazendas ou na casa da professora que se dispunha a ensi-



nar as primeiras letras às filhas e aos filhos dos trabalhadores, abarcando a Educação escolar para além do território das cidades, incluindo as vilas, as fazendas e os povoados.

No Brasil das décadas de 1940 e 1950, inconformados com questões relacionadas à fome, à pobreza e ao latifúndio, as Ligas Camponeses e outros movimentos de base se organizaram para enfrentar coronéis e suas oligarquias, pautando a luta por reforma agrária, reforma educacional e outros direitos dos trabalhadores rurais.

Mais adiante, foi acontecendo a articulação de entidades representativas de movimentos sociais, universidades, pastorais, sindicatos, professores e gestores que, a partir de então, realizaram eventos importantes tais como o Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (Enera), em Brasília, em 1997, e a Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, no Distrito Federal, em 1998. Em sua segunda edição, além de trazer a denúncia de inúmeros problemas, a conferência também apresentou propostas importantes de estruturação do cenário da Educação do Campo no país. Em 2010, foi criado o Fórum Nacional de Educação do Campo (Fonec), que, em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), lançou, no ano seguinte, a campanha Fechar Escola É Crime, denunciando o alarmante número de escolas no meio rural que tiveram as atividades encerradas em 2011.

A luta por direitos alcançou inúmeras conquistas ao longo das últimas décadas, que se consolidaram em marcos legislativos. A Constituição de 1988, por exemplo, trouxe a definição de princípios da gratuidade do ensino público, da gestão democrática e da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Instituiu, ainda, que o Estado deve garantir o direito de todos os brasileiros à Educação.

No sentido da universalização do direito à Educação em todo o território nacional, um desdobramento da Constituição foi a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96, cujo artigo 26 determina que “os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da

sociedade, da cultura, da economia e dos educandos” (BRASIL, 1996).

Na mesma lei, o artigo 28 rege que os sistemas de ensino promovam adaptações necessárias para haver adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, quando da oferta da Educação Básica para a população do campo. Especifica, ainda, que essas adaptações se referem aos conteúdos curriculares, às metodologias, à organização do calendário escolar e à adequação à natureza do trabalho nessas localidades.

Outra conquista significativa foram as Diretrizes Operacionais para a Educação nas escolas do Campo (resolução 1/2002), que estabelecem a identidade da escola do campo, considerando aspectos como tempo, espaço, recursos e saberes próprios das alunas e dos alunos e dos grupos comunitários ali estabelecidos:

“Parágrafo único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país”.

Vale refletir, portanto, que a Educação do Campo envolve as especificidades de cada lugar e a luta da população que lá vive para a garantia desse direito. É importante analisar a realidade construída historicamente e respaldada nas políticas públicas para mapear quantas escolas contam com bibliotecas ou salas de leitura, computadores, água encanada, energia elétrica etc. Esse tipo de levantamento contribui para que se considere cada realidade e permita tecer com as pessoas que fazem parte das comunidades rurais todo o planejamento pedagógico.

Houve avanços significativos no cumprimento de responsabilidades com o atendimento escolar à luz das diretrizes legais indutoras de políticas públicas para a Educação do Campo. Mas ainda há muitos desafios a enfrentar, sobretudo quando se consideram os resultados a ser alcançados quanto ao ensino e as aprendizagens.

O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) tem como meta relacionada às popula-

ções do campo “alcançar, no mínimo, escolaridade média igual a 12 anos de estudos em 2024”. Segundo o monitoramento realizado em 2018, a população de 18 a 29 anos residente no campo apresentou, em 2016, escolaridade média de apenas 8,5 anos de estudo, valor 3,5 anos aquém da meta para 2024 e 2 anos inferior à média entre os que vivem nas áreas urbanas.

Outro desafio é fazer a escola do campo privilegiar as próprias demandas, refutando a visão de que o urbano significa desenvolvimento e o campo atraso. Buscar romper com essa ideia e essa configuração é cada vez mais urgente. Um passo importante é a organização de um currículo que considere, valorize e inclua as pessoas que fazem parte da Educação do Campo no planejamento do trabalho educacional.

Circunscreve-se, nesse contexto, a elaboração do projeto institucional das escolas do campo, pautado pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. A construção do projeto deve ser um trabalho compartilhado por todos os setores comprometidos com a universalização da Educação escolar e com a qualidade social. Ele precisa articular experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho e para o desenvolvimento social economicamente justo e ecologicamente sustentável.

A BNCC, homologada em 2017, destaca que, ao elaborar os currículos, os sistemas ou redes de ensino e as instituições escolares precisam contextualizar os conteúdos dos componentes curriculares tornando-os significativos, considerando a realidade do lugar e do tempo em que as aprendizagens se situam; decidir sobre formas de organização interdisciplinar dos componentes curriculares fortalecendo a gestão do ensino e da aprendizagem com estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas; selecionar e aplicar metodologias diversificadas que atendam as especificidades dos diferentes grupos de alunas e alunos, suas famílias e suas comunidades.

Esses aspectos são importantes para a implementação de documentos curriculares, que precisam estar pautados em premissas como o respeito à diversidade cultural, social e geográfica do espaço em que a escola está inserida. O currículo tem de ser construído para escolas reais, que se inserem em um dado lugar e tempo com suas memórias e histórias. Toda essa diversidade encontra abrigo na Pedagogia Libertadora

encabeçada por Paulo Freire, para a qual a Educação se constrói sobre a autonomia do sujeito, com base na sua realidade e visão de mundo.

Questões da problemática da terra, do trabalho, da violência e de outros desafios enfrentados pela população rural devem estar articuladas aos conteúdos explorados no cotidiano da sala de aula, bem como a aspectos voltados para religiosidades, mitos, manifestações culturais, colheita e festas, sempre considerando as demandas e desafios específicos de cada lugar.

Essa articulação favorece que o projeto político-pedagógico da escola seja construído (e revisado) de forma coletiva e colaborativa, com base em um diagnóstico da realidade em que a escola do campo está inserida, tendo clareza acerca da sua missão e visão, da sociedade que se quer formar e da concepção de ensino e aprendizagem que se quer implementar. O plano de ação, por sua vez, tem de ser elaborado visando que as aprendizagens aconteçam de forma significativa.

Para que cada vez mais se qualifique o trabalho pedagógico das escolas do campo, é importante considerar as dificuldades e os desafios enfrentados nesse âmbito. Um passo importante é romper o isolamento geográfico e pedagógico que distancia muitas educadoras e muitos educadores, possibilitando momentos de troca de experiências, de diálogo e de reflexão acerca das especificidades do trabalho nas suas classes. Outro ponto é buscar alternativas para superar a escassez de recursos pedagógicos e de acervo literário nessas localidades. Também vale destacar que as educadoras e os educadores precisam de apoio na organização do planejamento de ensino em todas as áreas do conhecimento, considerando as especificidades dos conteúdos e a proposta pedagógica construída. É fundamental considerar, ainda, se a escola está organizada por série ou em classes com crianças e adolescentes de diferentes idades com uma única professora, ou professor, as chamadas turmas multisseriadas.

De forma geral, é preciso trabalhar para que todas as alunas e todos os alunos avancem em seus conhecimentos de forma significativa e também que possam interagir e aprender em um grupo que é sempre heterogêneo. Assim, é essencial organizar, distribuir e alternar as diferentes situações didáticas ao longo do ano, dos bimestres ou trimestres letivos e das aulas, considerando o que as turmas sabem e o que pre-

cisam aprender. Para tanto, são imprescindíveis as contribuições e participações colaborativas entre profissionais da Educação e as comunidades educacionais do campo.

vos, muito menos ainda, não se limita à assimilação e à reprodução de modos de fazer (saber fazer) predeterminados, estanques e definitivos” (LIMA JÚNIOR, 2005).

Tecnologia tem a ver com criatividade, produção de conhecimento, inquietude e curiosidade. O ser humano produz tecnologia lançando mão de outros saberes, humanizando técnicas e ressignificando seu olhar sobre o contexto de vida que ele mesmo gera.

Nessa perspectiva, é possível falar de tecnologias como o quadro de giz, o livro didático, carrinhos, bolas, bicicletas, revistas, rádio, TV e assim por diante. Mas também de lousas digitais, computadores, tablets, smartphones, softwares, jogos eletrônicos, aplicativos etc. Todos esses dispositivos e recursos podem ser apropriados pelo campo educacional como artefatos humanos absorvidos em cada contexto histórico em busca da melhoria de qualificação dos processos de ensino e de aprendizagem. Para tanto, é importante e necessário desenvolver práticas mais audaciosas e criativas visando atender aos interesses educacionais, produzindo ações pedagógicas que possam refletir a identidade de cada escola. Assim, é fundamental que “Os professores explorem os espaços vazios e fluidos, os quais possibilitam uma Educação e uma prática críticas, tendencialmen-

1.5 EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS: UM DEBATE NECESSÁRIO

O termo tecnologia geralmente remete à ideia de computadores, softwares, jogos eletrônicos, games, enfim, todo e qualquer aparato eletrônico ou digital. Essa concepção estaria equivocada? Não, apenas incompleta.

“A tecnologia tem sua gênese histórica e, como tal, é inerente ao ser humano que a cria dentro de um complexo humano-coisas-instituições-sociedade, de modo que não se restringe aos suportes materiais nem aos métodos (formas) de consecução de finalidades e objetivos produti-



te subversivas, rompendo com a Educação enquanto mera apropriação de instrumentos técnicos e receituários para a eficiência, insistindo no aprendizado aberto à elaboração da história e ao contato com o outro não idêntico, o diferenciado" (HETKOWSKI, 2006).

A visão atual sobre tecnologias digitais na Educação é a de que sua dinâmica de atuação está no campo da complexidade, da fluidez e da criatividade. Não se trata de uma inércia que apenas acompanha o desenvolvimento do conhecimento humano. O que vai dar um sentido objetivo aos processos educativos é a intervenção humana, a condução, o direcionamento e a apropriação instrumental. As tecnologias digitais, de imediato, representam e possibilitam um avanço quantitativo dos meios e das condições materiais para a aprendizagem, mas a qualidade e a intencionalidade social de seus usos dependem de um processo político e de uma correlação de forças. Cabe à Educação, nesse sentido, um papel relevante.

Uma aula de Matemática, de História, de Geografia ou de Ciências, por exemplo, pode fazer uso de uma lousa digital, de smartphones e de aplicativos específicos ou de sites de busca. Mas é preciso sistematizar um ciclo de aprendizagem, que pode estar proposto, por exemplo, no livro didático ou em um plano de aula ou sequência didática planejados pela própria equipe docente. Além disso, é importante garantir a posterior produção de material autoral de cada estudante, num processo de síntese. A proposição desse ciclo simboliza o protagonismo docente diante da produção de conhecimentos. Nesse caso, professoras e professores se apropriam das tecnologias, direcionando-as para fins específicos, o que é diferente de utilizá-las aleatoriamente apostando numa espécie de autodidatismo tecnológico.

O fato concreto é que, hoje, cada vez mais as crianças e os jovens estão tendo acesso às tecnologias digitais. O que isso pode significar no campo educacional? O acesso aos recursos digitais, por si só, já significa um processo de criação de intimidade com a tecnologia, incorporando-a aos modos de construção de ideias, às aprendizagens e ao entendimento do mundo. Isso requer mais do que atenção por parte das educadoras e dos educadores. Há uma necessidade de imersão no ambiente tecnologizado para conhecer suas

dinâmicas de funcionamento e sedução e para que se acrecente à prática pedagógica esses elementos nada estranhos ao mundo infantil e juvenil.

Apenas a título de exemplo, vê-se com certa frequência crianças pequenas sendo "acalmadas" ao acessar um smartphone ou um tablet. A questão é que os jogos e atividades ali propostos trazem elementos de interatividade permanente. Além disso, quando algo não agrada, a criança tem a autonomia de mudar ou até de excluir sem qualquer tipo de ressentimento ou repressão. As tecnologias criam, nesse sentido, um ambiente tanto de interatividade como de desenvolvimento da autonomia. Essa referência positiva pode e deve ser tematizada. De que forma seria possível trabalhar tecnologicamente – até mesmo sem acesso às tecnologias digitais – com um ambiente de criatividade e interação permanentes nas salas de aula?

Interatividade e autonomia formam um binômio essencial para os processos de aprendizagem pois estimulam o querer aprender, aguçam a criatividade, a curiosidade e, numa análise mais objetiva, criam condições para que se aprenda brincando, fazendo, inserindo-se na construção da própria aprendizagem. Esse talvez seja o principal legado do advento das tecnologias digitais.

A sociedade contemporânea, tendo como marco referencial o fim da Segunda Guerra Mundial, tem se caracterizado pelo advento das tecnologias em suas mais variadas áreas de atuação. Na Educação, houve uma mudança de paradigma quando os processos de ensino e de aprendizagem foram reorientados. A professora, ou o professor, deixou de ser o centro de conhecimentos. Eles, agora, estão dispostos e acessíveis. Isso faz com que, em vez de reduzir a atuação docente, exija-se muito mais dela, pois é fundamental que professoras e professores retroalimentem os conhecimentos e fortaleçam os processos de pesquisa diante de uma nova configuração social. Afinal, quem se comportar passivamente diante da sociedade tecnologizada corre sério risco de ser substituído por máquinas.

Nesse contexto, duas indagações de cunho pedagógico podem contribuir para a reflexão: quem é a aluna, ou o aluno? Como ela, ou ele, aprende? Essas questões pedem um posicionamento sobre as tecnologias e uma apropriação

de seus recursos por parte das educadoras e dos educadores durante o planejamento dos processos de ensino e de aprendizagem.

"As crianças no século XXI já nascem em uma época na qual a tecnologia se tornou essencial para as relações sociais. [...] Até mesmo [...] antes de serem alfabetizadas aprendem e dominam o uso de tais ferramentas, consequentemente facilitando o acesso a internet" (FRANCISCO, et al, 2019).

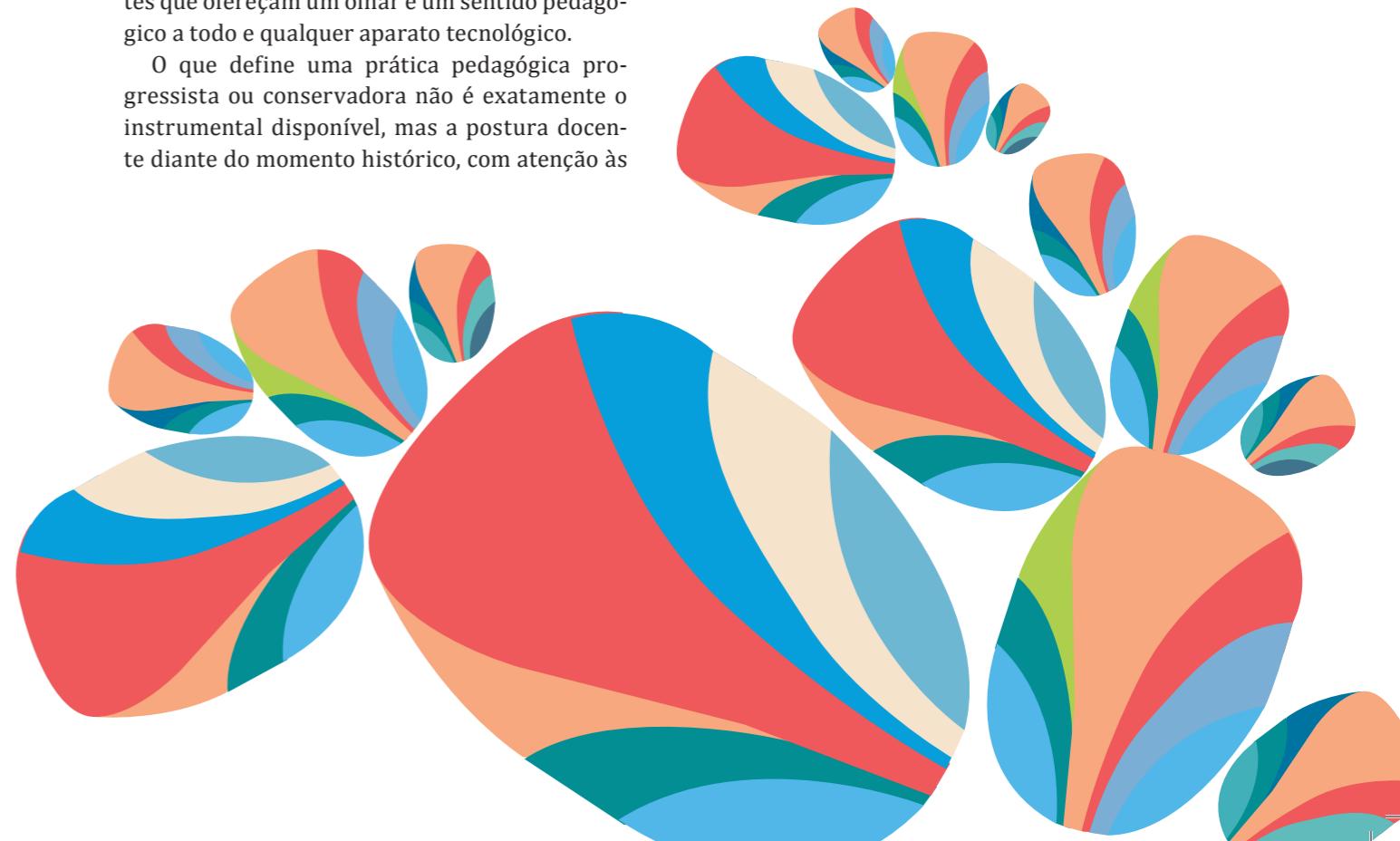
Como estruturar, então, uma prática pedagógica que absorva as tecnologias sabendo que se está diante de gerações nativas digitais? Como premissa, não se pode negar a importância de determinadas tecnologias que fazem parte do cotidiano de toda uma geração. Por outro lado, e aqui reside o cerne da questão, a professora, ou o professor, do século XXI não é ainda, em sua maioria, pertencente a essa geração nativa digital. Por isso, é preciso se reinventar permanentemente, buscar atualização e ter capacidade de enxergar o novo como possibilidade de diferentes saberes e caminhos de aprendizagem. É preciso superar medos e receios e compreender que as tecnologias podem estar a favor de uma prática pedagógica atualizada não pelas dinâmicas de funcionamento em si dos instrumentos tecnológicos mas baseada nas intervenções docentes que ofereçam um olhar e um sentido pedagógico a todo e qualquer aparato tecnológico.

O que define uma prática pedagógica progressista ou conservadora não é exatamente o instrumental disponível, mas a postura docente diante do momento histórico, com atenção às

alterações sociais e à capacidade de transformar essa postura em práticas pedagógicas não limitadas à glorificação do passado nem aos excessos de otimismo do futuro.

Evitar voos-solo também é fundamental. O movimento de apropriação das tecnologias na Educação deve ser endógeno, ou seja, as secretarias (com a criação e o desenvolvimento de políticas públicas) e os profissionais da Educação têm de se apropriar coletivamente dos aparatos tecnológicos e lhes conferir um sentido pedagógico. É preciso compreendê-los como suportes de desenvolvimento de uma prática que faça a aluna, ou o aluno, pensar e criar. Esse deve ser o resultado esperado da intervenção docente não dependente do instrumental tecnológico. As tecnologias são essenciais, porém, não podem ser elas próprias os sujeitos de todo e qualquer processo educativo.

Isso significa dizer que educar tecnologicamente é atuar na dimensão da dinâmica do conhecimento humano e não apenas prover acesso aos recursos tecnológicos. O acesso é fundamental, mas, se houver uma relação de dependência aos aparatos, nega-se o entendimento das tecnologias enquanto força criativa, produção e reconstrução humanas. Gerar uma expectativa de que os instrumentos podem ser redentores das necessidades humanas é oferecer-lhes um lugar de distância e superioridade ao ser pensante.





Fundamentos e organização da Educação Infantil

*Criança tem pressa de viver,
e não lhe prometam uma compensação no futuro,
a necessidade é urgente,
o bálsamo que venha já,
amanhã será tarde demais.*

Carlos Drummond de Andrade (1902-1987)
Poeta, cronista e contista brasileiro

2.1 EDUCAÇÃO INFANTIL, INFÂNCIAS E CRIANÇAS

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996). Essa etapa deve ser

"oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social" (BRASIL, 2009b).

A consolidação dessas características da Educação Infantil significa a institucionalização da etapa no âmbito do Estado brasileiro, em seus sistemas e redes de ensino, e auxilia no controle social e na observância da qualidade da Educa-

ção ofertada nas instituições de ensino que atendem crianças de até 5 anos de idade.

Os objetivos gerais da Educação Infantil são:

1. Oferecer condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais.
2. Assumir a responsabilidade de compartilhar com as famílias e de complementar a Educação e o cuidado das crianças.
3. Possibilitar a convivência entre crianças e entre adultos e crianças e a ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas.
4. Promover a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância.
5. Construir formas de sociabilidade e subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta, buscando o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa (BRASIL, 2009a).

Além desses objetivos, as escolas da Rede Municipal de Vitória da Conquista devem organizar a Educação Infantil com base nas seguintes regras comuns (BRASIL, 1996):

- 1.** Avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental.
- 2.** Carga horária mínima anual de 800 horas, distribuída por um mínimo de 200 dias de trabalho educacional.
- 3.** Atendimento à criança de, no mínimo, quatro horas diárias para o turno parcial e de sete horas para a jornada integral.
- 4.** Controle de frequência pela instituição de Educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% do total de horas.
- 5.** Expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

A criança, desde a mais tenra idade, tem o direito de frequentar uma escola de Educação Infantil e de desenvolver-se integralmente, conforme a legislação educacional vigente (BRASIL, 1988; 1996; 2009b; VITÓRIA DA CONQUISTA, 2015). O abandono de concepções educacionais assistencialistas e escolarizantes na Educação Infantil vem ocorrendo lentamente devido às descontinuidades de políticas públicas em diferentes campos da Educação, como financiamento, formação de professores, infraestrutura, compra de equipamentos e mobiliários, aquisição de brinquedos e outros materiais específicos para o trabalho pedagógico na escola.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009b) ressaltam que toda proposta pedagógica e curricular deve ser formulada considerando os princípios éticos (da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades), políticos (dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática) e estéticos (da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de ex-

pressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais), bem como a função sociopolítica e pedagógica da Educação.

A Educação, no contexto da escola, não pode ocorrer fora da esfera social e política de cada sociedade. As crianças são cidadãs e cidadãos que vivem em um grupo social, em uma ou mais famílias, e que participam ativamente de decisões nos espaços privado e público, como autoras e produtoras de saberes e de culturas.

O reconhecimento da criança como sujeito de direitos (BRASIL, 1988; 2009b; 2017) pressupõe um trabalho pedagógico edificado dia a dia nos eixos da prática pedagógica – educar, cuidar, incentivar interações, garantir o brincar, promover a escuta e assegurar participação – bem como no respeito aos tempos e ritmos de desenvolvimento e de aprendizagem de cada ser humano.

A Educação Infantil, além de direito, é um momento crucial para a construção de aprendizagens, hábitos, atitudes, valores e modos de relação com o planeta, com as pessoas e com as coisas do mundo. Daí a relevância da qualidade das relações e dos espaços, ambientes e tempos que a criança acessará na escola. Cada espaço-ambiente escolar, se organizado com olhar atento às particularidades, potências e aos desejos de cada uma e de cada um, pode vir a ser um mundo de possibilidades e de ricas aprendizagens.

Na Educação Infantil, as infâncias precisam ser vividas intensamente, pois as marcas da história de aprendizagem e de desenvolvimento ficam cravadas, para sempre, dentro de todas e todos. Dependendo do tipo, da qualidade e da intensidade dessas marcas (positivas ou negativas), a criança, ao tornar-se adulta, ou adulto, poderá construir caminhos distintos no que diz respeito à relação consigo mesma, com o conhecimento, com os outros e com o planeta.

As crianças aprendem também por meio das relações e experiências diárias nas instituições de Educação Infantil. A escola, ao recebê-las, tem o importante papel de conhecer o que elas já sabem e de potencializar esses saberes, criando situações de aprendizagem ricas e desafiantes nos diferentes campos de experiência. “Além disso, a instituição precisa conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza e a diversidade cultural das famílias e da comunidade” (BRASIL, 2017).

A compreensão advinda de diferentes campos

de conhecimento (pedagogia, psicologia, sociologia da infância e antropologia) tem produzido atualizações da concepção de criança, na área da Educação Infantil, como indica o Art. 4º das atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009b):

“Criança, sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura”.

Ela é sujeito histórico porque nasce em uma determinada família, habita e vive em um determinado espaço geográfico, faz parte de uma sociedade em um certo momento. Cada ser humano, quando chega ao mundo, herda o que há nele, mas também interfere na história produzindo cultura e conhecimento na medida em que se desenvolve, mesmo antes de frequentar a escola.

Para Tardos e Szanto-Feder (2011), “há cada vez mais lugares onde a criança é percebida de outra maneira: ativa por si própria e competente desde o nascimento, rica de iniciativas e de interesses espontâneos pelo que a rodeia”. Ela é um tesouro porque enriquece a nossa existência e dá pistas a professoras e professores de como organizar o trabalho pedagógico.

É nesse olhar sobre a criança e suas infâncias que as escolas de Vitória da Conquista se anoram e, com ele, procuram tecer as práticas e experiências educativas no cotidiano escolar, pois, como diz Fortunati (2016):

“Devemos repudiar a ideia de crianças como pessoas em construção – organismos simples que precisam de cuidado e carinho – mas [considerá-las] crianças-pessoas, sujeitos protagonistas do seu processo de crescimento, relacionamento, conhecimento e aprendizagem”.

Elas são pessoas, sujeitos capazes, potentes e possuidoras de múltiplas linguagens. As imagens que se tem da criança influenciam a concepção de planejamento, de organização do trabalho pedagógico e dos espaços-ambientes-tempos, bem como de avaliação, registro e documentação pedagógica na Educação Infantil.

As experiências infantis são geradoras de muitas aprendizagens para as próprias crianças e para quem está a sua volta. Essas vivências são elementos mobilizadores da ação pedagógica organizada e intencionalmente planejada pela professora, ou pelo professor. As escolas devem pacutar, dia a dia, que as aprendizagens construídas por meio de experiências deverão ser um pilar do trabalho pedagógico, pois, como afirma Malaguzzi (*apud* GANDINI, 2016):

“Devemos incorporar na nossa prática, portanto, as reflexões sobre um ponto delicado e decisivo: o que a criança aprende não segue como um resultado automático do que é ensinado. Em vez disso, deve-se, em grande parte, à própria realização da criança, em consequência de suas atividades e de seus recursos próprios”.

Se o que ela aprende não é resultado automático do que lhe foi ensinado, as experiências iniciadas em ambientes e tempos organizados pelas docentes e pelos docentes também são conteúdos importantes da ação pedagógica.

QUER SABER MAIS?

Para outras janelas de conhecimento sobre Educação Infantil, infâncias e crianças, consulte:

- *Critérios para um Atendimento em Creches Que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças*. Ministério da Educação, 2009, bit.ly/direitos-fundamentais-crianca.
- *Educação Infantil: Projetos e Práticas Pedagógicas*, Jodete Füllgraf e Verena Wiggers. Liber Livro, 2014.
- *A Educação Infantil como um Projeto de Comunidade*, Aldo Fortunati. Artmed, 2009.
- *Lei nº 2.042, de 26 de junho de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação de Vitória da Conquista e dá outras providências*.

2.2

EIXOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA: EDUCAR/CUIDAR, BRINCADEIRA/ INTERAÇÕES, ESCUTA/ PARTICIPAÇÃO

Os eixos da prática pedagógica na Educação Infantil – educar/cuidar, brincadeira/interações e escuta/participação – são elementos indissociáveis e interconectados. Em cada ação proposta pela professora, ou pelo professor, e em cada experiência da criança, esses eixos estão presentes e devem ser potencializados com a organização de espaços, ambientes e tempos ricos de possibilidades de exploração e de descobertas.

Educar cuidando e cuidar educando na Educação Infantil representa uma mudança do olhar para a criança, a infância e a Educação em creches e pré-escolas, que extrapola a compreensão de cuidado como higienização do corpo e avançá em direção ao cuidado como atitude ética dos profissionais docentes e não docentes. Educar/cuidar, nessa perspectiva, deve ser um compromisso da Rede Municipal de Ensino de Vitória da Conquista, das instituições de Educação Infantil e de suas equipes.

A proposta pedagógica e curricular da escola, além de explicitar esse princípio, deve sugerir práticas em que as dimensões afetiva, social, relacional, física, motora, intelectual e psicológica estejam entrelaçadas e favoreçam a construção da identidade e da autonomia de cada criança.

"Além da dimensão afetiva e relacional do cuidado, é preciso que o professor possa ajudar a criança a identificar suas necessidades e priorizá-las, assim como atendê-las de forma adequada. Assim, cuidar da criança é sobretudo dar atenção a ela como pessoa que está num contínuo crescimento e desenvolvimento, compreendendo sua singularidade, identificando e respondendo às suas necessidades. Isto inclui interessar-se sobre o que a criança sente, pensa, o que ela sabe sobre si e sobre o mundo, visando à ampliação deste conhecimento e de suas habilidades, que aos poucos a tornarão mais independente e mais autônoma" (BRASIL, 1998).

Em todo processo de Educação e cuidado, as interações e a brincadeira estão presentes, pois são manifestações naturais da criança que precisam ser acolhidas e valorizadas no cotidiano da escola. Quando interage e brinca com um adulto e/ou outra criança, ela comunica desejos, sentimentos, expectativas e sonhos e se socializa, se desenvolve, conhece a si mesma, o outro e o mundo a sua volta, demonstra como enxerga o mundo, produz história e cultura e ressignifica seus pontos de vista. De acordo com as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2017), “ao observar as interações e a brincadeira entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções”. Portanto, propiciar um ambiente mediado pelas interações e a brincadeira contribui para que a criança se conheça melhor, respeite o espaço, as narrativas e o tempo dos seus pares e se torne mais autônoma a cada dia.

É fundamental que os profissionais docentes e não docentes da escola interajam com as crianças e participem de suas brincadeiras, bem como adotem procedimentos para falar, escutar e observar que tragam a elas confiança, aconchego e respeito ao seu modo de ser e de estar no mundo.

Além de interagir com seus pares e com os adultos, as crianças também interagem com os objetos a sua volta, que podem ser de diversas formas, cores, pesos, texturas e tamanhos, e que podem ser organizados com o intuito de chamar a atenção, despertar a curiosidade e o desejo de fazer novas incursões exploratórias, sem a intervenção da professora, ou do professor. Para Tizuko Kishimoto (2010), a forma como os espaços e ambientes estão organizados contribui para “facilitar ou dificultar a realização das brincadeiras e das interações entre crianças e adultos”. Por essa razão, é importante dar liberdade às meninas e aos meninos para iniciar

sus experiências e brincadeiras diariamente, cuidando para não controlar e intervir excessivamente naquilo que cada uma e cada um está fazendo individualmente ou em grupo.

"Na Educação Infantil, é importante promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que criança se constituiativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social" (BRASIL, 2017).

O exercício de escutar e reconhecer a criança como quem também tece a proposta pedagógica e curricular ocorre quando se comprehende que ela é um sujeito histórico e de direitos, com voz ativa sobre os próprios desejos e interesses, que reflete sobre o ambiente e seu entorno, que expressa sentimentos sobre o que vê e sente por meio de múltiplas linguagens. Para isso, os olhos, ouvidos e sentidos dos profissionais docentes e não docentes devem estar livres de preconceitos, de escuta seletiva e de planejamentos estáticos.

Essa imagem de criança deve ser nutrida diariamente, tanto pela equipe escolar como pela família e comunidade. Todas as ações pedagógicas propostas pelas instituições de Educação Infantil para esse ser humano de pouca idade devem ser pensadas e organizadas para escutá-la, observá-la e potencializar suas capacidades, deixando ecoar seus talentos e narrativas.

QUER SABER MAIS?

Para outras janelas de conhecimento sobre os eixos da prática pedagógica, consulte:

- *As Cem Linguagens da Criança* (vol. I e II), Carolyn Edwards, Lella Gandini e George Forman. Grupo A, 1999 e 2016.
- *Descobrir Brincando*, Tere Majem e Pepa Ódena. Autores Associados, 2010.

2.3

FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Como política institucional, a formação dos profissionais da Educação Infantil, docentes e não docentes, é estratégica e fundamental para a solidificação do sistema de ensino de Vitória da Conquista, para o desenvolvimento do trabalho pedagógico e para a consolidação de uma proposta teórico-metodológica da escola centrada na criança em relação com seus pares, com os adultos e com o que está no seu entorno.

É na formação inicial, realizada nos cursos de licenciatura em pedagogia, que a professora, ou o professor, ainda estudante de graduação, conhece teorias, leis e políticas educacionais, conceitos, fundamentos e princípios da Educação e do trabalho pedagógico com crianças, adolescentes, jovens e idosos. Ao entrar no magistério e exercer a docência na Educação Infantil, o encontro com as crianças, as famílias, seus pares, os órgãos executivos do município e o sindicato passam a ser fontes importantes para a constituição da profissionalidade e da profissionalização.

A docente, ou o docente, quando conclui a sua primeira graduação, não encerra aí seus estudos. Ao contrário, continua estudando, aprendendo e produzindo conhecimento. A formação continuada é um componente essencial da profissionalização e deve ser inspirada nos diferentes saberes e na experiência docente, integrando-a ao cotidiano da instituição educativa, bem como ao projeto pedagógico da instituição de Educação Básica (BRASIL, 2015). Nesse sentido, a formação de professoras e professores pode ter como ponto de partida os saberes docentes e os conhecimentos construídos com suas experiências pessoais, acadêmicas e profissionais.

A formação continuada pode ser compreendida como um conjunto de ações contínuas e sistemáticas que consideram os saberes da experiência das professoras e dos professores (CANDAU, 1997), as práticas pedagógicas e as experiências das crianças como (con)textos de estudo, de pesquisa e de produção de conhecimentos, bem

como os conhecimentos construídos na área da Educação Infantil em suas diversas dimensões. Para Candau, "os saberes da experiência se fundam no trabalho cotidiano e no conhecimento de seu meio. São saberes que brotam da experiência e são por ela validados".

A formação continuada, numa perspectiva coletiva, reflexiva e enraizada no cotidiano da escola, nutre, atualiza e ressignifica os fazeres e pensares sobre as crianças e suas múltiplas possibilidades de aprender, de se comunicar, de se expressar, de se relacionar e de ser e estar no mundo. É por meio das ações formativas que as professoras e os professores podem refletir sobre seus saberes, suas práticas, relações e sentimentos vividos no cotidiano da instituição de Educação Infantil e produzir conhecimentos.

Os processos formativos podem ser organizados e mediados pela coordenadora pedagógica, ou pelo coordenador pedagógico, pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, assim como por outros profissionais convidados pela instituição para o estudo de temas originários das experiências com as crianças, do interesse dos profissionais e de problemas identificados no trabalho pedagógico. Para Candau (1997),

"[...] trata-se de trabalhar com o corpo docente de uma determinada instituição, favorecendo processos coletivos de reflexão e intervenção na prática pedagógica concreta, de oferecer espaços e tempos institucionalizados nesta perspectiva, de criar sistemas de incentivo à sistematização das práticas pedagógicas dos professores e à sua socialização, de resituar o trabalho de supervisão/orientação pedagógica nessa perspectiva. Parte-se das necessidades reais dos professores, dos problemas do seu dia a dia e favorecem-se processos de pesquisa-ação".



A Rede Municipal de Ensino de Vitória da Conquista considera a escola um importante *locus* da formação e acredita que um trabalho pedagógico com qualidade se constrói com formação continuada alinhada à escuta sensível dos profissionais. O respeito à criança em seu processo de desenvolvimento e aprendizagem passa também pela qualidade da formação docente e dos demais profissionais da Educação e das condições de trabalho (salariais, materiais e imateriais) ofertadas pelo município às instituições de ensino, às professoras e aos professores para o exercício da docência.

Em relação à formação dos profissionais não docentes, os princípios devem ser os mesmos daqueles destinados à formação docente. É importante considerar as especificidades das demandas e o perfil de cada grupo de trabalhadoras e trabalhadores e adotar estratégias metodológicas para os processos formativos que alcancem e toquem cada profissional, com vistas a uma ressignificação de suas práticas.

Em Vitória da Conquista, a monitora, ou o monitor, como auxiliar de classe, participa ativamente das ações pedagógicas e colabora com a professora, ou o professor, para o desenvolvimento do trabalho pedagógico. A indissociabilidade do educar/cuidar está presente tanto nas atividades desenvolvidas e mediadas pela professora, ou pelo professor, quanto nas ações realizadas pelas monitoras, ou pelos monitores. Quando, por exemplo, dão banho em uma criança, esses profissionais cuidam e educam ao mesmo tempo. Desse modo, as escolas da rede devem envolver as monitoras e os monitores nas atividades de planejamento das ações pedagógicas, bem como nas ações formativas.

A participação nas ações de planejamento e nas ações formativas pode acontecer ora com as professoras e os professores, ora com toda a comunidade educativa, ora apenas com o grupo da monitoria. O importante é que esses profissionais sejam incluídos nas políticas públicas de formação inicial e continuada e tenham seu fazer reconhecido, valorizado e respeitado por quem está na escola, pela família e pelo sistema de ensino.

QUER SABER MAIS?

Para outras janelas de conhecimento sobre formação de profissionais da Educação, consulte:

- *Formação de Professores na Educação Infantil*, Marineide Gomes. Cortez, 2009.
- Lei nº 2.042, de 26 de junho de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação de Vitória da Conquista e dá outras providências.
- *Ensinar, Tarefa para Profissionais*, Beatriz Cardoso, Delia Lerner, Neide Nogueira e Tereza Perez (org.). Record, 2007.
- *Coordenador Pedagógico – Função, Rotina e Prática*, organizado e publicado pelo Icep, bit.ly/icep-coordenador-pedagogico, acesso em 1/12/2019.
- *Gestão Pedagógica da Rede de Ensino*, organizado e publicado pelo Icep, bit.ly/icep-gestao-pedagogica, acesso em 1/12/2019.

passa pela escuta da criança, pelo respeito aos seus tempos e ritmos de desenvolvimento e de aprendizagem, pela oferta de experiências que potencializem múltiplas linguagens e capacidades, pela organização de espaços, ambientes e tempo que permitam uma gama de explorações, sensações e aprendizados.

Uma criança, quando ingressa em uma instituição de Educação Infantil, traz consigo a família, suas histórias, saberes e valores. O acolhimento, portanto, se estende para a família, que pode acompanhar a vida escolar dos filhos e participar dos processos de desenvolvimento e de aprendizagens organizados pela instituição, fortalecendo os laços de pertencimento à escola e ampliando os horizontes formativos e as experiências.

O acolhimento como método de trabalho é transversal à organização das atividades diárias das crianças na escola, desde o momento de sua chegada. Elas podem ter uma rotina, sem ser rotineiras. Como diz Fabrés (2011):

"No dia a dia, nada é banal, nada é rotina, mas tudo depende do valor que se dá a cada momento da relação com a criança. Vivamos as rotinas cotidianas com prazer, concedendo-lhes uma maior relevância e preenchamos o seu conteúdo de boa qualidade e intencionalidade educativa".

2.4 ACOLHIMENTO, ROTINA E COTIDIANO

O acolhimento, mais do que um momento do dia para receber ou para iniciar uma atividade, deve ser considerado um princípio fundante da ação pedagógica (STACCIOLI, 2013) na Educação Infantil. O acolhimento é um modo de ser do adulto e/ou da criança para com outro ser humano. É uma atitude político-pedagógica pautada pela ética, que requer respeito, escuta e valorização de quem está diante de nós e/ou de quem está do outro lado das telas digitais.

O acolhimento como um método de trabalho

Com base nessa perspectiva trazida pela autora, as instituições de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Vitória da Conquista devem organizar as suas rotinas matizando-as de respeito e de empatia, pois, ao receber esse olhar, as crianças podem se tornar mais equilibradas emocionalmente e mais autônomas (FABRÉS, 2011). As rotinas devem servir para ampliar e fortalecer os vínculos entre as crianças e entre as crianças e os adultos. Planejar e propor atividades para compor as rotinas sem considerar os diferentes modos de aprender, de conhecer, de se comunicar, de se expressar e de brincar é transformar o que é pedagógico e formativo em ações burocráticas voltadas para o atendimento de questões administrativas internas e externas à instituição escolar.

Como propõe Fabrés (2011), a atitude das docentes e dos docentes que acompanham a criança em seu desenvolvimento deve basear-se em:

1. Escutar as demandas dando respostas adequadas que proporcionem segurança.
2. Comunicar às crianças o que será feito com elas, com palavras claras e de forma concisa, revelando, por sua vez, o que cada docente está fazendo. Solicitando – e não impondo – sua participação, favorecendo um diálogo de cooperação desde cedo.
3. Olhar a criança mostrando atenção para indicar que a está vendo, que ela está sendo levada em conta, compartilhando vivências.
4. Pegá-la com mãos delicadas e respeitosas, e não de forma abrupta, manipulando, transportando-a e tratando-a como se fosse um objeto sem vida e não uma pessoa (FABRÉS, 2011).

As experiências da criança, que está em permanente relação com os objetos, com as coisas do mundo e com os adultos, não cabem em uma folha de papel, tampouco nas rotinas diárias organizadas pela escola. É importante observar o cotidiano, pois ele está repleto de vivências infantis nem sempre consideradas fontes de aprendizagem e de desenvolvimento. É preciso estar atento e sem um aprisionamento à rotina. As crianças aprendem com os pares, com as explorações e desco-

bertas. Aprendem, às vezes, sem a intervenção excessiva do adulto naquilo que estão fazendo ou vivendo. As ações e acontecimentos extrapolam a listagem de atividades propostas nas rotinas. Cada experiência, quando acolhida e reconhecida em sua potência, pode ser uma rica fonte de inspiração para a docente, ou o docente, pensar e organizar a prática pedagógica.

QUER SABER MAIS?

Para outras janelas de conhecimento sobre acolhimento, rotina e cotidiano, consulte:

- *Diário do Acolhimento na Escola da Infância*, Gianfranco Satccioli. Autores Associados, 2013.
- *Por Amor e por Força: Rotinas na Educação Infantil*, Maria Carmen Silveira Barbosa. Artmed, 2006.

2.5 ORGANIZAÇÃO DE ESPAÇOS, AMBIENTES, TEMPOS E MATERIAIS

"Os ambientes físicos da instituição de Educação Infantil devem refletir uma concepção de Educação e cuidado respeitosa das necessidades de desenvolvimento das crianças, em todos seus aspectos: físico, afetivo, cognitivo, criativo. Espaços internos limpos, bem iluminados e arejados, com visão ampla do exterior, seguros e aconchegantes revelam a importância conferida às múltiplas necessidades das crianças e dos adultos que com elas trabalham; espaços externos bem cuidados, com jardim e áreas para brincadeiras e jogos, indicam a atenção ao contato com a natureza e à necessidade das crianças de cor-



rer, pular, jogar bola, brincar com areia e água, entre outras atividades" (BRASIL, 2009a).

A citação acima convida a pensar sobre a relevância dos espaços físicos de uma instituição de Educação Infantil para as aprendizagens e o desenvolvimento integral da criança. O espaço é o mobilizador das experiências. Ele chama para a atividade. Logo, quanto mais amplo, rico e desafiador, mais as crianças poderão vivenciar experiências significativas em seu percurso formativo.

As concepções de espaço-ambiente têm interfaces com o projeto de Educação da instituição de ensino, com o tipo e a qualidade da ação pedagógica que se propõe no cotidiano da escola. Para Forneiro (1998), "espaço refere-se ao espaço físico, ou seja, aos locais para atividade caracterizados pelos materiais didáticos, pelo mobiliário e pela decoração" e ambiente "[...] ao conjunto do espaço físico e às relações que se estabelecem no mesmo (os afetos, as relações interpessoais entre as crianças e adultos, entre crianças e sociedade em seu conjunto)". É importante reiterar que espaço e ambiente são inseparáveis; e que tanto os espaços como os ambientes são construídos pelas pessoas e constituem e educam as pessoas. Portanto, são elementos do currículo. Para Ceppi e Zini (2013):

"O contexto, definido e determinado pelas relações e interações com o outro, e portanto também com o ambiente (espaços, móveis, cores, iluminação e sons), determina as possibilidades e características do processo de aprendizagem que cada indivíduo escolhe produzir dentro deste contexto e graças a este contexto".

As quatro dimensões de ambiente – temporal, física, relacional e funcional (ZABALZA, 1998) – devem integrar as ações pedagógicas de modo que crianças e funcionários docentes e não docentes tenham a oportunidade de construir vínculos e laços afetivos enquanto aprendem, medeiam e ensinam. Saber quando e como utilizar cada ambiente da escola é tão pedagógico quanto escolher o livro de literatura para contar histórias. Definir mobiliário, brinquedos, materiais e objetos e como deve estar organizado cada ambiente é parte constitutiva do planejamento docente, bem como do planejamento do gestor es-

colar, que deve assegurar a presença dos itens citados e de outros artefatos pedagógicos nos diferentes ambientes da instituição.

Saber quem utilizará e em que circunstâncias os ambientes serão explorados pelas crianças e a equipe escolar é também um dos pilares do trabalho pedagógico. Saber também como e para que os ambientes serão utilizados é uma das condições pedagógicas importantes para o fazer docente e o desenvolvimento de projetos de trabalho. Os autores Ceppi e Zini (2013) afirmam que:

"O ambiente escolar deve ser passível de receber manipulações e transformações tanto de adultos como de crianças e deve estar aberto para diferentes usos. A escola deve ser capaz de mudar no decorrer do dia e também no decorrer do ano, de ser continuamente remodelada e reprojetada como consequência das experiências vividas por crianças e adultos".

Considerando a intencionalidade pedagógica, cada espaço-ambiente pode ser modificado para atender as potências e/ou demandas das crianças durante o dia, o mês ou ano, como mencionaram os autores citados. Essa é uma diretriz estruturante do currículo da Educação Infantil e cabe à instituição de ensino afirmá-la em sua proposta pedagógica e curricular, bem como no trabalho pedagógico.

As crianças, com suas ações, modificam os espaços-ambiente com muita facilidade. A inventividade, a criatividade, a fantasia e a imaginação são elementos abundantes na infância. Cada instituição de Educação Infantil, portanto, tem um papel importante nesse quesito, que é o de potencializar esses elementos constituidores do ser criança em seu cotidiano, pois, como diz Ceppi e Zini (2013):

"Explorar a realidade é uma condição constante na infância. Crianças pequenas habitam o espaço continuamente construindo lugares (imaginários e reais) dentro do lugar em que estão. [...] O ambiente para crianças pequenas deve levar em consideração seus interesses e habilidades na construção de lugares e fornecer elementos e instrumentos para satisfazer seus desejos e para ajudar no desenvolvimento de suas habilidades".

Mesmo que a instituição não tenha o espaço físico desejado, é importante buscar estratégias para que a criança tenha a oportunidade de conhecer e explorar diferentes lugares e ambientes internos e externos à escola. Cada espaço da escola pode ser potente do ponto de vista das experiências e possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento. Para tanto, ele precisa ser minuciosamente planejado pela professora, ou pelo professor, de acordo com a sua intencionalidade pedagógica.

Todos os ambientes da instituição de Educação Infantil são educadores e precisam cumprir tal função. Partindo desse pressuposto, é preciso que sejam convidativos, acolhedores e significativos tanto para as crianças quanto para os adultos que trabalham na escola ou a frequentam. O hall de entrada, a cozinha, os banheiros, as salas de referências, a secretaria, o parquinho, a brinquedoteca, a biblioteca, o pátio e o refeitório são espaços que, se as condições materiais forem asseguradas e se planejados intencionalmente, podem se tornar ambientes de aprendizagem ricos e potentes.

No cotidiano, as crianças podem brincar e interagir em diferentes espaços, ambientes e com distintos objetos e materiais. Para tornar essas experiências possíveis, o tipo, a altura e o tamanho dos mobiliários devem ser adequados para a faixa etária, de modo que se possa alcançar os



materiais com facilidade, bem como engatinhar, ensaiar os primeiros passos e brincar em um ambiente seguro e propiciador do desenvolvimento do movimento autônomo.

Os espaços e os materiais não são neutros. A forma como cada espaço é organizado e o tipo de material disponibilizado revelam a concepção de Educação Infantil, criança e infância que a instituição defende. Logo, os materiais e objetos dispostos na sala e as imagens e os textos fixados nas portas, murais e paredes devem ter uma intencionalidade pedagógica. A ambientação do espaço precisa superar a ideia de decoração para avançar na consolidação de uma prática de comunicação e socialização das experiências. Paredes, portas, janelas, tetos e pisos são painéis, abertos e provisórios, em cimento ou madeira, que podem ser preenchidos com as linguagens das crianças representadas de diferentes modos.

"A organização dos espaços e dos materiais são importantes mediadores da aprendizagem, devendo, em primeiro lugar, atender às necessidades infantis (afetivas, cognitivas, fisiológicas, relacionadas à construção da autonomia e à socialização) e propiciar desafios, descobertas e possibilidades para que as crianças estabeleçam variadas interações" (BRASIL, 2013).

O conhecimento sobre como a criança aprende e sobre o que ela pode aprender e a observação da criança em ação permitirá à professora, ou ao professor, modificar a organização dos ambientes, diversificar os materiais e alternar a disposição dos mesmos no cotidiano da instituição. A organização dos espaços, tempos e materiais deve assegurar:

- A Educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo.
- A indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança.
- A participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização.

- O estabelecimento de uma relação efetiva com a comunidade local e de mecanismos que garantam a gestão democrática e a consideração dos saberes da comunidade.
- O reconhecimento das especificidades etárias, das singularidades individuais e coletivas, promovendo interações entre crianças de mesma idade e de diferentes idades.
- Os deslocamentos e os movimentos amplos nos espaços internos e externos às salas de referência das turmas e à instituição.
- A acessibilidade de espaços, materiais, objetos, brinquedos e instruções para as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
- A apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América. (BRASIL, 2010).

As turmas podem ajudar a elaborar a rotina e escolher o percurso para vivenciar as atividades propostas. Do mesmo modo, é preciso que professoras e professores estejam atentas e atentos e respeitem os tempos e ritmos, visto que cada uma e cada um tem especificidades, potencialidades e necessidades.

QUER SABER MAIS?

Para outras janelas de conhecimento sobre espaços, ambientes e tempos na Educação Infantil, consulte:

- *Brincar e Interagir nas Escolas da Escola Infantil*, Maria da Graça Horn. Penso, 2017.
- *Estudo Propositivo sobre a Organização dos Espaços Internos das Unidades do Proinfância em Conformidade com as Orientações desse Programa e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, com Vistas a Subsidiar a Qualidade no Atendimento*, Maria da

Graça Horn. Ministério da Educação, 2013, bit.ly/estudo-primeira-proinfancia, acesso em 1/12/2019.

- *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil*. Ministério da Educação, 2009, bit.ly/indicadores-ed-infantil, acesso em 1/12/2019.
- Lei nº 2.042, de 26 de junho de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação de Vitória da Conquista e dá outras providências.

2.6 PLANEJAMENTO E PROJETOS DE TRABALHO

O trabalho pedagógico com as crianças da Educação Infantil exige uma metodologia que permita às professoras e aos professores observar suas relações, escutar suas vozes e potencializar suas descobertas. Nesse sentido, é fundamental planejar situações de aprendizagem que instiguem a curiosidade, desafiando-as a pesquisar o mundo a sua volta.

O planejamento é uma ação pedagógica imprescindível para o exercício da docência na Educação Infantil e deve ser elaborado considerando as diretrizes de Educação Infantil nacionais e locais, a proposta pedagógica e curricular da instituição, as experiências das crianças, os resultados de estudos e pesquisas sobre Educação Infantil e os saberes e experiências docentes.

Nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Vitória da Conquista, esse documento é elaborado pelas professoras e pelos professores com a mediação de coordenadoras e coordenadores pedagógicos e da equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, que tem o papel de orientar, acompanhar e auxiliar as docentes e os docentes em sua trajetória profissional no cotidiano da escola.

Ao planejar uma situação de aprendizagem, a professora, ou o professor, projeta, com base nas orientações e diretrizes para a Educação Infantil, possibilidades do que espera fazer com as crianças e do que quer que elas aprendam. Para isso, busca organizar o espaço, o tempo, os materiais e os agrupamentos. O planejamento não pode ser estático, rígido e distante das experiências, narrativas e desejos das crianças. A flexibilidade é um elemento importante e pode estar presente no cotidiano em sala de aula, pois a ação de um coletivo ou até mesmo de uma só criança pode exigir uma mudança de rumo e a ressignificação do que havia sido projetado para aquele dia ou turno de trabalho.

As instituições de Educação Infantil podem lançar mão de diferentes estratégias metodológicas para concretizar seus processos de ensino e de aprendizagem. Os projetos de aprendizagem, as sequências didáticas e as experiências da criança em si são exemplos dessas possibilidades teórico-metodológicas.

Os projetos de aprendizagem possibilitam que a criança viva o protagonismo do próprio processo formativo, pois ela terá a oportunidade de investigar, observar, levantar hipóteses, fazer explorações e descobertas de importantes fontes de aprendizagem. Nessa perspectiva, a professora, ou o professor, também assume o papel de pesquisadora, ou pesquisador, e não apenas executa tarefas ou atividades. A pedagogia de projetos é uma abordagem teórico-metodológica em consonância com a concepção de criança, de Educação Infantil e de currículo apresentada neste documento. Para Barbosa e Horn (2008),

"A pedagogia de projetos é uma possibilidade interessante em termos de organização pedagógica porque, entre outros fatores, contempla uma visão multifacetada dos conhecimentos e das informações. Todo projeto é um processo criativo para alunos e professores, possibilitando o estabelecimento de ricas relações entre ensino e aprendizagem, que certamente não passa por superposição de atividades".

Nessa perspectiva, a professora, ou o professor, observa, orienta, instiga, propõe, avalia, documenta o processo de construção e desen-

volvimento, interage, se junta à turma na busca pelo conhecimento e por novas aprendizagens. A criança, por sua vez, questiona, explora, vivencia, pesquisa, monta, desmonta, opina, dialoga, escuta, aprende, se desenvolve e visibiliza o papel de sujeito aprendente.

A pedagogia de projetos possibilita pensar em um planejamento feito com base nos interesses das crianças (com e para elas), em uma construção que passa por várias etapas, desafios, investigações, diálogos e descobertas. No decorrer das experiências, as famílias podem acompanhar o trabalho e participar, fortalecendo os laços de parceria com a escola. Além dos projetos de aprendizagem, também é possível ampliar e aprofundar temáticas trazidas pelas crianças, pela professora, ou pelo professor, por meio de sequências didáticas, que:

"São planejadas e orientadas com o objetivo de promover uma aprendizagem específica e definida. São sequenciadas com intenção de oferecer desafios com graus diferentes de complexidade para que as crianças possam ir paulatinamente resolvendo problemas a partir de diferentes proposições" (BRASIL, 1998).

Tanto nos projetos de aprendizagem como nas sequências didáticas e nas experiências das crianças em si, o protagonismo infantil é assegurado, pois as escolas de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Vitória da Conquista partem do princípio que a criança é competente, criativa e rica de iniciativas e a professora, ou o professor, está em constante estudo e reflexão sobre as práticas.

QUER SABER MAIS?

Para outras janelas de conhecimento sobre planejamento e projetos, consulte:

- *Projetos Pedagógicos na Educação Infantil*, Maria Carmen S. Barbosa e Maria da Graça S. Horn. Artmed, 2008.
- *Transgressão de Mudança na Educação*, Fernando Hernández. Penso, 1998.

2.7 RELAÇÃO ESCOLA, FAMÍLIA E COMUNIDADE

A Educação é um direito de toda cidadã e todo cidadão e um dever do Estado e da família (BRASIL, 1988). Portanto, quando uma criança ingressa em uma instituição de Educação Infantil, sua família vem junto e esta deve ser também acolhida, como já dito no tópico sobre acolhimento, cotidiano e rotina. Para Staccioli (2013), "as competências e a atenção dos professores devem se voltar, em primeiro lugar, para a criança, mas para que suas ações adquiram força elas devem se estender, sem invasões de campo, ao contexto familiar da criança".

A Educação, no contexto da instituição de Educação Infantil, pode ser compartilhada com a família, uma vez que esta tem o dever e o direito de participar, de acompanhar o percurso formativo e de colaborar com ele. A participação pode acontecer em vários momentos da ação pedagógica e de distintas maneiras.

Toda instituição de Educação Infantil, por exemplo, deve ter a sua proposta pedagógica e curricular elaborada e aprovada pelo Conselho Municipal de Educação. Essa é uma primeira ação importante da escola para a qual a família deve ser convidada a participar. Cada família, com seus saberes e experiências, pode colaborar com as discussões sobre qual é o projeto de Educação que as escolas de Vitória da Conquista almejam construir, com base nas orientações e no ordenamento legal educacional vigente, nos resultados de estudos e pesquisas sobre a Educação das crianças e nas especificidades socio-culturais da comunidade, do município e da região. Quando a família participa da elaboração desse documento, que é a identidade da escola, ela se sente mais pertencente à instituição, fortalece os vínculos de confiança com os profissionais que trabalham naquele espaço e se compromete mais com o acompanhamento do percurso formativo dos filhos.

As instituições com proposta pedagógica e curricular construída democraticamente levam

em consideração a participação ativa de quatro principais atores: as crianças, centro do projeto pedagógico; a escola, espaço que acolhe especificidades, olhares e crenças; as famílias, com suas diversidades; e a comunidade escolar, todo o entorno da escola e suas relações.

"Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à Educação familiar" (BRASIL, 2017).

A relação entre família, escola e comunidade pode ser vista em forma de um fluxograma circular, no qual esses três elementos estão dispostos entre as setas e a criança está no centro. Esses atores devem trabalhar em parceria, em prol do desenvolvimento integral de cada uma e cada um e da garantia da vivência plena de suas infâncias.



Com base nessa premissa, as escolas de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Vitória da Conquista precisam conhecer as comunidades nas quais estão inseridas, as relações que ocorrem no seu entorno, o público e sua realidade; bem como saber quem são as crianças, conhecer as famílias, entendê-las e valorizar as especificidades e diferentes formas de organização familiar. É importante cada escola compor uma rede de trocas entre a instituição, as famílias, as crianças e a comunidade.

No início do ano letivo, as crianças ingressantes e aquelas já matriculadas chegam com suas famílias buscando acolhimento, segurança e atenção. Esse momento é crucial para uma aproximação da escola com as famílias e vice-versa.

É preciso assegurar à família o direito de entrar na escola e levar a filha, ou o filho, até a porta da sala de referência e permanecer até o momento em que a criança sinta segurança para ficar sem a família. Às vezes, esse ritual, no período de adaptação, pode levar dias, dependendo de cada uma e de cada um. Portanto, os prazos podem ser distintos. Além disso, a entrada na instituição deve acontecer diariamente, isto é, durante todos os meses e não apenas no primeiro mês do ano letivo.

As chegadas e as saídas são momentos importantes de aprendizagem, bem como de comunicação e troca de informações entre professora, ou professor, e família sobre a saúde e os processos de desenvolvimento. Outros canais também podem ser fomentados pela escola, como o diário, enviado para casa todos os dias, cartas temáticas para tratar de assuntos específicos, telefonemas, grupos de comunicação online, reuniões e outras atividades (in)formativas.

O reconhecimento das diferentes composições familiares pelas escolas de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Vitória da Conquista deve ser um princípio a ser respeitado no cotidiano de todas as instituições. Cada família é singular e os seus diferentes modos de participar e acompanhar a vida escolar dos filhos devem ser considerados, pois o que realmente importa é a construção de uma relação positiva e proativa entre a escola e a família em direção à criança, sujeito principal da ação educativa. Para Staccioli (2013), “a relação entre educadores e pais é marcada pela diversidade de tarefas e papéis, mas se apoia em uma mensagem comum que nos remete novamente ao acolhimento, ao respeito, à atenção de uns para com os outros”.

As famílias, quando convidadas pela instituição de Educação Infantil, também podem colaborar com a produção de objetos, materiais, brinquedos e outros artefatos para uso das crianças e professores em projetos e atividades. Podem ainda narrar para elas suas histórias de vida e de profissão, compartilhar cantigas e brincadeiras, socializar e produzir receitas familiares, estar e conviver com as crianças diariamente,

bem como em momentos específicos que a escola considerar importante no trabalho pedagógico. Toda família tem o direito de ser acolhida na atenção. Esse momento é crucial para uma aproximação da escola com as famílias e vice-versa.

Outro indicador importante para o fortalecimento da relação família, escola e comunidade é a criação do conselho escolar, de grupos de estudos, de rodas de conversa, de associações de pais para o acompanhamento da gestão pedagógica e administrativa dos projetos implementados na escola. A participação da família e da comunidade no cotidiano da escola de Educação Infantil imprime saberes e experiências socioculturais fundamentais para a Educação e fortalece o princípio constitucional da gestão democrática.

Outras ações que podem favorecer a relação família, escola e comunidade:

- Rodas de conversa temáticas.
- Sessões de cinema.
- Oficinas pedagógicas diversas (brincadeiras, brinquedos, culinária, contação de histórias, manifestações artístico-culturais).
- Café pedagógico (mensal e/ou semestral).
- Sarau literário.

2.8

PROFISSIONAIS NÃO DOCENTES TAMBÉM SÃO EDUCADORES

*É preciso uma aldeia para educar uma criança
Provérbio africano*

A Educação é responsabilidade da família, do estado e de toda a comunidade educativa. No âmbito da escola, os profissionais docentes e não docentes constituem essa comunidade res-

ponsável pelo educar/cuidar de cada criança. À professora, ou ao professor, cabe o trabalho pedagógico. A sua função e as suas atribuições, como docente, estão definidas em leis educacionais e orientações vigentes no Brasil (BRASIL, 1996; 2015). E quem são os profissionais que não exercem a docência, mas que participam da Educação no cotidiano da escola? Nas instituições de Educação Infantil, trabalham funcionárias e funcionários na portaria, na cozinha, na secretaria da escola, na manutenção, no apoio geral, na limpeza, no auxílio à professora, ou ao professor, no setor de informática, na biblioteca, na gestão pedagógica e administrativa da escola e em outros projetos permanentes e/ou temporários da instituição.

Os profissionais não docentes começam a se deslocar do papel de trabalhadores braçais e executores de tarefas, distantes do envolvimento com as práticas educativas vivenciadas na escola, para serem vistos também como educadoras e educadores. Cada um desses profissionais, no seu fazer cotidiano, também educa pela palavra, pelo olhar, pela expressão facial e corporal, pelo conteúdo de sua fala, pelo tom da voz, pelo modo como se aproxima da criança e de sua família. Cada expressão verbal e/ou gestual endereçada deixa marcas em seu percurso formativo. E essas marcas podem ser positivas (acolhimento dos sentimentos e pontos de vista, de apoio, de incentivo, de elogio; reconhecimento das conquistas), mas também negativas (desrespeito aos sentimentos e narrativas; subjugação e submissão a práticas

adultocêntricas; desvalorização das experiências da criança; não atendimento imediato das necessidades; excesso de controle das ações; agressões físicas e simbólicas).

Cada profissional não docente, em ações planejadas ou em vivências diárias, participa da Educação da criança. Para tanto, é importante garantir uma formação que possibilite tecer relações e interações com mais qualidade, pois também são fios do ato educativo e permitem que todas e todos aprendam com esse encontro de diferentes gerações no interior de cada escola.

Ao entender esses profissionais como educadoras e educadores, torna-se fundamental inseri-los nas políticas de formação inicial e continuada, para que possam refletir sobre suas práticas cotidianas, suas relações com as crianças e com os demais sujeitos da escola, assim como para que comecem a perceber a relevância de seu trabalho e se sintam cada dia mais parte da instituição. “[...] os funcionários, conscientes de seu papel de educadores, precisam construir a sua nova identidade profissional, isto é, ser profissionalizados, recebendo formação inicial e continuada tanto quanto os professores” (BRA-SIL, 2004).

Nessa perspectiva, a Secretaria Municipal de Educação de Vitória da Conquista comprehende que as suas políticas de formação inicial e continuada também devem incluir esses profissionais, para que concepções sejam ressignificadas e práticas possam ser alteradas no cotidiano da escola. Cada instituição de Educação Infantil,



em articulação com a equipe técnico-pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, deverá fomentar ações formativas, específicas e para toda comunidade educativa, sobre temáticas alinhadas à proposta pedagógica e curricular, ao interesse e às especificidades de cada grupo de trabalhadores. O desenvolvimento institucional da escola de Educação Infantil e o alcance de índices de qualidade da Educação ofertada passam, principalmente, pela qualidade, abrangência e continuidade das políticas públicas implementadas com e para os profissionais docentes e não docentes da rede municipal de ensino.

A formação continuada destinada aos profissionais não docentes pode acontecer dentro da própria instituição – fortalecendo a escola como *locus* de formação –, por meio de grupos de estudo, rodas de conversa, palestras e programas educativos ministrados por professoras e professores e/ou especialistas da própria escola, da rede municipal de ensino ou de outras instituições, bem como fora dos muros da escola, em congressos, seminários, cursos, instalações artístico-culturais promovidas pelas universidades, faculdades, sindicatos e outras entidades do campo educacional.

A instituição de Educação Infantil, com seus distintos profissionais e com seus diferentes espaços-ambientes, pode desenvolver um projeto de Educação sustentado por toda comunidade educativa e não somente pela equipe pedagógica e de gestão escolar.

QUER SABER MAIS?

Para outras janelas de conhecimento sobre profissionais não docentes, consulte:

- Lei nº 2.042, de 26 de junho de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação de Vitória da Conquista e dá outras providências.
- Política Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação. Ministério da Educação, 2005, bit.ly/politica-trabalhadores-educacao, acesso em 1/12/2019.

2.9 TRANSIÇÕES VIVIDAS PELA CRIANÇA

A criança, no decorrer de seus processos de desenvolvimento e de aprendizagem, vivencia diferentes transições. A primeira é quando ela sai do útero materno para os braços da mãe e da família. Outra é quando ela sai do espaço privado, sua casa, e vai para o espaço público, a instituição de Educação Infantil. O ingresso na escola abre um novo mundo a ser descoberto. Para tanto, a escola e a família devem respeitar os seus modos de conhecer e viver esse novo espaço-ambiente, bem como os tempos de aproximação com os profissionais que lá trabalham. No tópico 2.7 foi abordado o momento de chegada da criança – e da família – à escola e reiterou-se a relevância do planejamento e do acolhimento para que ela se sinta segura e viva plenamente as experiências no cotidiano da escola.

Ao longo da Educação Infantil, ocorrem muitas transições. A saída de um grupo e o ingresso em outro, a mudança de turno, a chegada de uma nova professora, ou professor, ou de uma monitora, ou monitor, na sala de referência, a saída da creche e o ingresso na pré-escola são exemplos.

A criança aprende e se desenvolve por meio de experiências, brincadeiras, interações, explorações de objetos e materiais. Ao finalizar o Grupo 5, na Educação Infantil, ela vai para o primeiro ano do Ensino Fundamental.

"Na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental" (BRASIL, 2009b).

Essa transição nem sempre é fácil. O currículo do Ensino Fundamental tem uma lógica disciplinar; os espaços-ambientes contam com poucos brinquedos; o tempo de parque é menor; as car-

teiras ficam mais enfileiradas; a rotina impõe mais tempo sentado à mesa para realização de atividades em papel e em livros. Essa transição, portanto, pode e deve ser menos dolorosa para a criança e sua família. O primeiro aspecto a ser considerado é que o ingresso no 1º ano do Ensino Fundamental não significa ruptura, mas a continuidade de um percurso formativo. Para tanto, é importante entender que, quando se chega ao primeiro ano do Ensino Fundamental, continua-se criança, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) e que a proposta pedagógica e curricular dessa etapa da Educação Básica deve considerar as especificidades dessa faixa etária.

Quando a instituição ofertar Educação Infantil e Ensino Fundamental, a professora, ou o professor, do Grupo 5 pode levar a turma para conhecer os espaços-ambientes do Ensino Fundamental e conversar sobre o que as crianças viram, o que mudaram, o que não modificaram, o que sentiram ao entrar naquele local e quais são as expectativas delas. Outra estratégia que propicia a transição e a continuidade do trabalho pedagógico é a permanência da mesma professora, ou professor, da Educação Infantil no primeiro ano do Ensino Fundamental.

Quando se conclui a Educação Infantil em uma escola e muda-se para outra, esse processo de visitação nem sempre é possível, mas a Secretaria Municipal de Educação pode articular encontros entre professoras e professores da pré-escola e dos anos iniciais do Ensino Fundamental para estudos e reflexões sobre os processos de transição de uma etapa para outra. É imprescindível

"[...] prever formas de articulação entre os docentes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (encontros, visitas, reuniões) e providenciar instrumentos de registro – portfólios de turmas, relatórios de avaliação do trabalho pedagógico, documentação da frequência e das realizações alcançadas pelas crianças – que permitam aos docentes do Ensino Fundamental conhecer os processos de aprendizagem vivenciados na Educação Infantil" (BRASIL, 2013).

Para a professora, ou o professor, do Ensino Fundamental, é importante compreender a criança como sujeito potente e competente

e acolhê-la, com a família, buscando conhecer seu percurso formativo tanto por meio de documentos em que constem a história do desenvolvimento e das aprendizagens (portfólio, relatórios, cartas, diários...) como por meio de entrevistas e conversas com as famílias.

A professora, ou o professor, do Ensino Fundamental pode, também, acompanhar o desenvolvimento de projetos e ações do Grupo 5, para se familiarizar com concepções, metodologias e estratégias próprias da Educação Infantil, que podem ser vivenciadas também no primeiro ano do Ensino Fundamental.

Nos momentos de transição, as brincadeiras, os jogos, os brinquedos e objetos afetivos são aliados importantes da criança. Desse modo, a escola pode organizar situações de aprendizagem, tanto no ambiente interno como externo, que propiciem atividades lúdicas, contando também com a presença das famílias. O importante é que as transições vividas sejam marcadas pelo afeto, pela atenção e pelo respeito.

QUER SABER MAIS?

Para outras janelas de conhecimento sobre as transições vividas pela criança, consulte:

- *Avaliação e Transições na Educação Infantil*, Hilda Micarello, 2010, bit.ly/transicao-ei, acesso em 21/11/2019.





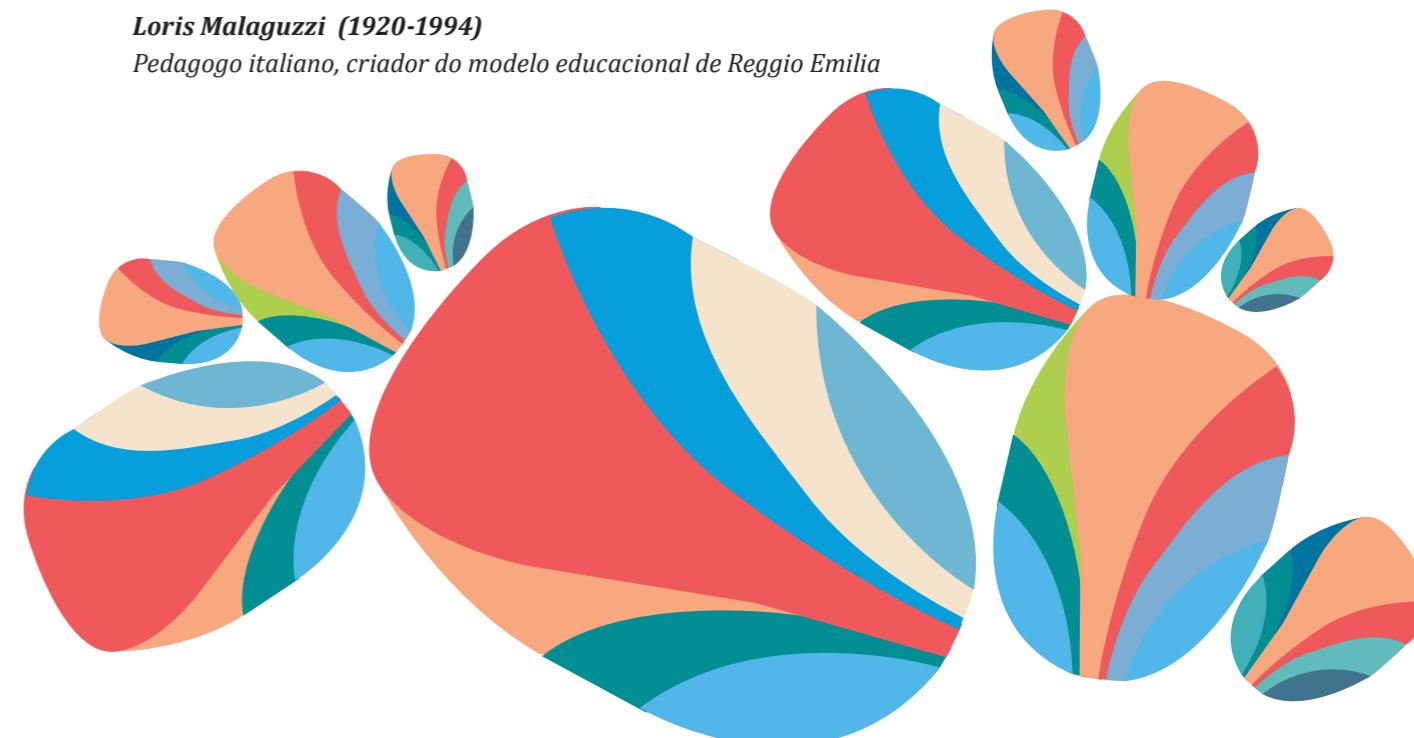
Organização curricular da Educação Infantil

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A CRIANÇA É FEITA DE CEM

*A criança tem cem mãos, cem pensamentos,
cem modos de pensar, de jogar e de falar.
Cem, sempre cem modos de escutar as maravilhas de amar.
Cem alegrias para cantar e compreender.
Cem mundos para descobrir. Cem mundos para inventar.
Cem mundos para sonhar.
A criança tem cem linguagens (e, depois, cem, cem, cem),
mas roubaram-lhe noventa e nove.
A escola e a cultura separam-lhe a cabeça do corpo.
Dizem-lhe: de pensar sem as mãos, de fazer sem a cabeça,
de escutar e de não falar,
de compreender sem alegrias, de amar e maravilhar-se
só na Páscoa e no Natal.
Dizem-lhe: de descobrir o mundo que já existe e, de cem,
roubaram-lhe noventa e nove.
Dizem-lhe: que o jogo e o trabalho, a realidade e a fantasia,
a ciência e a imaginação,
o céu e a terra, a razão e o sonho são coisas
que não estão juntas.
Dizem-lhe: que as cem não existem. A criança diz:
ao contrário, as cem existem.*

*Loris Malaguzzi (1920-1994)
Pedagogo italiano, criador do modelo educacional de Reggio Emilia*



3.1 CURRÍCULO, CAMPOS DE EXPERIÊNCIA E DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DE DESENVOLVIMENTO

Toda instituição de Educação Infantil deve ter proposta pedagógica e curricular (PPC). Para tanto, deve considerar a definição de currículo do Art. 3º das atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI):

"Currículo é o conjunto sistematizado de práticas culturais no qual se articulam as experiências e saberes das crianças, de suas famílias, dos profissionais e de suas comunidades de pertencimento e os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade" (BRASIL, 2009b).

As propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil devem respeitar os princípios éticos, políticos e estéticos. Além disso, precisam garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. É importante destacar que os eixos norteadores das práticas pedagógicas na PPC da Educação Infantil são educar/cuidar, brincadeira/interações e escuta/participação (BRASIL, 2009b).

A PPC das instituições deve ser viva e dinâmica, articulando o que as crianças pensam, desejam, sentem e podem aprender com o que a

Secretaria Municipal de Educação propõe como projeto de Educação para a criança até 5 anos e 11 meses de idade. O currículo tem que possibilitar diferentes vivências, situações de aprendizagem e de desenvolvimento da criança, bem como experiências organizadas intencionalmente pela docente, ou pelo docente, e iniciadas pela criança. Um dos caminhos para isso é a organização e o planejamento:

- dos tempos de realização das atividades (ocasião, frequência, duração);
- dos espaços em que essas atividades transcorrem (o que inclui a estruturação dos espaços internos, externos, de modo a favorecer as interações infantis na exploração que fazem do mundo); e
- dos materiais disponíveis e, em especial, das maneiras de a professora, ou o professor, exercer seu papel (organizando o ambiente, ouvindo as crianças, respondendo-lhes de determinada maneira, oferecendo-lhes materiais, sugestões, apoio emocional, ou promovendo condições para a ocorrência de valiosas interações e brincadeiras criadas pelas crianças etc.) (OLIVEIRA, 2010).

As orientações e diretrizes para a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Vitória da Conquista devem subsidiar a formulação de políticas públicas, a elaboração da PPC de cada escola, bem como o planejamento de projetos e ações pedagógicas para e com as crianças. Nesse sentido, o documento orienta a organização pedagógica e administrativa da escola, buscando garantir o direito de a criança brincar, explorar, conhecer, pesquisar, criar e se comunicar, ou seja, de viver plenamente a infância em um ambiente rico e desafiador.

A atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC), inspirada nas concepções e princípios das DCNEI, propõe que o currículo da Educação Infantil seja organizado em campos de experiência. Os campos de experiência são "um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural" (BRASIL, 2017). É, portanto, um modo de

organização da PPC enraizado em princípios e concepções (criança, professor, aprendizagem, currículo, espaço-tempo, ambientes de aprendizagem, família) voltados para a vivência de uma Educação democrática, inclusiva, ética e cidadã.

Os campos de experiência permitem trazer a vida para a escola, colocar a criança e o professor em relação e diálogo permanente, acolher as diferentes narrativas sobre as pessoas e o mundo, evidenciar as potências e competências das crianças, sistematizar suas descobertas e trabalhar com as diferentes linguagens.

De acordo com a BNCC, a "organização curricular da Educação Infantil na BNCC está estruturada em cinco campos de experiência, no âmbito dos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento". Os seis objetivos de aprendizagem e de desenvolvimento na Educação Infantil são:

- **CONVIVER** com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si mesma e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.
- **BRINCAR** cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando o acesso a produções culturais, os conhecimentos, a imaginação, a criatividade, as experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
- **PARTICIPAR**ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pela educadora, ou pelo educador, quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.
- **EXPLORAR** movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando os saberes sobre

a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.

• **EXPRESSAR**, como sujeito dialógico, criativo e sensível, necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões e questionamentos por meio de diferentes linguagens.

• **CONHECER-SE** e construir a própria identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si mesma e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na escola e em seu contexto familiar e comunitário.

A definição e a denominação dos campos de experiência também se baseiam no que dispõem as DCNEI sobre os saberes e conhecimentos fundamentais a ser propiciados às crianças e associados às suas experiências. Os campos de experiências em que se organiza a BNCC são:

- O eu, o outro e o nós.
- Corpo, gestos e movimentos.
- Traços, sons, cores e formas.
- Escuta, fala, pensamento e imaginação.
- Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

A parte diversificada do currículo está entrelaçada aos campos de experiência que constituem o núcleo comum do currículo, conforme sinaliza o parágrafo 3º do Art. 14 das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica:

"A base nacional comum e a parte diversificada não podem se constituir em dois blocos distintos, com disciplinas específicas para cada uma dessas partes, mas devem ser organicamente planejadas e geridas de tal modo que as tecnologias de informação e comunicação perpassem transversalmente a proposta curricular, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, imprimindo direção aos projetos político-pedagógicos" (BRASIL, 2010).

Considerando essa diretriz, a parte diversificada integrará os campos de experiência com temáticas transversais no currículo da Educação Infantil, como ética, cidadania, Educação para o trânsito, Educação das relações étnico-raciais e indígenas, Educação especial na perspectiva inclusiva, saúde, orientação sexual, proteção social da criança, meio ambiente e sustentabilidade do planeta, pluralidade cultural, consumo e consumismo, direitos humanos, democracia e liberdade de expressão. Essa orientação também está expressa na BNCC:

"...cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora" (BRASIL, 2017).

É importante ressaltar que a concretização do que propõe cada campo de experiência e a parte diversificada do currículo devem acontecer no cotidiano das escolas de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Vitória da Conquista de modo entrelaçado, garantindo às crianças experiências e situações de aprendizagem planejadas e organizadas com base no princípio da transversalidade e da contextualidade, pois a criança comprehende e se relaciona com o mundo e com as coisas que estão nele de forma integral, com todos os seus sentidos e capacidades. A fragmentação do que é apresentado às crianças na escola é herança de uma lógica dis-



ciplinar do currículo ainda presente nas escolas, mas que deve ser afastada da Educação Infantil.

3.2 AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Avaliar as aprendizagens e o desenvolvimento da criança requer conhecimentos específicos sobre quem é a criança, como ela se desenvolve e aprende, bem como sobre quais didáticas são específicas para o trabalho pedagógico.

Avaliar na Educação Infantil é, primeiramente, levar em consideração as crianças como sujeitos plurais, com tempos e momentos distintos de aprender, vontades e sonhos. Seres que interagem com seus pares, com o espaço, com o ambiente e com os adultos que trabalham e circulam na instituição de ensino. Ao avaliar, as professoras e os professores ampliam o olhar para os diversos contextos de aprendizagem e para as possibilidades de reorganização e potencialização das ações educacionais no cotidiano da escola.

É preciso estar com olhos, ouvidos e sentidos atentos para observar as crianças e como elas interagem com os objetos, os materiais e o mundo a sua volta, para que assim se possa propor atividades, (re)organizar os recursos e os agrupamentos, pensando em como contribuir para que aprendam e se desenvolvam de forma integral.

A avaliação na Educação Infantil não acontece na forma de exames (provinhas, testes ou outras atividades similares) para classificar as crianças, mas por meio da observação cotidiana e do acompanhamento das conquistas e das aprendizagens de cada criança em ação, respeitando processos, ritmos e tempos.

A observação pode ser planejada pela professora, ou pelo professor, e ser feita por meio de pautas elaboradas considerando os direitos de aprendizagem e de desenvolvimento que as crianças precisam vivenciar no cotidiano da escola. O observado pode ser registrado em fotografias, vídeos, áudios, narrativas escritas, relatórios, cartas e outros suportes analógicos e

digitais que estiverem ao alcance. As informações produzidas podem ser sistematizadas em portfólios, em relatórios individuais e/ou de grupo, em coletâneas, em álbuns etc. É importante que a criança, a família e a equipe pedagógica também possam ser ouvidas sobre os processos de desenvolvimento e de aprendizagem.

A participação da criança na elaboração do próprio portfólio é mais uma possibilidade de aprendizagem, pois, ao escolher atividades de diferentes naturezas para compô-lo, ela tem a oportunidade de revisitar os registros, interagir com as fotografias, desenhos, escritas numéricas e textuais, pinturas, colagens etc., fazendo a memória de seu percurso educativo, do que já aprendeu e do que ainda precisa saber.

De acordo as DCNEI (BRASIL, 2009b), as instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhar o trabalho pedagógico e para avaliar o desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

- a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;
- a utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);
- a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);
- a documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição com as crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil; e
- a não retenção das crianças na Educação Infantil.

Na Rede Municipal de Vitória da Conquista, a história da aprendizagem e do desenvolvimen-

to das crianças será contada por meio de relatórios escritos e/ou portfólios elaborados trimestralmente pela professora, ou pelo professor, considerando as concepções presentes nas diretrizes e orientações municipais e na proposta pedagógica e curricular da escola. A docente, ou o docente, contará com o apoio da coordenação pedagógica para a leitura e a reflexão sobre o conteúdo dos relatórios e portfólios. O momento de diálogo entre esses profissionais é uma ocasião preciosa para refletir sobre o contexto da prática educativa. A avaliação da qualidade poderá ocorrer em cada escola, anualmente, com o uso dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (BRASIL, 2009) e com o uso de instrumentos próprios elaborados e debatidos com a comunidade educativa. O importante é que o processo envolva todos os profissionais de Educação e seja formativo.

Já a avaliação das orientações e diretrizes curriculares para a Educação Infantil será bianual, feita com a comunidade educativa para acompanhamento de sua implementação nas escolas e para atualização de seus pressupostos teórico-metodológicos.

3.3 ORIENTAÇÕES CURRICULARES

Considerando as atuais orientações, leis e diretrizes vigentes no Brasil e em Vitória da Conquista, as orientações curriculares foram elaboradas tomando como referência as concepções de criança, infância, Educação Infantil, currículo e avaliação presentes nesses documentos e em estudos sobre a Educação de crianças até 6 anos de idade. É importante ressaltar que o que a criança pode aprender não se resume ao que foi escrito em cada quadro, pois as suas experiências e aprendizagens não cabem em uma folha de papel. O ponto de partida para a estruturação das orientações curriculares foram os seis objetivos de aprendizagem e de desenvolvimento previstos na BNCC, articulados com os campos de experiência e as diferentes faixas etárias das crianças (BRASIL, 2017).

3.3.1

BEBÊS (ATÉ 1 ANO E 6 MESES)

DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
CONVIVER com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si mesma e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.	• O eu, o outro e o nós	<ul style="list-style-type: none"> Compartilhar brinquedos e objetos com outros bebês e adultos e imitar seus gestos. Experimentar sabores, perceber cheiros e escolher o que quer comer. Identificar no ambiente texturas e sons. Interagir com outras crianças da mesma faixa etária e adultos, adaptando-se ao convívio social.
	• Corpo, gestos e movimentos	<ul style="list-style-type: none"> Pegar, amassar, empilhar, montar, encaixar, mover, lançar longe, chutar objetos de diferentes formas, cores, pesos, texturas e tamanhos. Participar com autonomia crescente dos momentos de cuidados pessoais, como a hora do banho, de vestir-se, de desvestir-se. Imitar gestos e movimentos de outras crianças, adultos e animais.
	• Traços, sons, cores e formas	<ul style="list-style-type: none"> Reagir a sons e músicas por meio de movimento corporal ou batendo e chacoalhando objetos sonoros. Explorar qualidades sonoras de objetos e instrumentos musicais. Brincar com as possibilidades expressivas da própria voz.
	• Escuta, fala, pensamento e imaginação	<ul style="list-style-type: none"> Reconhecer quando é chamado por seu nome e reconhecer os nomes das pessoas com quem convive. Conversar com a professora, ou o professor, em ambiente tranquilo e lúdico. Repetir acalantos, cantigas e poesias explorando o ritmo, as palavras e a sonoridade. Demonstrar interesse ao ouvir a leitura de poemas e a apresentação de músicas.
	• Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações	<ul style="list-style-type: none"> Explorar objetos com formas e volumes variados, percebendo propriedades simples como: luminosidade, consistência e textura. Deslocar-se livre em espaços planejados, enfrentando obstáculos: subindo, descendo, pulando, passando por cima, por baixo. Vivenciar diferentes ritmos, velocidades e fluxos nas interações e brincadeiras (em danças, balanços etc.).

DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
	• O eu, o outro e o nós	<ul style="list-style-type: none"> Compartilhar brinquedos e objetos com outros bebês e adultos e imitar seus gestos. Brincar diante do espelho, observando os próprios gestos ou imitar outros. Perceber as possibilidades e os limites de seu corpo nas brincadeiras e interações das quais participa. Perceber que as próprias ações têm efeitos nas outras crianças e nos adultos. Envolver-se na troca de objetos com outros bebês, em ações ritmadas, como bater palmas das mãos sobre uma superfície, em entrar e sair de túneis etc.
	• Corpo, gestos e movimentos	<ul style="list-style-type: none"> Brincar com água, terra e outros elementos naturais. Brincar de procurar e achar objetos escondidos. Movimentar as partes do corpo para exprimir corporalmente emoções, necessidades e desejos. Encaixar peças de madeira, empilhar cubos, puxar objetos, caixas etc. Brincar de roda imitando gestos e cantos da professora, ou do professor, e dos colegas.
	• Traços, sons, cores e formas	<ul style="list-style-type: none"> Brincar com as possibilidades expressivas da própria voz. Explorar materiais gráficos na criação de garatujas e outras formas de expressão. Traçar marcas gráficas em diferentes suportes, usando instrumentos riscantes e tintas.
	• Escuta, fala, pensamento e imaginação	<ul style="list-style-type: none"> Brincar com outros bebês, com ou sem objetos, expressando-se corporal e/ou verbalmente. Brincar de traçar marcas gráficas em cartolinhas ou outro suporte, usando os dedos, pincéis ou outros materiais riscantes. Imitar as variações de entonação e gestos realizados pelos adultos ao ler histórias e ao cantar.
	• Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações	<ul style="list-style-type: none"> Brincar com materiais com possibilidades transformadoras (água e areia, ou terra, “melecas”, pasta de amido de milho/arroz), que podem ser amassados ou deslocados.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
PARTICIPAR ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pela educadora, ou pelo educador, quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.	• O eu, o outro e o nós	<ul style="list-style-type: none"> Vestir uma bermuda ou sapato e os retirar sem ajuda. Ouvir histórias lidas ou contadas pela professora, ou pelo professor, e cantar com ela, ou ele, e as crianças. Interagir com crianças da mesma faixa etária e adultos ao explorar materiais, objetos e brinquedos.
	• Corpo, gestos e movimentos	<ul style="list-style-type: none"> Participar com autonomia crescente dos momentos de cuidados pessoais, como a hora do banho, de vestir-se, de desvestir-se. Participar do cuidado do próprio corpo e da promoção do seu bem-estar. Acompanhar a narrativa ou leitura de uma história fazendo expressões e gestos para seguir a ação dos personagens.
	• Traços, sons, cores e formas	<ul style="list-style-type: none"> Explorar qualidades sonoras de objetos e instrumentos musicais. Brincar com as possibilidades expressivas da própria voz. Explorar diferentes fontes sonoras e materiais para acompanhar brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias.
	• Escuta, fala, pensamento e imaginação	<ul style="list-style-type: none"> Participar de jogos rítmicos ou de nomeação em que a professora, ou o professor, aponta para algo, propõe a questão: "O que é isso?" e o bebê responde. Conversar com a professora, ou o professor, em ambiente tranquilo e lúdico. Repetir acalantos, cantigas e poesias explorando o ritmo, as palavras e a sonoridade. Participar de situações de escuta de textos em diferentes gêneros textuais (poemas, fábulas, contos, receitas, quadrinhos, anúncios etc.). Demonstrar interesse ao ouvir a leitura de poemas, apresentação de músicas e ao ouvir histórias lidas ou contadas.
	• Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações	<ul style="list-style-type: none"> Deslocar-se livremente em espaços planejados, enfrentando obstáculos: subindo, descendo, pulando, passando por cima, por baixo. Acompanhar corporalmente o canto da professora, ou do professor, alterando o ritmo e o timbre (alto, baixo, grave, agudo) e reproduzir parlendas ou cantigas de roda sobre quantidades. Explorar o ambiente pela ação e observação, manipulando, experimentando e fazendo descobertas. Manipular, experimentar, arrumar e explorar o espaço com experiências de deslocamentos de si mesma e dos objetos.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
EXPLORAR movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando os saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.	• O eu, o outro e o nós	<ul style="list-style-type: none"> Experimentar sabores, perceber cheiros e escolher o que quer comer. Identificar no ambiente texturas e sons. Brincar com as professoras e os professores de cobrir e descobrir o rosto, de procurar e achar objetos escondidos, de esconder-se em algum canto da sala e ser encontrado.
	• Corpo, gestos e movimentos	<ul style="list-style-type: none"> Pegar, amassar, empilhar, montar, encaixar, mover, lançar longe, chutar objetos de diferentes formas, cores, pesos, texturas, tamanhos. Explorar espaços, rolando, sentando, rastejando, engatinhando, erguendo o tronco e a cabeça. Experimentar possibilidades corporais nas brincadeiras e interações em ambientes acolhedores e desafiantes. Utilizar os movimentos de preensão, encaixe e lançamento, ampliando as possibilidades de manuseio de diferentes materiais e objetos.
	• Traços, sons, cores e formas	<ul style="list-style-type: none"> Explorar qualidades sonoras de objetos e instrumentos musicais. Explorar materiais gráficos na criação de garatujas e outras formas de expressão. Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos cotidianos.
	• Escuta, fala, pensamento e imaginação	<ul style="list-style-type: none"> Conversar com a professora, ou professor, em ambiente tranquilo e lúdico. Repetir acalantos, cantigas, poesias explorando o ritmo, as palavras e a sonoridade. Conhecer e manipular diferentes instrumentos e suportes de escrita.
	• Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações	<ul style="list-style-type: none"> Explorar alimentos, objetos e cheiros e ampliar as próprias experiências visuais, auditivas, gustativas e olfativas, comunicando sensações à professora, ou ao professor, e às outras crianças. Explorar e descobrir as propriedades de objetos e materiais (odor, cor, sabor, temperatura). Explorar relações de causa e efeito (transbordar, tingir, misturar, mover e remover etc.) na interação com o mundo físico.

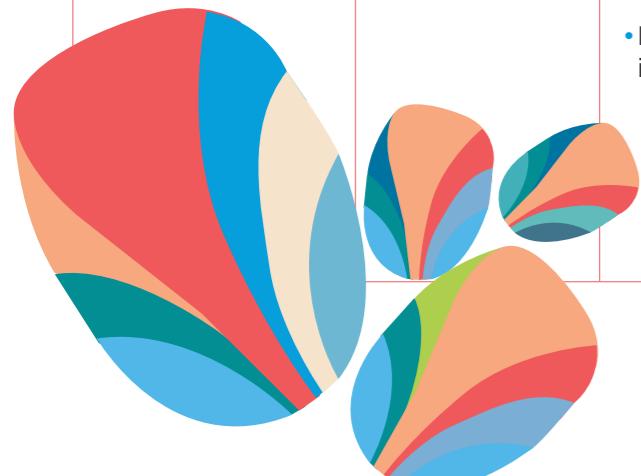
DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
EXPRESSAR, como sujeito dialógico, criativo e sensível, necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões e questionamentos por meio de diferentes linguagens.	• O eu, o outro e o nós	<ul style="list-style-type: none"> Ouvir histórias lidas ou contadas pela professora, ou pelo professor, e cantar com ela, ou ele, e as crianças. Comunicar necessidades, desejos e emoções com gestos, balbucios e palavras.
	• Corpo, gestos e movimentos	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar a narrativa ou leitura de uma história fazendo expressões e gestos para seguir a ação dos personagens. Observar diferenças entre objetos ao brincar com copos plásticos, peneiras, bacias, sucatas, bonecos, chocalhos etc. Identificar sinais ou rituais que marcam início e fim de atividade. Construir torres com blocos. Explorar o espaço realizando deslocamentos de objetos e de si mesmo. Brincar de encontrar objetos e, gradativamente, antecipar onde eles podem estar escondidos e fazer o deslocamento necessário para procurá-los.
	• Traços, sons, cores e formas	<ul style="list-style-type: none"> Reagir a sons e músicas por meio de movimento corporal ou batendo e chacoalhando objetos sonoros. Utilizar a seu modo tintas caseiras, guache e aquarela em produções visuais, ampliando possibilidades de exploração da cor.
	• Escuta, fala, pensamento e imaginação	<ul style="list-style-type: none"> Participar de jogos rítmicos ou de nomeação em que a professora, ou o professor, aponta para algo, propõe a questão: "O que é isso?" e o bebê responde. Conversar com a professora, ou o professor, em ambiente tranquilo e lúdico. Repetir acalantos, cantigas, poesias explorando o ritmo, as palavras e a sonoridade. Reconhecer elementos das ilustrações de histórias, apontando-as, e imitar as variações de entonação e gestos realizados pelos adultos ao ler histórias e ao cantar. Comunicar-se com outras pessoas usando movimentos, gestos, balbucios, fala e outras formas de expressão.
	• Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar corporalmente o canto da professora, ou do professor, alterando o ritmo e o timbre (alto, baixo, grave, agudo) e reproduzir parlendas ou cantigas de roda sobre quantidades. Explorar alimentos, objetos e cheiros e ampliar as próprias experiências visuais, auditivas, gustativas e olfativas, comunicando sensações à professora, ou ao professor, e às outras crianças. Manipular materiais diversos e variados para comparar as diferenças e semelhanças entre eles. Contar oralmente objetos.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
CONHECER-SE e construir a própria identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si mesma e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na escola e em seu contexto familiar e comunitário.	• O eu, o outro e o nós	<ul style="list-style-type: none"> Vestir a roupa e/ou calçar o sapato e a meia e os retirar sem ajuda. Brincar diante do espelho, observando os próprios gestos ou imitar outros. Reconhecer o próprio corpo e expressar sensações em momentos de alimentação, higiene, brincadeira e descanso.
	• Corpo, gestos e movimentos	<ul style="list-style-type: none"> Explorar espaços, rolando, sentando, rastejando, engatinhando, erguendo o tronco e a cabeça. Participar com autonomia crescente dos momentos de cuidados pessoais, como a hora do banho, de vestir-se, de desvestir-se. Empilhar e encaixar blocos e outros objetos como caixas, pratos, copos e sucatas.
	• Traços, sons, cores e formas	<ul style="list-style-type: none"> Utilizar a seu modo tintas caseiras, guache, aquarela em produções visuais, ampliando possibilidades de exploração da cor. Explorar materiais gráficos na criação de garatujas e outras formas de expressão.
	• Escuta, fala, pensamento e imaginação	<ul style="list-style-type: none"> Brincar com outros bebês, com ou sem objetos, expressando-se corporal e/ou verbalmente. Conversar com a professora, ou o professor, em ambiente tranquilo e lúdico. Repetir acalantos, cantigas, poesias explorando o ritmo, as palavras e a sonoridade. Conhecer e manipular materiais impressos e audiovisuais em diferentes portadores (livro, revista, gibi, jornal, cartaz, CD, tablet etc.).
	• Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações	<ul style="list-style-type: none"> Deslocar-se livremente em espaços planejados, enfrentando obstáculos: subindo, descendo, pulando, passando por cima e por baixo. Explorar alimentos, objetos e cheiros e ampliar as próprias experiências visuais, auditivas, gustativas e olfativas, comunicando sensações à professora, ou ao professor, e às outras crianças.

3.3.2

CRIANÇAS BEM PEQUENAS (DE 1 ANO E 7 MESES A 3 ANOS E 11 MESES)

DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
CONVIVER com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si mesma e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre pessoas.	• O eu, o outro e o nós	<ul style="list-style-type: none"> • Conviver com parceiros coetâneos e adultos, demonstrando atitudes de escuta, respeito, solidariedade e cuidado com o outro. • Reconhecer que as próprias ações e atitudes têm efeitos nas outras crianças. • Apoiar parceiros em dificuldade, sem discriminá-los por suas características e cultura. • Construir uma imagem positiva de si mesma, adquirindo confiança para enfrentar possíveis dificuldades e avançar nas próprias potencialidades. • Comunicar necessidades, desejos e emoções, utilizando gestos, balbucios e palavras. • Fazer uso de normas sociais, participando de jogos de imitação dos papéis sociais, nas brincadeiras com adultos e outras crianças. • Seguir as regras nas brincadeiras e jogos com outras crianças, aprendendo a lidar com o sucesso e a frustração. • Fazer uso de normas sociais, participando de brincadeiras de faz de conta e de atividades coletivas. • Fazer uso de estratégias para lidar com o conflito nas interações com crianças e adultos. • Demonstrar zelo em relação aos seus pertences, cuidando do que é seu e do que é do outro. • Perceber que as pessoas têm características físicas diferentes, respeitando essas diferenças. • Demonstrar atitudes de cuidado e solidariedade na interação com crianças e adultos.



DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
CONVIVER...	• Corpo, gestos e movimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar diferentes atividades manuais: amassar, empilhar, encaixar, folhear, picar, cortar, rasgar, fechar, abrir, dobrar, enrolscar, chocalhar etc. • Perceber as possibilidades e os limites de seu corpo nas brincadeiras das quais participa. • Familiarizar-se com a imagem do próprio corpo. • Dançar manifestando diferentes expressões faciais, posturas corporais ao som de diversos gêneros musicais. • Ampliar as próprias possibilidades corporais, respondendo a desafios criados em espaços que possibilitem explorações diferenciadas. • Experimentar as possibilidades de seu corpo nas brincadeiras ou diante das demandas proporcionadas por ambientes acolhedores e desafiantes. • Imitar gestos, sonoridades e movimentos de outras crianças e adultos. • Demonstrar progressiva independência no cuidado do seu corpo. • Exprimir corporalmente emoções, necessidades e desejos, ampliando as próprias estratégicas comunicativas. • Realizar movimentos de preensão, encaixe e lançamento para uso de objetos diversos. • Explorar as partes do corpo, conhecendo e identificando as qualidades do próprio corpo, e do corpo dos outros, com suas semelhanças e diferenças. • Cantar, dançar e expressar-se por meio de jogos teatrais, considerando os diferentes ritmos e gêneros musicais. • Brincar de faz de conta, reproduzindo situações cotidianas, cenas e falas de personagens inventadas ou memorizadas. • Adquirir progressiva autonomia em relação aos hábitos de higiene pessoal, à alimentação e ao sono. • Expressar sentimentos e desejos por meio de diferentes linguagens (corporal, gestual, verbal, pictórica). • Criar formas diversificadas para expressar ideias, opiniões, sentimentos, sensações e emoções com o corpo, tanto nas situações do cotidiano quanto em brincadeiras, dança, teatro, música. • Explorar formas de deslocamento no espaço, combinando movimentos e orientações diversas. • Criar movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas com o corpo em brincadeiras, jogos e atividades artísticas como dança, teatro e música.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
CONVIVER...	• Traços, sons, cores e formas	<ul style="list-style-type: none"> Conviver com diferentes fontes sonoras disponíveis no ambiente em brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias. Conviver com as diferentes manifestações artísticas e culturais. Utilizar diferentes fontes sonoras disponíveis no ambiente em brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias. Vivenciar várias manifestações artísticas – na música, na dança, no teatro ou no audiovisual – por meio de projetos culturais. Explorar diferentes fontes sonoras e materiais para acompanhar brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias. Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Explorar diferentes materiais, realizar produções com gestos, sons, desenhos, modelagens e mímicas desenvolvendo a própria habilidade. Apropriar-se de gestos e de senso crítico e vivenciar diversas formas de expressão da linguagem. Desenvolver o respeito às diferenças culturais ao trabalhar com músicas, danças, modelagens, desenhos, mímicas e dramatizações. Explorar diferentes materiais para identificar cores, formas, tamanhos, pesos e texturas. Desenvolver habilidades manuais, obtendo controle para executar desenhos, pinturas, folhear papéis, amassá-los e rasgá-los.
	• Escuta, fala, pensamento e imaginação	<ul style="list-style-type: none"> Expressar desejos, necessidades, sentimentos e opiniões por meio da linguagem oral e/ou gestual. Dialogar com crianças e adultos, expressando seus desejos, necessidades, sentimentos e opiniões. Escolher com as companheiras e os companheiros uma história a ser encenada, usando justificativas e argumentos ligados a seus sentimentos. Compreender comandos e responder articulando palavras e frases conhecidas. Relatar pequenos fatos cotidianos e experiências significativas. Dialogar, por meio da própria linguagem, com apoio dos adultos, sobre diferentes assuntos em rodas de conversa e brincadeiras.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
CONVIVER...	• Escuta, fala, pensamento e imaginação	<ul style="list-style-type: none"> Inventar enredos para brincadeiras, poemas, canções, roteiros de vídeos e de encenações, definindo os contextos e os personagens. Participar de situações de registro de experiências pessoais e de atividades realizadas na escola em grupo, com apoio do adulto, por meio de fotografias, vídeos, desenhos e escrita (convencional ou não). Criar sons, rimas e gestos em brincadeiras de roda e outras. Apreciar a escuta de histórias. Imitar as variações de entonação e gestos realizados pelos adultos ao ler histórias e ao cantar. Resolver conflitos durante brincadeiras, utilizando a linguagem oral e gestual. Desenvolver a capacidade imaginária inventando histórias e brincadeiras. Reconhecer alguns elementos e características de diferentes gêneros textuais. Demonstrar interesse e atenção ao ouvir a leitura de histórias e outros textos, diferenciando escrita de ilustrações, e acompanhando, com orientação do adulto-leitor, a direção da leitura (de cima para baixo e da esquerda para a direita).
	• Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações	<ul style="list-style-type: none"> Explorar diferentes materiais e objetos, identificando-os, nomeando-os e descrevendo-os. Procurar objetos ou pessoas escondidas em diferentes lugares, e verbalizar a posição deles em relação a: em cima, embaixo, ao lado, na frente e atrás. Comunicar as próprias experiências de deslocamentos para o professor ou outras crianças. Manipular objetos fazendo comparações e classificações. Resolver problemas cotidianos (contar a quantidade de brinquedos, saber a data do aniversário, a idade, o número de casa, o número de telefone de familiares etc.). Compreender a importância de preservar o meio ambiente, descartando materiais, objetos e resíduos alimentares em caixas de coleta seletiva.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
CONVIVER...	•Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações	<ul style="list-style-type: none"> •Explorar formas de deslocamento do seu corpo no espaço, envolvendo-se em brincadeiras e atividades diversificadas. •Identificar algumas posições dos objetos no espaço. •Estabelecer relações quantitativas entre objetos. •Realizar registro de quantidade, ainda que de maneira não convencional. •Classificar objetos, considerando determinado atributo (tamanho, peso, cor, forma, volume etc.). •Contar oralmente objetos, pessoas, livros etc., em contextos diversos. •Deslocar-se e deslocar objetos no espaço, explorando diversos caminhos para chegar a um mesmo lugar. •Deslocar-se enfrentando obstáculos no trajeto (passando por cima, por baixo, rodeando, equilibrando-se etc.).



DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
BRINCAR cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando o acesso a produções culturais, os conhecimentos, a imaginação, a criatividade, as experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.	•O eu, o outro e o nós	<ul style="list-style-type: none"> •Brincar com o outro respeitando as regras básicas de convívio social nas interações e brincadeiras propostas. •Demonstrar imagem positiva de si mesma e confiança na própria capacidade para enfrentar dificuldades e desafios. •Desenvolver a capacidade de resolver conflitos com ou sem a mediação de um adulto. •Compartilhar os objetos e os espaços com crianças da mesma faixa etária e adultos. •Brincar com diferentes parceiros (faz de conta, jogos de regras etc.) de modo a desenvolver a autonomia e a solidariedade. •Internalizar regras de convivência, compartilhar objetos, demonstrando empatia e solidariedade com os outros. •Interagir com os colegas da turma. •Brincar com os colegas dividindo e compartilhando os jogos e brinquedos. •Participar com interesse das brincadeiras propostas. •Torcer a favor de um grupo: um time esportivo, uma equipe musical, um grupo de gincana. •Escolher com os companheiros uma história a ser encenada, usando justificativas e argumentos ligados a seus sentimentos.
	•Corpo, gestos e movimentos	<ul style="list-style-type: none"> •Apropriar-se de gestos e movimentos da própria cultura no cuidado de si mesma e nos jogos e brincadeiras. •Familiarizar-se com a imagem de seu corpo. •Explorar materiais, brinquedos, objetos e ambientes por meio de diferentes linguagens como músicas, brincadeiras de faz de conta e teatro. •Participar de danças de diferentes gêneros textuais e outras expressões de cultura corporal (mímica e teatro) e de roda e ciranda cantando e dramatizando. •Deslocar seu corpo no espaço, orientado por noções de dentro, fora, em cima, embaixo, saltar e escalar, equilibrar-se, dar cambalhotas e alongar-se. •Brincar com autonomia, correndo, saltando com um pé só e com os dois pés juntos, saltando pequenos obstáculos, fazendo arremessos, chutando para acertar o alvo, percorrendo caminhos traçados etc.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
BRINCAR...	•Corpo, gestos e movimentos	<ul style="list-style-type: none"> Brincar com a sonoridade das palavras, com variações de um gesto ou de uma postura corporal. Utilizar objetos e vestimentas para assumir papéis nas brincadeiras de faz de conta. Guardar brinquedos e materiais nos devidos lugares depois de utilizá-los nas atividades. Imitar gestos, posturas e vocalizações de modelos (adultos, crianças, animais ou personagens de histórias).
	•Traços, sons, cores e formas	<ul style="list-style-type: none"> Interessar-se por brincadeiras e canções relacionadas às tradições culturais. Criar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais, para acompanhar diversos ritmos de música. Brincar com diferentes fontes sonoras disponíveis no ambiente em brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias. Explorar diversas possibilidades de garatujar utilizando diferentes meios, suportes e materiais. Expressar-se de forma artística, elaborando construções com materiais e linguagens. Identificar sons, instrumentos e ritmos de diferentes repertórios musicais. Participar de dramatizações que envolvam reprodução de histórias contadas ou da representação de personagens em teatro de fantoches, de bonecos, marionetes, sombras etc. Explorar diferentes posições, maneiras e suportes para desenhar, pintar, modelar ou fazer colagens, utilizando diversos materiais e artefatos. Imitar os gestos e expressões com base na observação da professora, ou do professor, ou de outras crianças. Movimentar-se ao som de músicas de diferentes ritmos, percebendo-os.
	•Escuta, fala, pensamento e imaginação	<ul style="list-style-type: none"> Manipular textos e participar de situações de escuta para ampliar seu contato com diferentes gêneros textuais (parlendas, histórias de aventura, tirinhas, cartazes de sala, cardápios, notícias etc.). Manusear diferentes instrumentos e suportes de escrita para desenhar, traçar letras e outros sinais gráficos. Apreciar textos lidos pela professora, ou pelo professor, sobre a vida e a obra de artistas locais, nacionais e internacionais.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
BRINCAR...	•Escuta, fala, pensamento e imaginação	<ul style="list-style-type: none"> Brincar com diferentes tipos de sons reconhecendo rimas em cantigas de roda e textos poéticos. Expressar oralmente desejos, sentimentos e necessidades. Comunicar-se oralmente fazendo pedidos, perguntando ou respondendo às parceiras ou aos parceiros. Relatar fatos. Dramatizar histórias conhecidas. Relatar pequenos fatos e experiências significativas. Ampliar seu conhecimento sobre a linguagem gestual e oral, apropriando seu conhecimento na hora da aplicação. Desenvolver o gosto pela leitura, a imaginação e a ampliação de conhecimento de mundo. Pedir a atenção da professora, ou do professor, quando necessário, manifestando emoções, temores e necessidades por meio de enunciados cada vez mais completos. Organizar a própria atividade com base na escuta de consignas. Utilizar diferentes formas de linguagens para se expressar. Reproduzir oralmente pequenos textos como canções, quadrinhas, parlendas e histórias.
	•Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações	<ul style="list-style-type: none"> Utilizar conceitos básicos de tempo (agora, antes, durante, depois, ontem, hoje, amanhã, lento, rápido, depressa, devagar). Identificar relações espaciais (dentro e fora, em cima, embaixo, acima, abaixo, entre e do lado) e temporais (antes, durante e depois). Brincar com objetos classificando-os com base em determinados atributos como cores, formas, tamanho e peso. Brincar estabelecendo relações espaciais (dentro/frente, em cima/embraixo, entre e de lado), temporais (antes, durante e depois) e de grandezas (maior, menor e mesmo tamanho).

DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
BRINCAR...	• Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações	<ul style="list-style-type: none"> Comparar e identificar atributos de objetos diversificados e explorar suas possibilidades (grande/pequeno; comprido/curto; redondo/quadrado etc.). Manipular objetos de diferentes formatos e tamanhos e utilizar o conhecimento de suas propriedades para explorá-los com maior intencionalidade. Criar materiais, objetos e instrumentos musicais para acompanhar diversos tipos e gêneros musicais. Realizar contagens significativas. Procurar pessoas e objetos escondidos em diferentes lugares. Identificar e reproduzir trajetos com dados predeterminados, por meio de brincadeiras. Representar caminhos e trajetos de forma gráfica. Desenhar e interpretar imagens de objetos e pessoas. Identificar a ocorrência das atividades de cada dia e se orientar em relação a eles. Utilizar medidas não convencionais (palmos, palitos, cordas, folhas de papel etc.) e medidas convencionais (fita métrica, régua) para realizar medições.



DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
	• O eu, o outro e o nós	<ul style="list-style-type: none"> Participar de situações do cotidiano ligadas ao cuidado ou ao ambiente. Compartilhar os objetos e os espaços com crianças da mesma faixa etária e adultos. Demonstrar atitudes, cuidados e solidariedade na interação com crianças e adultos. Participar, interagindo com as professoras, os professores e demais crianças, respondendo aos questionamentos propostos no momento da rodrinha de acordo com o que estiver sendo trabalhado. Fazer relatos da vida cotidiana. Demonstrar segurança e autonomia nas ações cotidianas de cuidado de si mesma e do outro. Brincar de se esconder, de faz de conta, cuidar de animais domésticos, ouvir e contar histórias, observar o ambiente e colecionar objetos. Vestir fantasias, experimentando ser outras pessoas e personagens de histórias.
	• Corpo, gestos e movimentos	<ul style="list-style-type: none"> Participar com interesse demonstrando controle e adequação do uso do seu corpo em brincadeiras e jogos, escuta e reconto de histórias, atividades artísticas, entre outras possibilidades. Participar de atividades que envolvam o corpo, cuidados pessoais, desenvolvendo autonomia para cuidar de si mesma. Descobrir o uso do espaço com o corpo, saltar, apoiar-se, correr, entre outros. Cantar e dançar demonstrando por meio dos movimentos noções de reconhecimento da intensidade de som (forte/fraco, alto/baixo, rápido/lento). Participar de jogos de faz de conta assumindo determinadas posturas corporais, gestos e falas que delineiam papéis. Brincar com marionetes reproduzindo falas de personagens que memorizaram ou que inventaram. Explorar desafios do espaço com maior autonomia e presteza (correr, saltar, escalar etc.). Brincar seguindo orientações como em frente, atrás, no alto, em cima, embaixo, dentro e fora.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
PARTICIPAR...	• Traços, sons, cores e formas	<ul style="list-style-type: none"> • Participar do processo de produção de sons diversos com a utilização de objetos e instrumentos musicais durante brincadeira do faz de conta, encenações, criações musicais, festas. • Participar da organização de passeios, festas, eventos e decoração do ambiente, da escolha e do cuidado do material usado na produção e exposição de trabalhos utilizando diferentes linguagens. • Demonstrar independência no cuidado com seu corpo. • Apresentar, observar e falar sobre as próprias produções e as de outras crianças ou da produção de um adulto e demonstrar preferências. • Conhecer a rotina das atividades que serão realizadas ao longo do dia, participando da organização e do planejamento do que será feito a cada momento. • Explorar materiais riscantes (carvão, legumes, folhas, giz de cera) em diferentes suportes como folhas, tecidos, gravetos, pedras, papelão, caixas e papéis). • Aprimorar os processos de criação por meio de observação <i>in loco</i>, de vídeo ou de livros e catálogos de arte e interessar-se por isso. • Produzir e expressar-se, gestualmente, nas diferentes formas das artes visuais, da música, da dança e do teatro. • Observar e interagir com os gestos e expressões da professora, ou do professor, nas situações comunicativas. • Demonstrar, por meio do olhar e de gestos, preferências por determinados objetos, sejam eles bidimensionais ou tridimensionais. • Reconhecer, com base em um conjunto de produções visuais do grupo, as próprias marcas pessoais. • Explorar, perceber e expressar sensações provocadas por diferentes texturas, meios e materiais. • Mostrar-se sensível e curiosa ao fenômeno da transformação das cores, explorar paletas e reconhecer efeitos que as mesmas causam sobre diferentes suportes. • Fruir formas artísticas nas diferentes expressões e manifestar verbalmente ou gestualmente impressões, ideias e sensações. • Conhecer e interessar-se por apresentações de dança de diferentes gêneros bem como circo, mímica, teatro e outras formas de expressão corporal. • Fruir manifestações de teatro de fantoches apresentados pela professora, ou pelo professor, ou por outras crianças da escola. • Reconhecer marcas pessoais da própria criação podendo comentar aspectos do seu modo de produzir e dos resultados que mais aprecia nesse fazer.

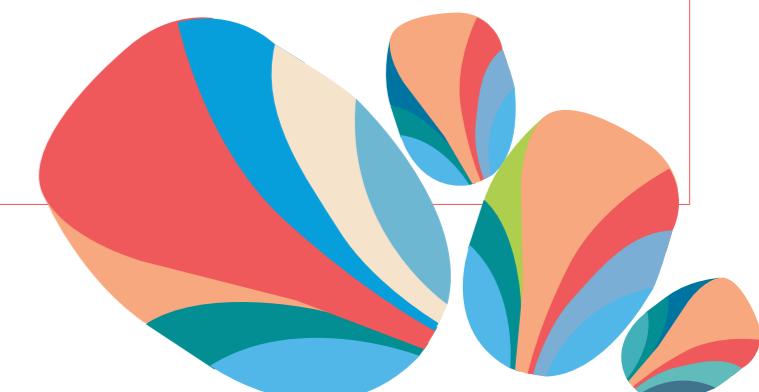
DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
PARTICIPAR...	• Escuta, fala, pensamento e imaginação	<ul style="list-style-type: none"> • Solicitar, por meio de balbucios, gestos e palavras, a atenção da professora, ou do professor, diante de uma situação de necessidade pessoal. • Explicitar algo desejado (objetos, materiais, brinquedos, alimentos) ou uma ação (cantar uma canção, começar um jogo ou pedir a leitura de um conto). • Relatar experiências e fatos acontecidos, histórias ouvidas, filmes, peças teatrais assistidos etc. • Criar e contar histórias oralmente, com base em imagens ou temas sugeridos. • Brincar com a professora, ou com o professor, de produzir sons, vocalizando. • Expressar oralmente desejos, sentimentos e necessidades. • Comunicar-se oralmente fazendo pedidos, perguntando ou respondendo aos parceiros. • Conhecer narrativas literárias e desenvolver comportamentos leitores. • Apreciar teatro com animação de objetos, de fantoche, de bonecos e de sombras. • Contar e recontar histórias. • Ler textos não verbais, imagens, símbolos, desenhos, pinturas (pseudoleitura). • Participar ativamente demonstrando interesse e atenção ao ouvir a leitura de histórias e outros textos, diferenciando escrita de ilustrações, e acompanhando com orientação do adulto-leitor, a direção da leitura (de cima para baixo, da esquerda para a direita). • Participar do processo de contação de história, formulando e respondendo perguntas sobre fatos da história narrada, identificando cenários, personagens e principais acontecimentos. • Participar do processo de criação e contação de histórias com base em imagens ou temas sugeridos. • Participar com interesse de rodas de conversa, de relatos de experiências e de contação de histórias, desenvolvendo o pensamento e a imaginação e formas de expressá-los. • Comunicar-se com liberdade, criatividade, responsabilidade, sentimentos próprios, necessidades e ideias, por meio de linguagens artísticas. • Participar de situações onde possa ser ator ou espectador. • Relatar experiências. • Participar de conversas.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER	DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
PARTICIPAR...	<ul style="list-style-type: none"> • Escuta, fala, pensamento e imaginação 	<ul style="list-style-type: none"> • Escutar parlendas, poemas e canções e explorar a própria voz ao cantar, ao imitar, ao falar. • Designar elementos da realidade de forma cada vez mais precisa. • Interessar-se de forma crescente pelos ritmos da linguagem, por jogos linguísticos, rimas, aliterações, padrões recorrentes do som das palavras num poema e musicalidade das palavras. • Planejar conjuntamente atividades como passeios, jogos e visitas. • Relatar situações como passeios realizados ou outros acontecimentos na escola e fora dela. 	<p>EXPLORAR movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando os saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O eu, o outro e o nós 	<ul style="list-style-type: none"> • Perceber que as pessoas têm características físicas diferentes, respeitando essas diferenças. • Cantar, respeitando a vez e ouvindo os companheiros. • Resolver conflitos nas interações e brincadeiras, com a orientação de um adulto. • Explorar em conjunto diversos tipos de materiais, brinquedos, objetos, no ambiente interno e externo, identificando potencialidades e limites em relação aos outros com quem está interagindo. • Comunicar-se com os colegas e adultos, buscando compreendê-los, e fazendo-se compreender em situações do cotidiano. • Expressar necessidades e emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões e questionamentos por meio de diferentes linguagens. • Interessar-se pela construção de amizades e o fortalecimento das relações com pares e adultos. • Adquirir autonomia em relação ao próprio corpo e ao espaço que ocupa apresentando independência e autonomia.
	<ul style="list-style-type: none"> • Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações 	<ul style="list-style-type: none"> • Observar, relatar e descrever incidentes do cotidiano e fenômenos naturais (luz solar, vento, chuva etc.). • Explorar quantidades e notações numéricas nas brincadeiras e práticas cotidianas. • Participar com interesse do registro com números da quantidade de meninas e meninos (presentes e ausentes) e a quantidade de objetos da mesma natureza (bonecas, bolas, livros etc.). • Participar de relatos, observações e descrições de incidentes do cotidiano e fenômenos naturais (luz solar, vento e chuva). • Participar de momentos de discussão com outras crianças sobre o cuidado de plantas, animais nos espaços da instituição e fora dela. • Participar de resoluções de problemas cotidianos. • Conhecer e explorar semelhanças e diferenças entre características e propriedades dos objetos (textura, peso, tamanho e posição no espaço). 		<ul style="list-style-type: none"> • Corpo, gestos e movimentos 	<ul style="list-style-type: none"> • Explorar formas de deslocamento no espaço (pular, saltar, dançar), combinando movimentos e seguindo orientações. • Explorar o espaço utilizando o corpo, orientando-se por noções como em frente, atrás, no alto, embaixo, dentro, fora etc., ao se envolver em brincadeiras e atividades de diferentes naturezas. • Explorar formas de deslocamento no espaço (pular, saltar, dançar), combinando movimentos e seguindo orientações. • Explorar possibilidades de independência com o corpo demonstrando cuidado com o mesmo. • Brincar de diversas formas, em diferentes espaços, com diferentes parceiros (adultos e crianças). • Desenvolver capacidade criadora, ter iniciativa própria, despertar alegria e viver descobertas. • Desenvolver a psicomotricidade por meio da realização de movimentos amplos e finos. • Tornar-se cada vez mais competente e autônoma em ações que possibilitem alimentar-se sozinha, tirar, abotoar e vestir roupas, calçar-se e descalçar-se, guardar brinquedos, arrumar pertences etc. • Reconhecer-se diante do espelho e interessar-se em modificar a própria aparência, fantasiando-se e maquiando-se.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
EXPLORAR...	• Traços, sons, cores e formas	<ul style="list-style-type: none"> Utilizar materiais variados com possibilidades de manipulação (argila, massa de modelar), explorando cores, formas e texturas, superfícies, planos e volumes ao criar objetos tridimensionais. Explorar sons variados com utilização de materiais, objetos e instrumentos musicais para acompanhar diversos ritmos de música. Brincar com diferentes sons, ritmos, cores, formas, texturas e materiais, construindo cenários e jogos simbólicos. Explorar sons do cotidiano, de obras musicais clássicas, populares, étnicas, cantadas ou instrumentais. Reconhecer a ausência ou a presença de sons em instrumentos musicais, objetos e no ambiente. Diferenciar os sons de objetos sonoros e instrumentos musicais. Reconhecer preferências musicais. Explorar possibilidades expressivas do próprio corpo na produção de sons. Utilizar conhecimentos sobre a cor, a forma e suas combinações nas criações visuais bidimensionais e tridimensionais, representativas ou não.



DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
EXPLORAR...	• Escuta, fala, pensamento e imaginação	<ul style="list-style-type: none"> Manusear diferentes portadores textuais, demonstrando reconhecer seus usos sociais. Explorar fatos e experiências do cotidiano, como histórias ouvidas, peças teatrais vistas ou filmes assistidos. Participar de jogos simbólicos – situações de faz de conta, em que as crianças encenam contos de fadas, histórias, ou situações semelhantes às vividas na realidade – dando sentido e assim podendo compreender, ainda que de maneira intuitiva, os temas presentes. Interessar-se, de forma crescente, pelos ritmos da linguagem, os jogos linguísticos, as rimas, as aliterações, os padrões recorrentes do som das palavras num poema, a musicalidade das palavras. Descrever lugares, pessoas e expressar desejos, sentimentos e opiniões. Contar histórias por meio de imagens. Nomear objetos e descrevê-los de acordo com características como cor, forma, tamanho e espessura. Escutar parlendas, poemas e canções e explora a própria voz ao cantar, ao imitar e ao falar. Utilizar materiais variados com possibilidades de manipulação (argila, massa de modelar), explorando cores, formas e texturas, superfícies, planos, formas e volumes ao criar objetos tridimensionais. Explorar sons variados com utilização de materiais, objetos e instrumentos musicais para acompanhar diversos ritmos de música. Recontar contos, recitar poemas e parlendas e encenar obras teatrais com crescente autonomia. Relatar experiências próprias e prestar atenção ao relato de experiências vividas pelos colegas, pela professora, ou pelo professor, ou por outros adultos.



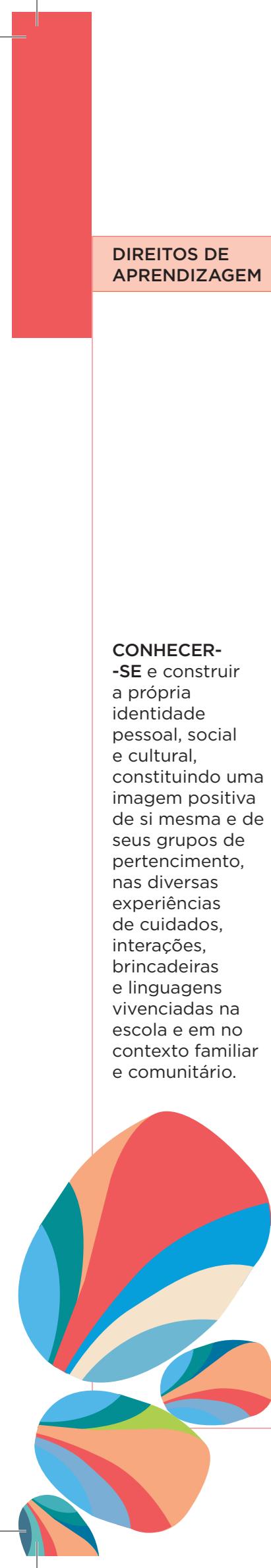
DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
EXPLORAR...	<ul style="list-style-type: none"> • Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. 	<ul style="list-style-type: none"> • Interagir com o meio ambiente e com os fenômenos naturais ou artificiais demonstrando curiosidade e cuidado com o meio, com os objetos e com a natureza. • Explorar e descrever semelhanças e diferenças entre as características e propriedades dos objetos (textura, tamanho, massa). • Explorar conceitos básicos de tempo (agora, antes, durante, depois, ontem, hoje, amanhã, lento, rápido, depressa, devagar). • Explorar as notações numéricas em diferentes contextos: registro de jogos, controle de materiais da sala, quantidade de pessoas que vão merendar ou que vão a um passeio. • Recitar a série oral convencional com a perspectiva de ampliá-la. • Deslocar-se ou movimentar objetos no espaço, procurar objetos ou pessoas escondidas em diferentes lugares e verbalizar a posição deles em relação a em cima, embaixo, ao lado, na frente e atrás. • Comunicar experiências de deslocamentos para a professora, ou para o professor, ou outras crianças, ampliar a consciência das próprias ações e replanejá-las.



DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
	<ul style="list-style-type: none"> • O eu, o outro e o nós <p>EXPRESSAR, como sujeito dialógico, criativo e sensível, necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões e questionamentos por meio de diferentes linguagens.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicar-se com os colegas e os adultos, buscando compreendê-los e fazendo-se compreender. • Respeitar regras básicas de convívio social nas interações e brincadeiras. • Demonstrar imagem positiva de si mesma e confiança na capacidade de enfrentar dificuldades e desafios. • Conhecer e respeitar regras de convívio social, manifestando respeito pelo outro. • Fazer relatos de fatos do cotidiano. • Construir percepções sobre si mesma e sobre o outro. • Desenvolver autonomia e autocuidado consigo mesma. • Respeitar o espaço e as opiniões do outro. • Criar vínculo socioafetivo.
	<ul style="list-style-type: none"> • Corpo, gestos e movimentos 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver progressivamente as habilidades manuais, adquirindo controle para desenhar, pintar, rasgar, folhear, entre outros. • Expressar-se por meio de movimentos, gestos, olhares e mímicas em brincadeiras, jogos e atividades artísticas como dança, teatro e música. • Utilizar o corpo intencionalmente como instrumento de interação com o outro e com o meio. • Dançar, brincar, criar brincadeiras e movimentos fazendo mímicas e dramatizações. • Conhecer e vivenciar um amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e músicas. • Brincar seguindo orientações como em frente, atrás, no alto, em cima, embaixo, dentro e fora. • Explorar movimentos e ações motoras que lhes dê acesso ao mundo físico (andar, correr, subir, descer etc.). • Descobrir e aventurar-se em novas formas de se expressar e comunicar corporalmente por meio da dança, dos jogos teatrais e das brincadeiras.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
EXPRESSAR...	• Traços, sons, cores e formas	<ul style="list-style-type: none"> Expressar-se livremente por meio do desenho, da pintura, da colagem e da dobradura. Expressar-se por meio de artes visuais utilizando diferentes materiais. Interagir com a música percebendo-a como forma de expressão individual e coletiva. Expressar-se por meio do desenho livre. Utilizar materiais (tinta, massinha, pincéis, papéis etc.) e técnicas (pinturas, colagens, modelagens etc.) em atividades livres e direcionadas exercendo a expressão criadora. Reproduzir ou criar, em outros contextos, posturas corporais, gestos e falas imitadas da professora, ou do professor, ou dos demais parceiros com os quais a criança tem contato físico. Expressar-se corporalmente nas brincadeiras que pressupõem a representação de papéis. Colocar em uso conhecimentos sobre pontos, linhas, tramas etc., bem como diferentes materiais e ferramentas para construir texturas (pontilhado, grafismo, trama, baixo e alto-relevo etc.) e marcar superfícies.
	• Escuta, fala, pensamento e imaginação	<ul style="list-style-type: none"> Formular e responder perguntas sobre fatos da história narrada, identificando cenários, personagens e principais acontecimentos. Referir-se a si própria de forma cada vez mais precisa, por meio da linguagem, e saber indicar alguns dados sobre si mesma, como o nome próprio, o nome dos pais e irmãos, idade, a sala na escola ou o nome da professora, ou do professor. Expressar desejo de manusear diferentes portadores textuais, demonstrando reconhecer seus usos sociais. Expressar interesse na manipulação de textos e participação de situações de escuta para ampliar o contato com diferentes gêneros textuais (parlendas, histórias de aventura, tirinhas, cartazes de sala, cardápios, notícias etc.). Participar de conversas, por períodos cada vez mais prolongados, propondo perguntas ajustadas ao tema do qual se fala. Participar de situações de contação de histórias, envolvendo-se com o enredo e os personagens.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
EXPRESSAR...	• Escuta, fala, pensamento e imaginação	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer-se, construir nas interações, reconhecendo aspectos peculiares a si mesma e ao seu grupo de pertencimento. Expressar ideias, desejos e sentimentos em distintas situações de diferentes meios. Atender e compreender consignas. Transmitir recados. Contar e recontar histórias. Elaborar coletivamente alguns regulamentos para ser cumpridos pela turma.
	• Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações	<ul style="list-style-type: none"> Compartilhar, com outras crianças, situações de cuidado de plantas e animais nos espaços da instituição e fora dela. Registrar com números a quantidade de crianças (meninas e meninos, presentes e ausentes) e a quantidade de objetos da mesma natureza (bonecas, bolas, livros etc.). Conviver e explorar com os pares objetos e materiais com diferentes características. Identificar e nomear objetos estabelecendo relações entre eles. Identificar e nomear os diferentes espaços do ambiente em casa e na instituição de ensino. Demonstrar conhecimento das características opostas dos conceitos matemáticos. Dar opiniões e ouvir as dos adultos ou de outras crianças sobre fatos e situações sociais observados. Observar, explorar e elaborar ideias sobre as transformações das coisas, o peso e de que são feitas. Construir noções iniciais de espaço, tempo, causalidade e transformação. Fazer explorações com alimentos, objetos e cheiros que ampliem as próprias sensações visuais, auditivas, gustativas e olfativas.



DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
CONHECER- -SE e construir a própria identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si mesma e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na escola e em no contexto familiar e comunitário.	• O eu, o outro e o nós	<ul style="list-style-type: none"> • Resolver conflitos nas interações e brincadeiras, com a orientação de um adulto. • Reconhecer em si mesma sensações de sede, fome, dor, frio etc. e comunicar à professora, ou ao professor. • Solicitar aconchego em situações cotidianas. • Identificar elementos que lhe provocam medo e buscar ajuda para superá-lo. • Expressar corporal e/ou verbalmente seus motivos e razões. • Familiarizar-se com a própria imagem corporal. • Narrar vivências. • Nomear brincadeiras e atividades preferidas e as não desejadas. • Conhecer recursos e limitações próprios em determinadas situações. • Conhecer a si mesma e construir uma identidade pessoal e cultural de modo a constituir uma visão positiva de si própria e dos outros com quem convive, valorizando as próprias características e as das outras crianças e adultos. • Perceber que as pessoas têm características físicas diferentes, respeitando essas diferenças. • Atuar em grupo e demonstrar interesse em construir relações, respeitando a diversidade e solidarizando-se com os outros. • Reconhecer o nome das colegas e dos colegas e das pessoas que fazem parte do convívio social. • Identificar o próprio nome entre os demais (fichas do nome). • Conhecer e nomear as partes do corpo. • Conhecer diversos gêneros e suportes textuais.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
	• Corpo, gestos e movimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Deslocar o corpo no espaço, orientando-se por noções como em frente, atrás, no alto, embaixo, dentro, fora etc., ao se envolver em brincadeiras e atividades de diferentes naturezas. • Conhecer as próprias habilidades manuais para adquirir controle ao desenhar, pintar, rasgar, folhear, entre outros. • Conhecer e reconhecer as sensações do seu corpo, com gestos e movimentos descobrindo os riscos à própria integridade física. • Participar de modo ativo de atividades que envolvam o corpo em diversas brincadeiras. • Apropriar-se do conhecimento das partes que compõem o próprio corpo (desenvolvimento do esquema corporal). • Reconhecer a importância da higiene pessoal, praticando-a cada vez com mais autonomia.
CONHECER- -SE...	• Traços, sons, cores e formas	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer diversas obras de arte e respectivos autores (locais, nacionais e internacionais). • Conhecer as manifestações artísticas e culturais locais e de outras comunidades, desenvolvendo a sensibilidade, a criatividade, o gosto pessoal e o modo peculiar de expressão. • Brincar com acessórios e objetos cotidianos que apresentem diversas formas, cheiros, cores, tamanhos, texturas, pesos, densidade e possibilidades de transformação. • Conhecer e reconhecer sons corporais, sons da natureza, do ambiente, dos animais, dos instrumentos e de objetos variados. • Elaborar desenhos inserindo elementos e detalhes ao longo do tempo (desenvolvimento do grafismo). • Representar o espaço bidimensional de diferentes formas e posições, reconhecendo os atributos do espaço e suas relações com a representação por meio da escultura, da modelagem, da instalação etc. • Explorar diversas possibilidades gráficas alimentando, paulatinamente, um percurso gráfico próprio, não necessariamente figurativo. • Expressar-se com movimentos/gestos/danças ao ouvir ritmos variados. • Imitar, por meio de gestos ou expressões faciais e corporais, o comportamento de personagens de histórias conhecidas. • Improvisar enredos de faz de conta com objetos e acessórios para se fantasiar.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
CONHECER-SE...	• Escuta, fala, pensamento e imaginação	<ul style="list-style-type: none"> Identificar e criar diferentes sons e reconhecer rimas e aliterações em cantigas de roda e textos poéticos. Participar de situações de contação de histórias, envolvendo-se com o enredo e os personagens. Conhecer as variadas possibilidades de ação e de comunicação com as demais crianças e com adultos, reconhecendo aspectos peculiares a si mesma e aos do grupo de pertencimento. Opinar sobre acontecimentos do qual participou (peças de teatro, exposições, idas a museus, sítios, torneios esportivos etc.). Brincar com diferentes parceiros e envolver-se em várias brincadeiras, como construção de faz de conta, jogos e regras. Compreender os textos lidos pela professora, ou pelo professor (histórias, lendas, fábulas, poesias e músicas).



DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
CONHECER-SE...	• Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações	<ul style="list-style-type: none"> Usar diferentes tipos de enunciados de acordo com o contexto e suas necessidades. Valorizar a leitura como fonte de prazer (leitura deleite). Avaliar comportamentos de pessoas reais ou personagens da ficção. Argumentar e relatar fatos cotidianos da vida escolar na realização das atividades rotineiras. Participar de jogos simbólicos – situações de faz de conta, em que as crianças encenam contos de fadas, histórias, ou situações semelhantes às vividas na realidade, dando sentido e assim podendo compreender, ainda que de maneira intuitiva, os temas presentes. Argumentar para fazer valer seus direitos e manifestar seus desejos. Participar de situações de estudo e pesquisa.

3.3.3

CRIANÇAS PEQUENAS

(DE 4 ANOS A 5 ANOS E 11 MESES)

DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
CONVIVER com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si mesma e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.	• O eu, o outro e o nós	<ul style="list-style-type: none"> • Demonstrar empatia pelos outros, percebendo que as pessoas têm diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar e agir. • Respeitar e expressar sentimentos e emoções. • Demonstrar atitudes de cuidado e solidariedade na interação com as outras crianças. • Ampliar as relações interpessoais, desenvolvendo atitudes de participação e cooperação. • Usar estratégias pautadas no respeito mútuo para lidar com conflitos na interação com as outras crianças. • Brincar com outras crianças no ambiente escolar e no cotidiano. • Valorizar a cultura e interessar-se por conhecer diferentes formas de expressão cultural. • Respeitar os diferentes modos de vida de diferentes grupos sociais. • Aceitar regras e respeitar a vez do outro. • Construir percepções sobre si mesma e sobre os outros. • Conhecer a própria história, a de outras pessoas e da comunidade em que vive. • Perceber que as pessoas têm características físicas diferentes, respeitando-as. • Conviver com a diversidade na família, escola e comunidade, valorizando a cultura e preservando o meio ambiente. • Estimular o respeito e os cuidados com os objetos produzidos individualmente e em grupo. • Interagir e expressar desejos, necessidades e sentimentos por meio da linguagem oral, contando as próprias vivências.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
CONVIVER...	• Corpo, gestos e movimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Criar com o corpo formas diversificadas de expressão de sentimentos, sensações e emoções, tanto nas situações do cotidiano quanto em brincadeiras, na dança, no teatro e na música. • Adotar hábitos de autocuidado relacionados à higiene e à alimentação. • Coordenar habilidades criando movimentos, gestos, olhares, mímicas, jogos, brincadeiras, reconto de histórias, atividades artísticas com dança, música e teatro. • Valorizar e ampliar as possibilidades estéticas do movimento. • Criar com o corpo formas diversificadas de expressar sentimentos, sensações e emoções. • Vivenciar estímulos sensoriais para conhecer as partes do próprio corpo e exercer domínio sobre elas. • Ampliar gradativamente o conhecimento e o controle sobre o corpo. • Participar de brincadeiras que envolvam correr, subir, descer, escorregar etc. • Perceber-se enquanto ser humano único e conviver com os outros de forma harmoniosa, respeitando as diferenças físicas, culturais e sociais. • Desenvolver uma atitude progressiva de cuidado e respeito com o próprio corpo e o do outro, considerando o interesse pelas diferenças entre os gêneros. • Tocar e massagear o próprio corpo e também o dos colegas, expressando interesse, carinho e cuidado por si mesma e pelos outros, por meio do toque. • Explorar o espaço por meio dos movimentos em seus diferentes planos: vertical, horizontal e sagital; e em seus níveis: alto, médio e baixo. • Demonstrar, por meio da expressão corporal, diversas formas de sentimentos, sensações e emoções em diferentes situações do cotidiano. • Explorar diferentes qualidades e dinâmicas de movimento, como força, velocidade, resistência e flexibilidade. • Expressar-se corporalmente, explorando diversas formas de comunicação (gestual e verbal).

DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
CONVIVER...	• Traços, sons, cores e formas	<ul style="list-style-type: none"> • Utilizar sons produzidos por materiais, objetos e instrumentos musicais durante brincadeiras de faz de conta, encenações, criações musicais e festas. • Expressar-se livremente por meio de produções artísticas próprias. • Utilizar a contagem oral nas brincadeiras e situações nas quais reconheça sua necessidade. • Expressar-se livremente por meio do desenho livre, da pintura com tinta, carvão, giz de cera e lápis, de colagens diversificadas, dobraduras, esculturas com massinha e argila. • Apreciar e realizar leitura de imagens diversas (fotografias, obras de arte, vídeos e o próprio meio em que está inserida). • Brincar com a mistura das cores. • Ampliar o conhecimento de mundo pela exploração de materiais (lápis, pincéis, papéis, folha de vegetais, pedaços de madeira, sementes, algodão, tintas e barbante). • Identificar os diferentes instrumentos e materiais para a realização das pinturas. • Conhecer diferentes ritmos em músicas do repertório familiar, comunitário, regional e nacional. • Expressar-se, por meio de diferentes atividades artísticas, valorizando a diversidade cultural. • Identificar posição de pessoas e/ou objetos em relação a um referencial (em cima/embaiixo, longe/perto, lado direito/lado esquerdo).



DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
CONVIVER...	• Escuta, fala, pensamento e imaginação	<ul style="list-style-type: none"> • Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre as próprias vivências, por meio da linguagem oral e escrita (escrita espontânea), de fotos, desenhos e outras formas de expressão. • Ouvir, compreender, contar, recontar e criar narrativas. • Dialogar sobre diferentes assuntos em rodas de conversa e brincadeiras. • Registrar experiências pessoais ou atividades realizadas na escola em fotografias, vídeos, desenhos e escrita (convencional ou não). • Criar sons, rimas e gestos em brincadeiras de roda e em outras atividades. • Trocar opiniões e sugestões diante de notícias, acontecimentos ou temas de interesse geral. • Avaliar o comportamento de personagens da ficção ou de notícias. • Inventar enredos para brincadeiras, poemas, canções, roteiros de vídeos e de encenações, definindo os contextos e os personagens. • Relatar, de modo expressivo, experiências e fatos acontecidos, histórias de livros, filmes ou peças teatrais. • Produzir as próprias escritas, convencionais ou não, em situações com função social significativa. • Usar a linguagem oral para conversar, brincar, comunicar-se, relatar vivências em situações de interação no cotidiano e expor o próprio ponto de vista. • Usar o diálogo para resolver conflitos. • Conhecer e reproduzir oralmente jogos verbais, como parlendas, adivinhas, trava-línguas e canções. • Fazer e ouvir propostas, sugestões, comentários e críticas em grupos, cada vez mais amplos, e elaborar perguntas de modo a compreendê-las melhor. • Manifestar emoções, temores e necessidades por meio de enunciados cada vez mais completos. • Descrever a realidade sob o próprio ponto de vista, usando um vocabulário cada vez mais amplo nessas descrições. • Formular consignas para organizar a tarefa em grupos pequenos. • Concordar com alguns regulamentos para ser cumpridos pela turma, sentindo-se livre para participar de sua elaboração.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
CONVIVER...	<ul style="list-style-type: none"> • Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações 	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer relações de comparação entre objetos, observando suas propriedades. • Observar e descrever mudanças em diferentes materiais, resultantes de ações sobre eles, em experimentos envolvendo fenômenos naturais e artificiais. • Identificar, nomear adequadamente e comparar as propriedades dos objetos, estabelecendo relações entre eles. • Buscar respostas para indagações e curiosidades, observando, manipulando objetos, investigando e explorando o seu entorno. • Ter uma imagem positiva de si mesma, ampliando a autoconfiança, identificando cada vez mais as próprias limitações e possibilidades. • Identificar semelhanças e diferenças entre objetos e figuras. • Identificar, para responder, as questões sobre a natureza, seus fenômenos e tempos. • Demonstrar curiosidade sobre o próprio corpo, as diferentes transformações da natureza, animais etc. • Classificar objetos e figuras de acordo com as semelhanças e diferenças. • Relatar fatos importantes sobre a própria família e a comunidade. • Construir noções de espaço (dentro/fora, em cima/embbaixo, perto/longe) e tempo (ontem, hoje, amanhã). • Compreender medidas (comprido/curto, grosso/fino) e quantidade (muito/pouco, mais/menos). • Estabelecer relações espaciais identificando e discriminando posições de objetos e pessoas. • Estabelecer relações espaciais identificando a localização de elementos em relação a uma ou mais referências (dentro/fora, frente/atrás, alto/baixo, perto/longe etc.). • Manusear jogos de encaixe, jogos de empilhar, caixa de contagem, alinhavo em pranchas, cartões, recortes e colagens etc. • Identificar os fatores que atuam na modificação da paisagem e do meio ambiente e as ações do homem que interferem na qualidade do ambiente.

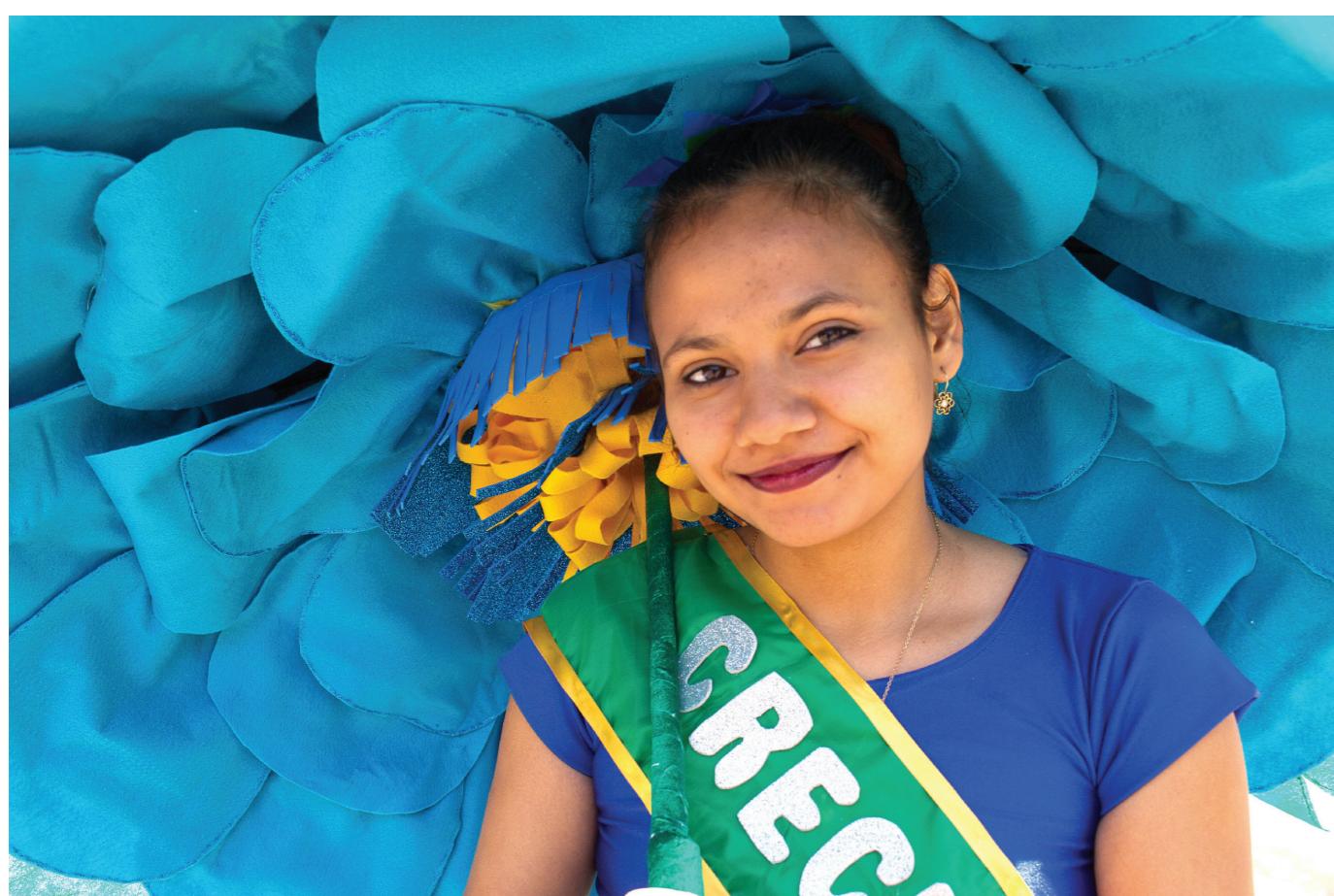
DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
CONVIVER...	<ul style="list-style-type: none"> • Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações 	<ul style="list-style-type: none"> • Estimar e medir o decorrer do tempo usando antes ou depois; ontem, hoje ou amanhã; dia ou noite; manhã, tarde ou noite; hora ou meia hora. • Identificar instrumentos apropriados (relógios e calendários) para medir tempo (incluindo dias, semanas e mês). • Compreender o conceito numérico por meio da expressão verbal e gráfica. • Utilizar noções de operações matemáticas em situações concretas e significativas. • Relatar fatos importantes sobre o próprio nascimento e desenvolvimento, sobre a história de familiares e da comunidade. • Perceber as diferentes relações de tempo, espaço, quantidades em atividades nos diversos espaços da escola e fora dela.



DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
BRINCAR cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando o acesso a produções culturais, os conhecimentos, a imaginação, a criatividade, as experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.	•O eu, o outro e o nós	<ul style="list-style-type: none"> •Atuar em grupo e demonstrar interesse em construir novas relações, respeitando a diversidade e solidarizando-se com os outros. •Agir de maneira independente, com confiança nas próprias capacidades, reconhecendo conquistas e limitações. •Usar estratégias pautadas no respeito mútuo para lidar com conflitos nas interações com crianças e adultos. •Comunicar as próprias ideias e sentimentos a pessoas e grupos diversos. •Ampliar relações interpessoais, desenvolvendo atitudes de participação e cooperação. •Demonstrar empatia percebendo que os outros têm características diferentes. •Demonstrar cotidianamente as diversas formas em diferentes espaços e diferentes parceiros. •Compartilhar os objetos e os espaços com as outras crianças. •Perceber as possibilidades e os limites do corpo nas brincadeiras coletivas. •Representar diversos papéis nas brincadeiras que envolvam o jogo simbólico. •Relacionar e respeitar a diversidade social e cultural, percebendo sua importância para a construção de uma sociedade justa e democrática. •Conhecer as diferentes realidades sociais e étnico-culturais, reconhecendo a si mesma como parte de um grupo. •Conhecer as normas de convivência social na escola, destacando a importância do respeito nas relações interpessoais. •Interagir com diferentes parceiros em diferentes agrupamentos (duplas, pequenos grupos etc.) usando gestos, expressões faciais e movimentos corporais de modo a comunicar-se intencionalmente. •Demonstrar por meio de ações, a valorização das características do próprio corpo, bem como o respeito às características das outras pessoas do contexto de convivência. •Controlar progressivamente necessidades, desejos e sentimentos em situações diversas.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
BRINCAR...	•Corpo, gestos e movimentos	<ul style="list-style-type: none"> •Demonstrar controle e adequação do uso do próprio corpo em brincadeiras e jogos, escuta e reconto de histórias, atividades artísticas, entre outras possibilidades. •Demonstrar desejos e emoções utilizando gestos e movimentos corporais. •Explorar formas de deslocamentos no espaço como correr, pular, saltar e dançar. •Interagir com os pares em brincadeiras livres e dirigidas. •Cumprir acordos e aprender a lidar com o sucesso e a frustração. •Vivenciar diversas brincadeiras, como forma de desenvolver consciência corporal e habilidades motoras. •Criar diferentes gestos por meio das danças vivenciadas compreendendo as possibilidades de transformação da expressão. •Valorizar o próprio corpo com atenção para o bem-estar físico e social, incorporando medidas de asseio corporal para a manutenção da saúde (hábitos alimentares, de higiene corporal e práticas de esportes). •Reconhecer os limites do próprio corpo no espaço de convivência com o grupo social e com a família. •Desenvolver coreografia acompanhando o ritmo das músicas trabalhadas. •Reproduzir danças típicas locais, regionais e nacionais. •Conhecer potencialidades e limites do próprio corpo. •Permanecer interessada numa mesma atividade, que exija maior atenção e controle, como a roda de histórias ou de conversa. •Aperfeiçoar habilidades motoras instrumentais já iniciadas nas faixas etárias anteriores, como recortar com a tesoura, controlar o traço no desenho e utilizar instrumentos mais delicados, como pincéis de ponta mais fina para pintar ou mesmo para desenhar com tinta.

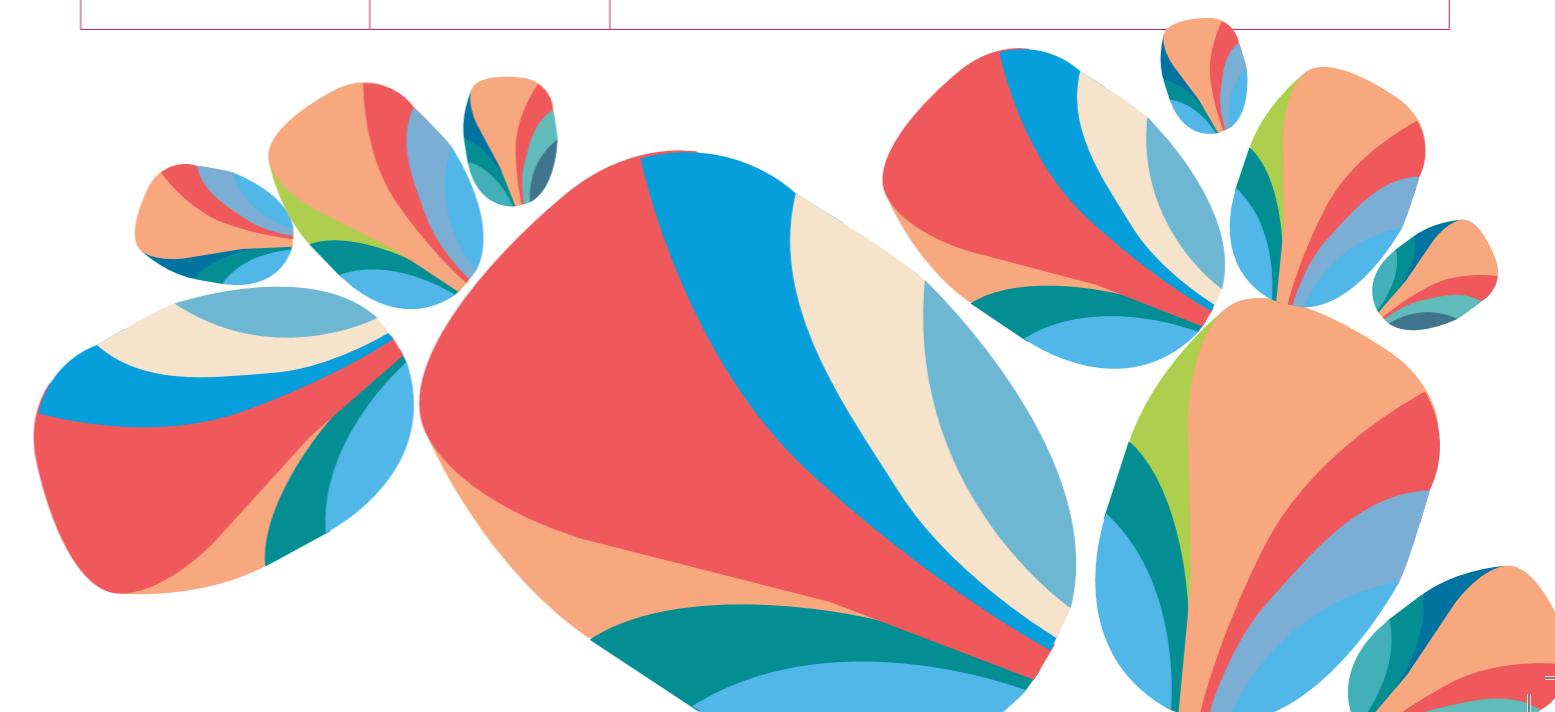
DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
BRINCAR...	•Corpo, gestos e movimentos	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer as partes do corpo, adquirindo consciência de suas potencialidades. Perceber a própria dominância lateral em ações habituais e brincadeiras. Expressar-se por meio da música, da dança, do teatro e das artes plásticas. Brincar de faz de conta, recorrendo a histórias, brincadeiras, dramatizações e músicas, parlendas etc.
	•Traços, sons, cores e formas	<ul style="list-style-type: none"> Expressar-se livremente por meio de desenho, pintura, colagem, dobradura e escultura, criando produções bidimensionais e tridimensionais. Conhecer o repertório de danças típicas da própria cultura. Conhecer diversas manifestações e produções artísticas. Utilizar sons produzidos por materiais em brincadeiras. Interessar-se por jogos e brincadeiras que envolvam habilidades motoras diversas. Interessar-se por brincadeiras como pular corda, amarelinha, cabra-cega e chicote-queimado.



DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
BRINCAR...	•Traços, sons, cores e formas	<ul style="list-style-type: none"> Realizar leitura de imagens diversas que retratam as brincadeiras ao longo dos tempos. Perceber características do espaço bidimensional e utilizá-las como critérios de leitura de imagens nas mais diversas modalidades (foto, pintura etc.). Perceber diferentes luminosidades e pensar sobre a ocorrência desse fenômeno nas diferentes manifestações visuais tais como pintura, fotografia e cinema. Observar produtos e processos de produção das demais crianças e interagir com isso em benefício do próprio percurso criativo. Definir trajetos de um ponto de partida até um de chegada predeterminados. Representar graficamente caminhos e trajetos. Identificar, descrever e comparar padrões em blocos lógicos usando variedade de atributos como tamanho, forma, espessura e cor. Utilizar diferentes instrumentos para medição convencional (fita métrica, régua) e não convencional (passos, palmos) a fim de estabelecer distâncias e comprimentos. Diferenciar atividade de faz de conta de teatro, reapresentando, por meio de fantoches, objetos ou outros recursos pesquisados, as histórias já conhecidas ou criadas pelo grupo para outros públicos. Desenvolver preferências e interessar-se por manifestá-las, respeitando as dos colegas. Reconhecer diferentes características físicas e sonoras de objetos e instrumentos musicais. Reconhecer o som e saber o nome de alguns instrumentos musicais. Acompanhar a narrativa de histórias usando objetos e instrumentos musicais para sonorizá-las. Conhecer a comunidade local e global e suas expressões culturais, pelo uso das diferentes formas, sons e cores. Brincar com diferentes sons, ritmos, formas, cores, texturas, materiais sem forma, imagens, indumentárias e adereços, construindo cenários para o faz de conta. Ampliar o repertório cultural e artístico por meio de vivências e expressões do pensamento e linguagem nas atividades de cantiga de roda, brincadeiras etc.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
BRINCAR...	• Traços, sons, cores e formas	<ul style="list-style-type: none"> Expressar-se corporalmente nas brincadeiras que pressupõem a representação de papéis. Improvisar encenações por meio de narrativas já conhecidas, inventadas ou recém-contadas. Desenvolver enredos envolvendo personagens de histórias conhecidas em brincadeiras espontâneas. Usar conhecimentos sobre as características de diferentes materiais (textura, densidade, capacidade de absorção e aderência etc.) e ferramentas para compor visualidades (objetos estáveis ou fenômenos efêmeros) bi ou tridimensionais, desenhando, imprimindo, carimbando, pintando, preenchendo, projetando etc. Explorar as possibilidades expressivas dos materiais (tecidos, fantasias, objetos do cotidiano), incorporando-os nas brincadeiras bem como na criação de cenários.
	• Escuta, fala, pensamento e imaginação	<ul style="list-style-type: none"> Inventar brincadeiras cantadas, poemas e canções, criando rimas, aliterações e ritmos. Escolher e folhear livros, procurando orientar-se por temas e ilustrações e tentando identificar palavras conhecidas. Argumentar e relatar fatos oralmente, em sequência temporal e causal, organizando e adequando a própria fala ao contexto em que é produzida. Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre as próprias vivências por meio da linguagem oral e escrita (escrita espontânea). Dar exemplos, retomar o que outras pessoas disseram e oferecer motivos pelos quais os colegas devem aceitar suas opiniões, e escutar, com atenção crescente, as opiniões dos demais para aceitá-las ou debatê-las. Inventar brincadeiras cantadas, poemas e canções, criando rimas e ritmos. Demonstrar interesse ao ouvir a leitura de histórias, poemas e apresentações musicais. Avançar no estabelecimento de relações (como comparar, confrontar e inferir), expressando progressivamente esses conceitos, relações, comparações e inferências com meios linguísticos adequados.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
BRINCAR...	• Escuta, fala, pensamento e imaginação	<ul style="list-style-type: none"> Designar elementos da realidade de forma cada vez mais precisa, descrevendo-a sob um ponto de vista. Usar diferentes tipos de enunciados de acordo com o contexto e com as próprias necessidades, passando, gradualmente, do uso exclusivo da linguagem cotidiana ao emprego de uma linguagem mais formal em situações que a exijam. Relatar experiências e fatos acontecidos, histórias ouvidas, filmes assistidos etc. Distinguir o próprio nome entre os dos demais colegas. Escutar atentamente, por períodos mais longos, em diferentes situações. Compreender a leitura como fonte de informação, prazer e entretenimento. Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre as próprias vivências, por meio da linguagem oral e escrita (escrita espontânea), de fotos, de desenhos e de outras formas de expressão. Recontar contos, recitar poemas preferidos e encenar obras teatrais com crescente autonomia. Sensibilizar-se de forma crescente, por ritmos da linguagem, jogos linguísticos, rimas, aliterações, padrões recorrentes do som das palavras num poema e musicalidade das palavras. Participar de encenações teatrais, desempenhando diferentes papéis: ator, diretor, cenógrafo, iluminador. Participar de jogos simbólicos – situações de faz de conta, em que as crianças encenam contos de fadas, histórias ou situações semelhantes às vividas na realidade, dando sentido aos temas presentes e, assim, podendo compreendê-los, ainda que de maneira intuitiva.



DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
BRINCAR...	• Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar e selecionar fontes de informações para responder a questões sobre a natureza, seus fenômenos e sua conservação. • Interagir com o meio ambiente e com fenômenos naturais ou artificiais, demonstrando curiosidade e cuidado com relação a eles. • Utilizar vocabulário relativo às noções de grandeza (maior, menor, igual etc.), espaço (dentro e fora) e medidas (comprido, curto, grosso, fino) como meio de comunicação das próprias experiências. • Apropriar-se dos espaços e tempos, dos fenômenos naturais e socioculturais e dos conhecimentos matemáticos. • Estabelecer relações de comparações entre objetos observando propriedades. • Manter a sala arrumada e organizada guardando os brinquedos nos lugares apropriados. • Identificar relações espaciais e temporais (dentro/fora, em cima/embaixo, acima/abaixo, antes/durante/depois). • Ser capaz de brincar de diversas formas em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros. • Utilizar instrumentos de medida conhecidos para medir grandezas relacionadas a tempo, comprimento e massa. • Comparar, com estratégias pessoais, grandezas de massa, comprimento e capacidade, tendo como referência unidades de medida não convencionais ou convencionais. • Registrar observações, manipulações e medidas, usando múltiplas linguagens (desenho, registro por números ou escrita espontânea), em diferentes suportes. • Conhecer-se reconhecendo, nomeando e valorizando as próprias características pessoais e corporais e as das outras crianças e adultos, além de capacidades físicas, sensações e necessidades.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
	• O eu, o outro e o nós	<p>PARTICIPAR ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pela educadora, ou pelo educador, quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer e respeitar regras de convívio social, manifestando respeito pelo outro. • Ampliar as relações interpessoais, desenvolvendo atitudes de participação e cooperação. • Conhecer-se formando a própria identidade perante o grupo (familiar, escolar e comunitário). • Atuar em grupo e demonstrar interesse em construir relações, respeitando a diversidade e solidarizando-se com os outros. • Ter uma imagem positiva de si mesma, ampliando a autoconfiança. • Enfrentar situações de conflito, utilizando recursos pessoais, respeitando as outras crianças e os adultos e exigindo reciprocidade. • Valorizar ações de cooperação e solidariedade, desenvolvendo atitudes, colaboração e compartilhando as próprias vivências. • Recontar histórias conhecidas por meio de diferentes portadores de texto, compreendendo a sua função social. • Reconhecer, compreender e utilizar os diferentes símbolos convencionalmente como forma de representação em textos lidos e ouvidos. • Argumentar a respeito de um assunto sobre o qual o grupo conversa. • Interagir com parceiros em brincadeiras tradicionais, em jogos simbólicos e jogos de regras. • Interagir com diferentes parceiros em diferentes agrupamentos (duplas, pequenos grupos etc.) usando gestos, expressões faciais e movimentos corporais de modo a comunicar-se intencionalmente. • Demonstrar empatia pelos outros, visando ampliar e melhorar as relações interpessoais, com o objetivo de desenvolver atitudes de participação e cooperação. • Sentir-se parte integrante dos diversos grupos nos quais participa, respeitando suas regras. • Participar de situações do cotidiano, tanto daquelas ligadas ao cuidado de si mesma e do ambiente, como das relativas às atividades propostas pela professora, ou pelo professor, aprendendo a respeitar os ritmos, os interesses e os desejos das outras crianças.



DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
PARTICIPAR...	•Corpo, gestos e movimentos	<ul style="list-style-type: none"> Reconhecer a importância de ações e situações do cotidiano que contribuem para o cuidado da própria saúde e a manutenção de ambientes saudáveis. Criar movimentos, gestos, olhares e mímicas em brincadeiras, jogos e atividades artísticas como dança, teatro e música. Construir objetos e brinquedos simples, como camas de gato, pés de lata, carrinhos de lata, mobília de bonecas com caixas de fósforo, pipas e fantoches de cabeça de cabaça. Adquirir progressivamente maior apropriação corporal e especialização gestual. Apresentar autonomia nas práticas de higiene e alimentação, ao vestir-se e no cuidado com o próprio bem-estar, valorizando o corpo. Locomover-se com confiança e equilíbrio reconhecendo o próprio espaço e respeitando o espaço do outro. Ampliar o repertório expressivo corporal cantando, dançando, criando movimentos ou seguindo coreografias simples. Ampliar possibilidades motoras por meio do jogo simbólico e dos jogos e brincadeiras tradicionais. Conhecer as práticas esportivas da cultura nacional por meio do contato com várias modalidades de jogos e sua história. Exercitar, com liberdade, a organização da experiência da própria lateralidade. Deslocar-se, sendo capaz de orientar-se espacialmente, de forma a explorar e perceber o ambiente por meio dos órgãos do sentido. Explorar um amplo repertório de mímicas, gestos, movimentos com o corpo, podendo apoiar-se no uso de bolas, pneus, arcos, descobrindo variados modos de ocupação e uso do espaço com o corpo.



DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
PARTICIPAR...	•Traços, sons, cores e formas	<ul style="list-style-type: none"> Reconhecer as qualidades do som (intensidade, duração, altura e timbre), utilizando-as em produções sonoras e ao ouvir músicas e sons. Desenhar e interpretar imagens de objetos em diferentes posições. Identificar e explicitar características de certas figuras e corpos geométricos. Classificar objetos, elementos, pessoas e situações identificando as características ou atributos fundamentais dos objetos. Identificar e reconhecer as cores primárias e secundárias. Desenvolver preferências e interessar-se por manifestá-las, respeitando as preferências dos colegas. Identificar, com base na leitura compartilhada de um roteiro adaptado para crianças, aspectos do roteiro dramatúrgico, tanto do ponto de vista do conteúdo quanto de suas marcas gráficas. Identificar, com base na leitura compartilhada, características dramáticas que constituem os personagens: aparência física, trejeitos etc. Reconhecer temas recorrentes na produção de imagens sejam elas fotográficas, pictóricas, gráficas etc. Expressar verbalmente ou gestualmente as próprias impressões, ideias e sensações. Reconhecer na obra de um artista elementos visuais que se relacionam com a própria produção, podendo expressar ideias a respeito. Perceber diferentes luminosidades e pensar sobre a ocorrência desse fenômeno nas diferentes manifestações visuais tais como pintura, fotografia e cinema. Registrar graficamente as coreografias observadas ou as planejadas em grupo. Transpor histórias conhecidas ou criadas pelo grupo de crianças para a linguagem teatral, brincando de faz de conta de teatro. Criar enredos para as apresentações de teatro, apoiando-se nos conhecimentos construídos sobre a narrativa e nas brincadeiras de faz de conta. Explorar o uso de materiais diversos bem como os diversos planos do espaço nas brincadeiras e improvisações de dança. Reproduzir e criar coreografias. Escolher e explorar, com base no conhecimento dos personagens, movimentos e gestualidade adequados para representá-los.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
PARTICIPAR...	<ul style="list-style-type: none"> • Escuta, fala, pensamento e imaginação 	<ul style="list-style-type: none"> • Solicitar que a professora, ou o professor, leia e se interessar pela leitura realizada. • Antecipar o conteúdo dos textos com base em ilustrações e outros elementos paratextuais e, também, de elementos textuais que permitem antecipação – por exemplo, quando o título começa por uma letra conhecida. • Recontar histórias ouvidas e planejar coletivamente roteiros de vídeos e de encenações, definindo os contextos, os personagens e a estrutura da história. • Recontar histórias ouvidas para produção de reconto escrito, tendo a professora, ou o professor, como escribeira. • Expressar ideias, desejos e sentimentos em distintas situações de interação, por diferentes meios. • Produzir as próprias histórias orais e escrita (escrita espontânea) em situações com função social. • Fazer o empréstimo de livros na biblioteca/sala de leitura/sala de referência com base em critérios e preferências pessoais. • Recontar histórias ouvidas e planejar coletivamente roteiros. • Participar de situações de leitura de diferentes gêneros feitas por adultos, como contos, poemas, parlendas e travas-línguas. • Brincar, vocalizando ou verbalizando, com ou sem apoio de objetos, fazendo jogos de memória ou de invenção de palavras, usando e ampliando o repertório verbal. • Participar das rodas de conversa para discussões dos temas, dos textos e histórias lidas, contadas e/ou dramatizadas, bem como das demais situações que ocorrerem no cotidiano, nas diversas esferas de convívio. • Localizar a informação em um portador (numa notícia, levando em conta imagens, fotos, título, e caderno em que estava; num envelope, observando onde estão os nomes do remetente e destinatário; numa receita, observando onde devem estar listados os ingredientes etc.). • Participar da elaboração de regras de convivência, de jogos e brincadeiras, posicionando-se e defendendo o próprio ponto de vista. • Interessar-se pelas palavras e a linguagem. • Reconhecer a escrita do próprio nome. • Reconhecer e identificar a escrita do nome de colegas. • Prestar atenção em etiquetas, cartazes e rótulos e procurar lê-los.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
PARTICIPAR...	<ul style="list-style-type: none"> • Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações 	<ul style="list-style-type: none"> • Registrar observações, manipulações e medidas, usando múltiplas linguagens (desenho, registro por números ou escrita espontânea), em diferentes suportes. • Classificar objetos e figuras de acordo com semelhanças e diferenças. • Utilizar unidades de medida (dia e noite; dias, semanas, meses e ano) e noções de tempo (presente, passado e futuro; antes, agora e depois) para responder a necessidades e questões do cotidiano. • Registrar observações, manipulações e medidas, usando múltiplas linguagens (desenho, registro por números ou escrita espontânea), em diferentes suportes. • Valorizar e respeitar a cultura de seu grupo e de vários grupos. • Identificar e selecionar fontes de informações. • Demonstrar capacidade para perceber os diferentes modos de ser, viver e trabalhar das pessoas. • Demonstrar desejo de independência no que se refere às ações cotidianas. • Compreender a sequência numérica por meio de contagem formando grupos de objetos e pessoas. • Identificar pontos de referência para situar-se no espaço e deslocar pessoas/objetos no espaço. • Representar graficamente o espaço. • Perceber o espaço físico em que convive e suas transformações em relação ao tempo. • Compreender a importância dos números no dia a dia. • Desenvolver noção de quantidades e sua representação numérica.



DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
EXPLORAR movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando os saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.	• O eu, o outro e o nós	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicar as próprias ideias e sentimentos a pessoas e grupos diversos. • Explorar e aprimorar a capacidade de argumentação, reflexão, discussão e ordenação do pensamento. • Expressar necessidades, desejos, ideias e sentimentos. • Despertar o interesse e a curiosidade pela escrita reconhecendo a sua função social. • Participar de situações cotidianas nas quais se faz necessário o uso da escrita. • Fazer algumas relações entre o meio ambiente e as formas de vida que ali se estabelece, valorizando sua importância para a preservação das espécies e para a qualidade da vida humana. • Reconhecer o modo de ser, viver, e trabalhar de grupos sociais no passado e no presente (moradia, vestuário, transportes, tradições, culturais, alimentação e trabalho). • Trabalhar com objetos de diferentes texturas, desenvolvendo o gosto pelas próprias produções artísticas. • Demonstrar interesse por atividades de arte, de escrita, das ciências e da tecnologia, compreendendo a necessidade de respeitar a diversidade.
	• Corpo, gestos e movimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar autonomia nas práticas de higiene e alimentação, ao vestir-se e no cuidado com o bem-estar, valorizando o próprio corpo. • Expressar sentimentos, emoções e pensamentos, aprimorando gestos e posturas corporais. • Realizar percursos motores com habilidade cada vez maior e pesquisar ações envolvendo diferentes capacidades físicas como o equilíbrio, a força, o tônus, a resistência, a flexibilidade e a velocidade. • Compreender as regras e participar de jogos grupais da tradição popular (pique-bandeira, barra-manteiga, queimada etc.) e desportivos, com regras acordadas pelo grupo ou progressivamente introduzidas pela professora, ou pelo professor (corridas, bola ao cesto, vôlei, futebol etc.). • Deslocar-se, sendo capaz de orientar-se espacialmente. • Vivenciar, por meio da percepção do próprio corpo em relação aos objetos, a organização espacial e temporal. • Expressar-se corporalmente explorando diversas formas de comunicação (gestual e verbal).

DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
EXPLORAR...	• Corpo, gestos e movimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Brincar de cantar, dançar, desenhar, escrever e conhecer jogos diversos. • Aperfeiçoar habilidades manuais e gestuais relacionadas à preensão, ao encaixe, ao traçado no desenho, ao lançamento e ao movimento de pinça. • Conhecer-se reconhecendo, nomeando e valorizando características pessoais e corporais próprias e das outras crianças e adultos, bem como capacidades físicas, sensações e necessidades.
	• Traços, sons, cores e formas	<ul style="list-style-type: none"> • Relacionar-se com o outro empregando gestos, palavras, brincadeiras, jogos, imitações, observações e expressão corporal. • Identificar elementos da música para se expressar, interagir com os outros e ampliar seu conhecimento de mundo. • Expressar-se livremente por meio de desenho, pintura, colagem, dobradura e escultura, criando produções bidimensionais e tridimensionais. • Desenvolver habilidades e formas próprias, desenhando, pintando, construindo e modelando. • Criar, produzir e inventar brincadeiras. • Reconhecer, identificar e nomear alguns instrumentos musicais com base em sua produção sonora. • Reconhecer diversas músicas pertencentes ao repertório diversificado construído no grupo. • Acompanhar o ritmo de músicas com palmas, objetos e instrumentos musicais. • Acompanhar a narrativa de histórias com objetos e instrumentos musicais (sonorizar histórias). • Conhecer a biografia de alguns músicos e compositores. • Reconhecer diferentes características físicas e sonoras de objetos e instrumentos musicais. • Inventar músicas em parceria com outras crianças. • Pesquisar e construir alguns instrumentos musicais de percussão, sopro, cordas etc. • Registrar sons por meio de desenhos. • Associar e expressar, por meio da música, alguns sentimentos e ideias. • Conversar sobre música, destacando suas características, instrumentos e sentimentos que despertam. • Interessar-se por músicas de diferentes gêneros, estilos, épocas e culturas.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
EXPLORAR...	• Escuta, fala, pensamento e imaginação	<ul style="list-style-type: none"> • Formular e responder perguntas sobre fatos da história narrada, identificando cenários, personagens e principais acontecimentos. • Produzir as próprias histórias orais e escritas (escrita espontânea) em situações com função social significativa. • Levantar hipóteses sobre gêneros textuais veiculados em portadores conhecidos, recorrendo a estratégias de observação gráfica e/ou de leitura. • Recontar histórias conhecidas com aproximação às características da história original a que se refere à descrição dos personagens. • Produzir as próprias ideias e histórias orais. • Explorar gestos, expressões corporais, sons da língua, rimas, além dos significados e dos sentidos das palavras nas falas, nas parlendas, poesias, canções, livros de histórias e outros gêneros textuais, aumentando gradativamente a compreensão da linguagem verbal. • Inventar brincadeiras cantadas, poemas e canções, criando rimas, aliterações e ritmos. • Recontar histórias ouvidas e planejar coletivamente roteiros de vídeos e de encenações, definindo os contextos, os personagens e a estrutura da história. • Expor ao grupo as próprias interpretações acerca da leitura de textos lidos em voz alta pela professora, ou pelo professor, ou explorados em duplas e pequenos grupos. • Desenvolver a oralidade e a capacidade de respeitar o momento do outro falar. • Articular relações entre obras de vários autores que tratem de um mesmo tema (por exemplo, contos com reis e rainhas, textos informativos sobre o mesmo animal e diferentes notícias sobre o mesmo tema). • Compreender as próprias emoções e sentimentos e organizar pensamentos. • Diferenciar letras de números. • Compreender a escrita como forma de comunicação e representação gráfica da fala. • Perceber os diferentes discursos e usos sociais da língua (falada e escrita). • Comunicar desejos, necessidades, pontos de vista, ideias, sentimentos, informações, descobertas, dúvidas, utilizando a linguagem verbal ou de Libras, entendendo e respeitando o que é comunicado pelas demais crianças e adultos. • Retomar os acontecimentos do último capítulo lido ou da última parte do livro lida pela professora, ou pelo professor.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
EXPLORAR...	• Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações	<ul style="list-style-type: none"> • Relatar fatos importantes sobre o próprio nascimento e desenvolvimento, a história dos familiares e da comunidade. • Identificar e registrar quantidades por meio de diferentes formas de representação (contagens, desenhos, símbolos, escrita de números, organização de gráficos básicos etc.). • Identificar a passagem do tempo, apoiando-se no calendário. • Adotar procedimentos necessários para higiene corporal e prevenção de doenças. • Classificar elementos segundo diferentes critérios como cor, forma, tamanho etc. • Colecionar materiais de acordo com o interesse pessoal e do grupo. • Agrupar de diferentes maneiras uma mesma quantidade. • Observar e descrever mudanças em diferentes materiais, resultantes de ações sobre eles, em experimentos envolvendo fenômenos naturais e artificiais. • Ordenar e seriар pessoas ou objetos de acordo com alguns critérios (altura, tamanho, cor e espessura). • Explorar as características e conceitos dos objetos em seu espaço, tempo, quantidades, relação e transformações. • Explorar o espaço com maior intencionalidade. • Desenvolver noção de quantidade e sua representação numérica. • Identificar e reconhecer os numerais de 0 a 9 nos diversos contextos. • Reconhecer os diferentes usos dos numerais na vida cotidiana. • Conhecer-se e construir a própria identidade pessoal e cultural, identificando interesses na relação com o mundo físico e social, convivendo e conhecendo os costumes, as crenças e as tradições dos grupos de pertencimento.



DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
EXPRESSAR, como sujeito dialógico, criativo e sensível, necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões e questionamentos por meio de diferentes linguagens.	• O eu, o outro • e o nós	<ul style="list-style-type: none"> Demonstrar valorização das características do próprio corpo e respeitar as características dos outros (crianças e adultos) com os quais convive. Formular perguntas, levantar hipóteses e manifestar opiniões próprias sobre os acontecimentos. Conhecer e utilizar regras de convívio social. Agir com progressiva autonomia em relação ao próprio corpo e ao espaço que ocupa, apresentando independência e iniciativa. Aprimorar a comunicação e a organização das ideias para expressar os próprios pontos de vista. Elaborar justificativas, hipóteses e soluções para os problemas. Comunicar fatos, vivências, ideias, desejos e necessidades. Saber lidar progressivamente com as próprias necessidades, desejos e sentimentos em situações cotidianas. Utilizar diferentes linguagens para comunicar-se e expressar-se.
	• Corpo, gestos e movimentos	<ul style="list-style-type: none"> Utilizar o corpo intencionalmente (com criatividade, controle e adequação) como instrumento de interação com o outro e com o meio. Coordenar habilidades manuais no atendimento adequado aos próprios interesses e necessidades em situações diversas. Apropriar-se progressivamente da imagem global do próprio corpo, conhecendo e identificando seus segmentos e elementos e desenvolvendo cada vez mais uma atitude de interesse e cuidado com o corpo. Valorizar as próprias conquistas corporais. Criar com o corpo formas diversificadas de expressão de sentimentos, sensações e emoções, tanto nas situações do cotidiano quanto em brincadeiras, na dança, no teatro e na música. Expressar sensações e ritmos por meio do movimento e de diferentes modalidades de dança.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
EXPRESSAR...	• Traços, sons, cores e formas	<ul style="list-style-type: none"> Expressar-se por meio das artes visuais, utilizando diferentes materiais. Conhecer, interessar-se e fruir apresentações de dança de diferentes gêneros bem como outras formas de expressão corporal como circo, mímica, teatro etc. Reconhecer as qualidades do som (intensidade, altura, duração e timbre). Apropriar-se dos elementos da linguagem das artes visuais (ponto, linhas, figuras etc.) e utilizá-los. Construir procedimentos para usar, de modo intencional, eficiente e criativo, materiais específicos, como sobrepor massas de cor para alterar sua aparência ou sensação tátil (por exemplo, tornando-a mais ou menos diluída e mais ou menos opaca). Dominar procedimentos de sustentação de uma peça tridimensional: agregar, escavar, desgastar, aplinar etc. Selecionar melhores ferramentas para produzir diferentes texturas e efeitos especiais; selecionar e agregar materiais para compor diferentes sonoridades etc. Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar. Perceber e expressar sensações, sentimentos e pensamentos, por meio de improvisações, composições e interpretações musicais. Conhecer os processos de criação seja por meio de observação <i>in loco</i>, em vídeo ou nos livros e catálogos de Arte, interessar-se por isso e usar referências nas produções criativas. Reconhecer algumas obras de artistas que lhe foram apresentados, podendo fruir: expressar verbalmente ou gestualmente as próprias impressões, ideias e sensações. Experimentar o uso de variados materiais bem como os diversos planos do espaço nas brincadeiras e improvisações de dança. Explorar possibilidades expressivas do próprio corpo na produção de sons. Escolher e explorar, com base no conhecimento dos personagens, movimentos e gestualidade adequados para representá-los.

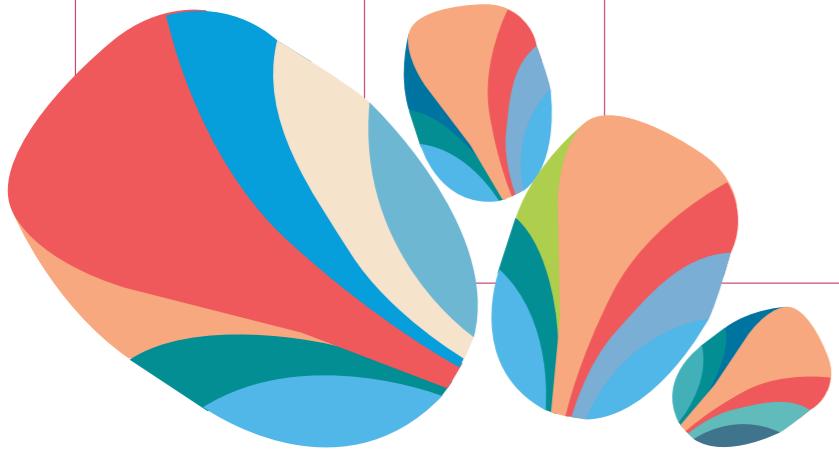
DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
EXPRESSAR...	• Escuta, fala, pensamento e imaginação	<ul style="list-style-type: none"> • Selecionar livros e textos de gêneros conhecidos para a leitura de um adulto e/ou para a própria leitura (partindo do próprio repertório sobre esses textos, como a recuperação pela memória, pela leitura das ilustrações etc.). • Planejar a produção, individualmente ou em grupos, com a ajuda da professora, ou do professor. • Pesquisar, individualmente ou em grupos, antes de escrever textos, pensando em situações, personagens, informações científicas, cenários etc. • Colaborar na produção dos colegas ou nas produções coletivas. • Recontar histórias ouvidas pela professora, ou pelo professor, e por outras crianças. • Usar a linguagem oral para conversar, brincar, comunicar e expressar desejos, necessidades, opiniões, ideias, preferências e sentimentos e relatar as próprias vivências. • Saber compartilhar, aprender a lidar com as alegrias, conquistas e frustrações, desenvolver a autonomia, ser autoconfiante e construir e interiorizar regras. • Expressar-se livremente demonstrando o próprio conhecimento de mundo, ampliando o vocabulário e avançando progressivamente no desenvolvimento cognitivo. • Ampliar gradativamente as possibilidades de comunicação e expressão, interessando-se por conhecer vários gêneros orais e escritos e participando de diversas situações de intercâmbio social nas quais possa contar vivências, ouvir as de outras pessoas etc. • Imitar personagens, dramatizar histórias, representar emoções (alegria, dor, tristeza) nos diálogos criados. • Explorar recursos da linguagem poética (rimas, jogos de palavras) nas próprias produções.
	• Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações	<ul style="list-style-type: none"> • Relacionar números às respectivas quantidades e identificar o antes, o depois e o entre em uma sequência. • Participar de brincadeiras cujo desafio seja definir trajetos de pontos de partida a de chegada. • Manifestar o interesse em manusear livros, revistas e materiais escritos diversos. • Formar agrupamentos de acordo com critérios estabelecidos. • Compreender a contagem oral como recurso para resolver situações-problemas.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
	• Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações	<ul style="list-style-type: none"> • Planejar ações sobre objetos para conseguir resultados esperados. • Fazer comparações entre fenômenos observados. • Fazer atividades experimentais e tomar contato com o gênero de escrita utilizado em protocolos de experimentação. • Fazer comparações entre ambiente natural e construído pelo homem. • Conhecer atividades profissionais próprias de sua cultura e de outras distantes e a história de produtos tecnológicos, reconhecendo-os como produção humana. • Identificar as propriedades físicas de alguns materiais. • Aprimorar estratégias de observação e acuidade perceptiva. • Conhecer alguns instrumentos científicos e suas funções e utilizar aqueles mais simples (tais como pinça e lupa de mão) em situações de observação indireta. • Compreender alguns sinais presentes nas imagens científicas, como a presença de setas e uso de cores. • Conhecer estratégias de registro utilizadas no campo da ciência, tais como gráficos e tabelas. • Fazer registros de observação. • Reconhecer diferenças e semelhanças entre si mesma e outros seres vivos e estabelecer critérios de comparação entre seres vivos. • Ler imagens esquemáticas simples. • Conscientizar-se e responsabilizar-se acerca de questões ambientais. • Estabelecer comparações entre sociedades diferentes, aceitar e respeitar as diferenças entre as pessoas. • Valorizar produções culturais da própria sociedade ou de outras culturas. • Ampliar a compreensão sobre os códigos presentes nos textos informativos visuais. • Sistematizar os conhecimentos por meio de registros diversificados com ajuda de adultos. • Produzir textos informativos simples sob mediação ou livremente. • Elaborar argumentos simples sobre assuntos científicos. • Construir gráficos e tabelas para comunicar ideias com auxílio de adultos.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
CONHECER-SE e construir a própria identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si mesma e dos grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na escola e em seu contexto familiar e comunitário.	•O eu, o outro e o nós	<ul style="list-style-type: none"> Manifestar interesse e respeito por diferentes culturas e modos de vida. Usar estratégias pautadas no respeito mútuo para lidar com conflitos nas interações com crianças e adultos. Adotar no cotidiano atitudes que favoreçam a troca, a caridade e a cooperação. Manifestar interesse e respeito por diferentes culturas e modos de vida. Compreender a necessidade das regras no convívio social, nas brincadeiras e nos jogos com outras crianças. Ser capaz de aceitar-se, reconhecer semelhanças e diferenças em relação aos outros e respeitá-los. Conhecer a si própria e ao outro na medida em que estabelece relações sociais, culturais e com o ambiente. Demonstrar curiosidade pelo mundo social e natural, formulando perguntas, imaginando soluções para compreendê-lo, manifestando opiniões próprias sobre os acontecimentos, buscando informações e confrontando ideias. Estabelecer algumas relações entre o modo de vida característico do próprio grupo social e de outros grupos. Explorar e identificar elementos da música para se expressar, interagir com os outros e ampliar o conhecimento do mundo. Recontar histórias conhecidas com aproximação às características da história original no que se refere à descrição de personagens, cenários e objetos, com ou sem a ajuda da professora, ou do professor. Conhecer ou reproduzir jogos verbais, como trava-línguas, parlendas, advinhas, quadrinhas, poemas e canções. Conhecer-se e construir uma identidade pessoal e cultural de modo a constituir uma visão positiva de si mesma e dos outros com quem convive, valorizando as próprias características e as das outras crianças e adultos e superando visões racistas e discriminatórias.
	•Corpo, gestos e movimentos	<ul style="list-style-type: none"> Coordenar habilidades manuais. Expressar pelo movimento a interação com diferentes parceiros, usando gestos, expressões faciais e movimentos corporais, de modo a comunicar-se intencionalmente. Realizar movimentos cada vez mais complexos, percebendo sensações e descobrindo as próprias potencialidades e limites.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
CONHECER-SE...	•Corpo, gestos e movimentos	<ul style="list-style-type: none"> Tornar-se consciente da própria corporeidade, de sensações, necessidades, potencialidades e limites. Ampliar as possibilidades expressivas do próprio movimento, utilizando gestos diversos e um ritmo corporal nas brincadeiras, danças, jogos e demais situações de interação. Explorar diferentes qualidades e dinâmicas do movimento, como força, velocidade, resistência e flexibilidade, conhecendo gradativamente os limites e as potencialidades do corpo. Controlar gradualmente o próprio movimento, aperfeiçoando os recursos de deslocamento e ajustando as habilidades motoras para utilização em jogos, brincadeiras, danças e demais situações.
	•Traços, sons, cores e formas	<ul style="list-style-type: none"> Discriminar os diferentes tipos de sons e ritmos e interagir com a música, percebendo-a como forma de expressão individual e coletiva. Respeitar as produções próprias e de seus colegas. Conhecer-se enquanto pertencente a um grupo, com características próprias e identificar-se nas diversas manifestações artísticas e culturais. Produzir trabalhos de arte, utilizando a linguagem do desenho e da pintura, da modelagem, da colagem, da construção desenvolvendo o gosto, o cuidado e o respeito pelo processo de produção e criação. Criar desenhos, pintura, colagem, modelagem, com base no próprio repertório e na utilização dos elementos da linguagem das artes visuais: ponto, linha, forma, cor, volume, espaço, textura etc. Brincar com indumentárias, acessórios, objetos cotidianos associados a diferentes papéis ou cenas sociais e com elementos da natureza que apresentam diversidade de formas, texturas, cheiros, cores, tamanhos, pesos, densidades e possibilidades de transformação. Comunicar-se intencionalmente por meio do próprio repertório de gestos aprendidos na interação com a professora, ou o professor, e demais parceiros. Interagir nas brincadeiras de faz de conta. Explorar movimentos específicos das danças estudadas pelo grupo. Identificar, nomear e fruir as diferentes manifestações do campo visual como a fotografia, o cinema, a pintura, o desenho e as produções multimídias.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
CONHECER-SE...	• Escuta, fala, pensamento e imaginação	<ul style="list-style-type: none"> • Levantar hipóteses em relação à linguagem escrita, realizando registros de palavras e textos, por meio de escrita espontânea. • Conhecer diferentes gêneros e portadores textuais, demonstrando compreensão da função social da escrita e reconhecendo a leitura como fonte de prazer e informação. • Elaborar perguntas e respostas de acordo com os diversos contextos de que participa. • Conhecer-se e construir, nas interações, variadas possibilidades de ação e de comunicação com as demais crianças e com adultos, reconhecendo aspectos peculiares a si mesma e aos de seu grupo de pertencimento. • Ser capaz de esperar a vez para falar, respeitando o momento do outro. • Expressar com segurança as próprias ideias contribuindo para o próprio crescimento e o do grupo. • Conhecer os próprios limites e potencialidades demonstrando segurança ao expressar ideias e respeitar a opinião dos outros. • Participar de espaços de conversa coletiva, apoiando-se não apenas na fala complementar da professora, ou do professor, mas também na própria memória e nos recursos expressivos. • Recontar contos, recitar poemas preferidos e encenar obras teatrais com crescente autonomia. • Comunicar aos colegas as próprias impressões, observações, hipóteses, registros e explicações sobre objetos, organismos vivos, personagens, acontecimentos sociais, fenômenos da natureza, preservação do ambiente.



DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
CONHECER-SE...	• Escuta, fala, pensamento e imaginação	<ul style="list-style-type: none"> • Participar de situações de estudo e pesquisa. • Ouvir, com interesse, a contação de histórias, a recitação de poemas e a encenação de obras teatrais. • Sensibilizar-se, de forma crescente, pelos ritmos da linguagem, pelos jogos linguísticos, pelas rimas e aliterações, pelos padrões recorrentes do som das palavras num poema e pela musicalidade das palavras. • Participar de jogos simbólicos – situações de faz de conta, em que as crianças encenam contos de fadas, histórias ou situações semelhantes às vividas na realidade, dando sentido aos temas presentes nelas e, assim, podendo compreendê-los, ainda que de maneira intuitiva. • Participar de encenações teatrais, desempenhando diferentes papéis: ator, diretor, cenógrafo e iluminador.



DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
CONHECER-SE...	• Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações	<ul style="list-style-type: none"> Expressar medidas (peso, altura etc.), construindo gráficos básicos. Classificar objetos e figuras de acordo com semelhanças e diferenças. Conhecer diversos espaços, situando-se no tempo e estabelecendo relações socioambientais, sendo capaz de propor transformações para melhor qualidade de vida. Utilizar noções simples de cálculo mental como ferramenta para resolver problemas. Explorar a sequência numérica considerando que é possível estender a sucessão de números tanto quanto se queira com referências para consultas dos números, tais como a fita métrica, o quadro numérico, os livros com muitas páginas para leitura e escrita de números que ainda não aprenderam a escrever de memória. Ter noção de quantidade por meio da contagem de membros da própria família e na escola, do tempo, por meio do calendário. Explorar o espaço com maior intencionalidade. Participar de brincadeiras cujo desafio seja definir trajetos de pontos de partida a pontos de chegada predeterminados. Reproduzir trajetos indicados pela professora, ou pelo professor, considerando alguns elementos do entorno como pontos de referência e descrever e interpretar a posição de objetos e pessoas.



DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	O QUE A CRIANÇA PODE APRENDER
CONHECER-SE...	• Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações	<ul style="list-style-type: none"> Identificar a passagem do tempo apoiando-se no calendário e utilizando a unidade de tempo (dia, mês e ano) para marcar os acontecimentos do grupo. Identificar notas e moedas do sistema monetário vigente nas brincadeiras de faz de conta. Organizar materiais como recurso para a realização da contagem, separar os objetos contados dos não contados, organizar espacialmente os objetos para facilitar a contagem, sincronizar gesto e o recitado da série numérica sem pular os objetos e/ou contá-los mais de uma vez, adquirindo precisão na contagem, terminar a contagem com um número, comparar e identificar a maior quantidade pela avaliação do grupo de objetos, utilizar as relações de igualdade e de desigualdade (mais que, menos que, maior que e menor que), utilizar diferentes estratégias para juntar, agrregar, avançar, retroceder, repartir e tirar, recontar a partir do 1. Representar, graficamente, caminhos e trajetos, organizar objetos no espaço apoiado em critérios estabelecidos por outras pessoas, desenhar e interpretar imagens de objetos com base em diferentes pontos de vista, descrever e interpretar a posição de objetos e pessoas, identificar e explicitar algumas características de certas figuras e corpos geométricos.



3.4

AÇÕES PEDAGÓGICAS RELATIVAS AOS DIREITOS DE DESENVOLVIMENTO E DE APRENDIZAGEM

As crianças, no contexto escola de Educação Infantil, têm o direito de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Para assegurar esses direitos, a Rede Municipal de Ensino de Vitória da Conquista assegurará as condições necessárias para o exercício da docência e para o desenvolvimento integral da criança e a professora, ou o professor, se comprometerá em desenvolver ações pedagógicas que possibilitem a vivência desses direitos no cotidiano da escola.

Sobre o direito de a criança conviver, a professora, ou o professor pode:

- Construir um painel com fotos das crianças e respectivas famílias para que elas possam identificar as diferenças.
- Acolher “o objeto querido” (boneca, paniinho, travesseiro, chupeta, carrinho) trazido de casa pela criança para ajudá-la no período de adaptação.
- Evitar comentar assuntos relacionados às crianças com os familiares ou outros adultos na presença delas.
- Valorizar as diferenças e combater a discriminação entre brancos, negros e indígenas, homens e mulheres e pessoas com deficiência.

- Escutar as crianças e as famílias, conhecendo suas singularidades e mediando as relações criança, família, escola e comunidade.
- Observar as interações entre as crianças e entre as crianças e os adultos.
- Organizar os ambientes de forma lúdica, acolhedora e desafiadora.
- Realizar atividades com as crianças nas quais os saberes das famílias são considerados e valorizados.
- Ensinar as crianças a cuidar de si mesmas e do próprio corpo.
- Atender de imediato as crianças em suas necessidades fisiológicas, com aceitação e acolhimento.
- Promover a participação das crianças com deficiência em todas as atividades.
- Disponibilizar materiais e oportunidades variadas (histórias orais, brinquedos, móveis, fotografias – inclusive das crianças –, livros, revistas, cartazes etc.) que contemplam meninos e meninas, brancos, negros e indígenas e pessoas com deficiências.
- Combater o uso de apelidos e comentários pejorativos, discriminatórios e preconceituosos, sejam eles empregados por adultos ou por crianças.
- Utilizar situações cotidianas organizadas e inesperadas para que as crianças se ajudem mutuamente e compartilhem responsabilidades e conhecimentos em grupo. Exemplos de situações: organizar brinquedos, guardar objetos, ajudar o colega a superar alguma dificuldade e compartilhar brinquedos.
- Intervir quando houver conflitos entre as crianças ou em situações em que uma criança faz uso de apelidos ou brincadeiras que humilham outra criança.
- Chamar as crianças pelos seus nomes.

- Construir, com as crianças, acordos de convivência em grupo.

Sobre o direito de a criança brincar, a professora, ou o professor, pode:

- Fazer registros sobre as brincadeiras, vivências, produções e aprendizagens de cada criança e do grupo.
- Organizar o tempo e as atividades de modo a permitir que as crianças brinquem todos os dias, na maior parte do tempo, tanto nas áreas externas como internas.
- Enfrentar as reações emocionais das crianças com carinho e compreensão.
- Oferecer um repertório de cantigas, parlegendas, adivinhas etc., para que as crianças brinquem, cantem, dancem e imitem.
- Estimular situações em que as crianças organizem enredos para as dramatizações, roteiros para a produção de danças e musicais e confecção de cenários.
- Propor brincadeiras com sons, ritmos e melodias com a voz e oferecer instrumentos musicais e outros objetos sonoros.
- Organizar espaços, materiais e atividades para as brincadeiras de faz de conta.
- Organizar brincadeiras e outras atividades que coloquem as crianças em contato com diferentes identidades e manifestações artístico-culturais.
- Respeitar o tempo e o ritmo das crianças enquanto brincam.
- Organizar situações para as crianças brincarem com água, objetos que flutuam/afundam, areia, terra, folhas secas e outros elementos da natureza, balde, bacias, tecidos de diferentes estampas, tamanhos, cores e texturas, sombras etc.

Sobre o direito de a criança participar, a professora, ou o professor, pode:

- Criar condições para que as crianças possam manifestar as própria opiniões e expressar sentimentos.
- Ler livros diariamente, de diferentes gêneros, para as crianças.
- Contar histórias diariamente.
- Levar os bebês e as crianças para passear ao ar livre.
- Incentivar as crianças a manusear livros, revistas e outros textos.
- Criar oportunidades prazerosas para o contato das crianças com a palavra escrita.
- Incentivar as crianças a produzir textos mesmo sem saber ler e escrever convencionalmente.
- Carregar os bebês e as crianças pequenas no colo ao longo do dia, propiciando interação, acolhimento e afetividade.
- Observar como os bebês e as crianças pequenas se comunicam pelo olhar, pelo corpo, pelo choro e verbalizações, a fim de compreender seus interesses e planejar o cotidiano.
- Acolher as propostas, invenções e descobertas das crianças incorporando-as à programação sempre que possível.
- Reconhecer e elogiar as crianças diante de suas conquistas.
- Solicitar a ajuda das crianças para montar a mesa das refeições, guardar os brinquedos e organizar a sala.

Sobre o direito de a criança explorar, a professora, ou professor, pode:

- Levar as crianças a conhecer e a explorar, de forma planejada, os diferentes espaços naturais, culturais e de lazer da sua localidade.
- Criar oportunidades para que o contato das crianças com a quantificação e a clas-

- sificação das coisas e dos seres vivos seja feito por meio de jogos, histórias, situações concretas e significativas.
- Organizar diariamente espaços, brincadeiras e materiais que promovem oportunidades de interação entre as crianças da mesma faixa etária.
- Organizar periodicamente espaços, brincadeiras e materiais que promovam oportunidades de interação entre crianças de faixas etárias diferentes.
- Organizar espaços, brincadeiras e materiais acessíveis de modo a favorecer a interação entre as crianças com deficiência e as demais crianças.
- Disponibilizar misturas e texturas (gelatina, massinha, pastinha de amido de milho/arroz, mistura de água, farinha e anilina, plástico bolha, buchas, entre outros) para as crianças explorarem.
- Levar folhas secas, pedras, gravetos, conchas do mar, sementes etc. para o uso das crianças em suas brincadeiras e atividades.
- Organizar caixinhas com objetos encontrados pelas crianças em diversas situações, separadas por peso, cor, tamanho.
- Organizar momentos ao ar livre para banho de mangueira, de argila, de tintas comestíveis e naturais (espinafre, couve, cenoura etc.).
- Disponibilizar cestos, pneus, baús e caixas com objetos de diferentes texturas, tamanhos, pesos e cores.
- Promover situações significativas de experiências sensoriais, expressivas e corporais (circuitos, brincadeiras etc.) que possibilitem a movimentação ampla às crianças.
- Levar as crianças para visitar locais significativos da cidade, sempre que possível: parques, museus, exposições etc.

- Levar as crianças para visitar locais significativos do bairro, sempre que possível: a padaria, uma oficina, a praça, o corpo de bombeiros, um quintal, um sítio etc.

Sobre o direito de a criança expressar, a professora, ou o professor, pode:

- Auxiliar as crianças a transitar de uma atividade a outra com tranquilidade.
- Organizar cotidianamente o espaço e disponibilizar materiais para que as crianças engatinhem, rolem, corram, sentem-se, subam em obstáculos, pulem, empurrem, agarrem objetos de diferentes formas e espessuras e assim vivenciem desafios corporais.
- Possibilitar contato e brincadeiras das crianças com animais e com elementos da natureza como água, areia, terra, pedras, argila, plantas, folhas e sementes.
- Possibilitar que as crianças ouçam e cantem diferentes tipos de músicas.
- Incentivar as crianças a produzir pinturas, desenhos, esculturas, com materiais diversos e adequados à faixa etária.
- Dispor nas salas de referência papéis de diferentes tamanhos, cores, gramaturas e objetos riscantes (hidrocor, giz de cera, lápis de cor, carvão etc.) para as crianças explorarem e expressarem sua criatividade.
- Realizar com as crianças brincadeiras que exploram gestos, canções, recitações de poemas, parlendas, quadrinhas.
- Adotar a prática de conversar com bebês e crianças pequenas mantendo-se no mesmo nível do olhar da criança, em diferentes situações, inclusive nos momentos de cuidados diários.
- Incentivar as crianças maiores, individualmente ou em grupos, a contar e recontar histórias e a narrar situações.
- Ajudar as crianças a manifestar os pró-

prios sentimentos (alegria, tristeza, raiva, ciúme, deceção etc.) e a perceber os sentimentos dos colegas e dos adultos.

- Expor as produções das crianças nas salas de referência e em outros ambientes da instituição.

- Organizar com as crianças exposições abertas aos familiares e à comunidade.

- Dispor de calçados, adereços e vestimentas para a criação de figurinos para dançar e brincar de faz de conta na sala de referência e em outros ambientes da escola.

- Conversar com as crianças sobre suas experiências em casa e no bairro.

Sobre o direito de a criança conhecer-se, a professora, ou o professor, pode:

- Apoiar as crianças na conquista da autonomia para a realização dos cuidados diários (segurar a mamadeira, alcançar objetos, tirar as sandálias, lavar as mãos, usar o sanitário etc.).

- Incentivar as crianças a escolher brincadeiras, brinquedos e materiais.

- Oferecer, simultaneamente, na organização das atividades e do tempo, um conjunto de atividades diferentes que podem ser escolhidas pela criança de acordo com a própria preferência.

- Considerar o ritmo da criança na retirada das fraldas e no aprendizado do controle do xixi e do cocô.

- Seguir um programa da instituição para a retirada da mamadeira e a introdução de alimentos sólidos (frutas, verduras etc.).

- Apoiar os avanços motores das crianças, valorizando suas características corporais.

- Seguir as orientações específicas para organizar o processo de desmame de bebês.

- Organizar refeições em ambiente higiênico, seguro, confortável, belo e que propicie autonomia, nutrição adequada e socialização.
- Oferecer alimentação, atendendo as necessidades nutricionais, afetivas e sociais das crianças nas diferentes idades.
- Estimular as crianças a apreciar os sabores, as texturas e a consistência de diferentes alimentos.
- Ajudar as crianças que recusam alimentos ou que apresentam dificuldades para se alimentar sozinhas.
- Disponibilizar água potável e utensílios limpos individualizados para as crianças beberem água durante todo o dia.
- Exigir a higienização e a segurança aos objetos de uso das crianças, como: brinquedos, almofadas, tapetes, esteiras, materiais de uso pessoal e coletivo, lençóis, trocadores, banheiras etc.
- Observar, identificar, informar e procurar ajuda quando alguma criança apresentar alterações no estado de saúde (febre, mal-estar, dor, acidentes etc.).
- Garantir os momentos de privacidade e acolher os momentos de quietude.



REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. C. S., HORN, M. G. S. **Projetos pedagógicos na Educação Infantil.** Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 2/2015. **Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.** Brasília, DF: CNE, 2015. Disponível em bit.ly/resolucao-2-formacao, acesso em 1/12/2019.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Trata da revisão das **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília, 2009b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças.** Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Estudo propositivo sobre a organização dos espaços internos das unidades do Pro-infância em conformidade com as orientações desse programa e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI) com vistas a subsidiar a qualidade no atendimento.** Brasília: MEC/SEB, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Indicadores da qualidade na Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEB, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política de valorização dos trabalhadores em Educação.** Brasília: MEC/SEB, 2004. bit.ly/politica-trabalhadores-educacao, acesso em 1/12/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais Curriculares para Educação Infantil. V. 1, 2 e 3.** Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em bit.ly/constituicao-federal-brasil, acesso em 1/12/2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, DF: 1996. Disponível em bit.ly/ldb-brasil, acesso em 1/12/2019.

CANDAU, V. M. **Formação continuada de professores: tendências atuais.** In: CANDAU, Vera Maria (org.). Magistério: construção cotidiana. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

CEPPI, G., ZINI, M. (orgs). **Crianças, espaços, relações: como projetar ambientes para a Educação Infantil.** Porto Alegre: Penso, 2013.

FABRÉS, M. **Reflexões pedagógicas: no dia a dia, nada é banal, nada é rotina. Infância latino-americana.** Revista Digital da Associação de

Professores Rosa Sensat, Barcelona, nº 1, 2011, pp. 56-62.

FORNEIRO, L. I. **A organização do espaço na Educação Infantil.** In: ZABALZA, Miguel A. Qualidade em Educação Infantil. Tradução: Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1998.

FORTUNATI, A. **Por um currículo aberto ao possível: protagonismo das crianças e Educação – o pensamento, a prática, as ferramentas.** Tradução: Paula Baggio. Porto Alegre: Buqui, 2016.

GANDINI, L. **História, ideias e princípios básicos: uma entrevista com Loris Magaluzzi.** In: EDWARDS, C., GANDINI, L.,

FORMAN, G. (org.). **As cem linguagens da criança: a experiência de Reggio Emilia em transformação, v. 2.** Porto Alegre: Penso, 2016.

KISHIMOTO, T. M. **Brinquedos e brincadeiras na Educação Infantil.** In: Seminário

Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais, 1., 2010. Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: UFMG/MEC, nov. 2010

OLIVEIRA, Z. de M. R. de. **O currículo na Educação Infantil: o que propõem as novas Diretrizes Nacionais?** Anais do I Seminário Nacional Currículo em Movimento: perspectivas atuais. Belo Horizonte, novembro de 2010.

TARDOS, A., SZANTO-FEDER, A. **O que é autonomia na primeira infância.** In: FALK, Judit (org.). Educar os três primeiros anos: a experiência de Lóczy. Araraquara: Junqueira & Marin, 2011.

VITÓRIA DA CONQUISTA. Lei nº 2.042, de 26 de junho de 2015. Aprova o **Plano Municipal de Educação** e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Vitória da Conquista. Disponível em bit.ly/diario-oficial-vdc, acesso em 1/12/2019.

ZABALZA, M. **A Qualidade em Educação Infantil.** Porto Alegre: Artmed, 1998.







PARCEIRO TÉCNICO



ICEP
*Lendo o Mundo
para Escrever a Vida*